

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2019





FICHA TÉCNICA

**DIREÇÃO
CONSELHO DIRETIVO DA APA**

COORDENAÇÃO EXECUTIVA
Teresa Núncio
Assessoria Conselho Diretivo da APA

31-07-2020

ÍNDICE

A APA	5
A ATIVIDADE EM 2019	9
1. ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	9
2. ECONOMIA CIRCULAR	11
3. AVALIAÇÃO E PREVENÇÃO AMBIENTAIS	12
4. LICENCIAMENTO AMBIENTAL	15
5. GESTÃO AMBIENTAL	17
6. GESTÃO DE RESÍDUOS.....	18
7. PLANEAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	22
8. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DOMÍNIO HÍDRICO.....	25
9. SEGURANÇA E PROTEÇÃO NA ÁREA DOS RECURSOS HÍDRICOS	28
10. EMERGÊNCIAS E PROTEÇÃO RADIOLÓGICA	36
11. ATIVIDADE LABORATORIAL.....	38
12. ATIVIDADE INTERNACIONAL.....	40
13. TRANSFORMAÇÃO DIGITAL.....	42
14. COMUNICAÇÃO E CIDADANIA AMBIENTAL	43
15. ATENDIMENTO E RELACIONAMENTO COM O CLIENTE.....	46
16. GOVERNANÇA E QUALIDADE	47
O DESEMPENHO EM 2019	53
1. INDICADORES E METAS.....	53
2. RESULTADOS GLOBAIS	55
3. EFICÁCIA	56
4. EFICIÊNCIA.....	57
5. QUALIDADE	58
6. SATISFAÇÃO DE CLIENTES	59
7. CONTROLO INTERNO.....	60
8. AUTO AVALIAÇÃO GLOBAL.....	60
9. RECURSOS UTILIZADOS	61
ANEXOS	70



QUEM SOMOS

A Agência Portuguesa do Ambiente (APA) é o Instituto Público, integrado na Administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e de património próprio, que prossegue as atribuições do Ministério do Ambiente e da Ação Climática no domínio do Ambiente.

O QUE FAZEMOS

Compete à APA acompanhar as condições ambientais em todo o território nacional continental, nomeadamente as relativas às principais componentes da Biosfera - Ar, Água e Solos – identificando os riscos para as populações advindos de estados ambientais anómalos e prevenindo os riscos decorrentes das atividades humanas sobre o próprio ambiente.

COMO FAZEMOS

Enquanto entidade que acompanha continuamente o **ESTADO DO AMBIENTE** em Portugal Continental, a APA agrega informação oriunda de uma vasta *Rede de Estações* de recolha de dados ambientais (Qualidade do Ar, Quantidade e Qualidade da Água, Contaminação de Solos, Radiações Ionizantes, etc.), numa Plataforma que constitui o Sistema Nacional de Informação Ambiental - **SNIAMB**.

Enquanto entidade que acompanha as atividades económicas com **IMPACTES NO ESTADO DO AMBIENTE**, a APA detém competências de *Autoridade Nacional* em diversos domínios, que lhe permitem condicionar essas atividades durante todas as suas fases. Os principais instrumentos de comando e controlo de que a APA se serve enquanto Autoridade Nacional são:

- Os *Estudos de Impacte Ambiental* (prévios à implementação dos projetos e ao exercício de atividades, conseguem-se antever os impactes mais significativos e planear medidas de mitigação);
- O *Licenciamento* (autorização administrativa para o exercício de atividades com impactes ambientais potenciais, definindo-se condições de exercício das atividades que permitem minimizar os respetivos impactes).

Toda a interação entre a APA e os agentes cujos projetos e atividades impactem significativamente no estado do ambiente ocorrem maioritariamente, de forma desmaterializada, através da plataforma **SILIAMB** (Sistema de Informação de Licenciamento Ambiental).

A APA é **Autoridade Nacional ou Autoridade Competente** nas seguintes áreas:

- Autoridade Nacional de Avaliação de Impacte Ambiental e de Avaliação Estratégica de Planos e Programas.
- Autoridade Nacional Protocolo de Quioto.
- Autoridade Nacional Competente SNIERPA (Sistema Nacional de Inventário de Emissões por Fontes e Remoção por Sumidouros de Poluentes Atmosféricos).
- Autoridade Nacional Competente CELE (Comércio Europeu de Licenças de Emissão de Gases com efeito de Estufa).
- Autoridade Nacional para a Qualidade do Ar
- Autoridade Nacional da Água.
- Autoridade Nacional de Segurança de Barragens.
- Autoridade Nacional para a Prevenção e Controlo Integrados da Poluição.
- Autoridade Nacional Competente RPLE (Registo Europeu de Emissões e Transferências de Poluentes).
- Autoridade Nacional REACH (Registo, avaliação, autorização e restrição de substâncias químicas) a par com a DGAE e DGS.
- Autoridade Nacional de Resíduos.
- Autoridade Nacional competente pela aplicação do Regulamento 1013/2006 relativo aos movimentos transfronteiriços de resíduos.
- Autoridade Nacional Competente para a Proteção Radiológica, Segurança Nuclear e Gestão Segura de Combustível Nuclear Irrradiado e Resíduos Radioativos.
- Autoridade Competente para o Regime de Responsabilidade Ambiental.

A APA é constituída por **22 Departamentos** e partilha o papel de Autoridade com **5 Autoridades Ambientais Regionais**:

APA – AUTORIDADE NACIONAL DE AMBIENTE

Unidades Técnicas Centrais	Unidades Técnicas Regionais	Unidades Transversais Administrativas	Unidades Transversais Técnicas
<ul style="list-style-type: none">•DAIA•DCLIMA•DGLA•DGA•DEPR•DRES•DRH•DLPC•LRA	<ul style="list-style-type: none">•ARH-Norte•ARH-Centro•ARH-Tejo e Oeste•ARH-Alentejo•ARH-Algarve	<ul style="list-style-type: none">•AI•DFIN•DJUR	<ul style="list-style-type: none">•LRA•DAI•DCOM•DEAE•DTSI

CCDR - Autoridades Regionais de Ambiente

- CCDR-Norte
- CCDR-Centro
- CCDR-Lisboa e Vale do Tejo
- CCDR-Alentejo
- CCDR-Algarve

QUE VISÃO NOS NORTEIA

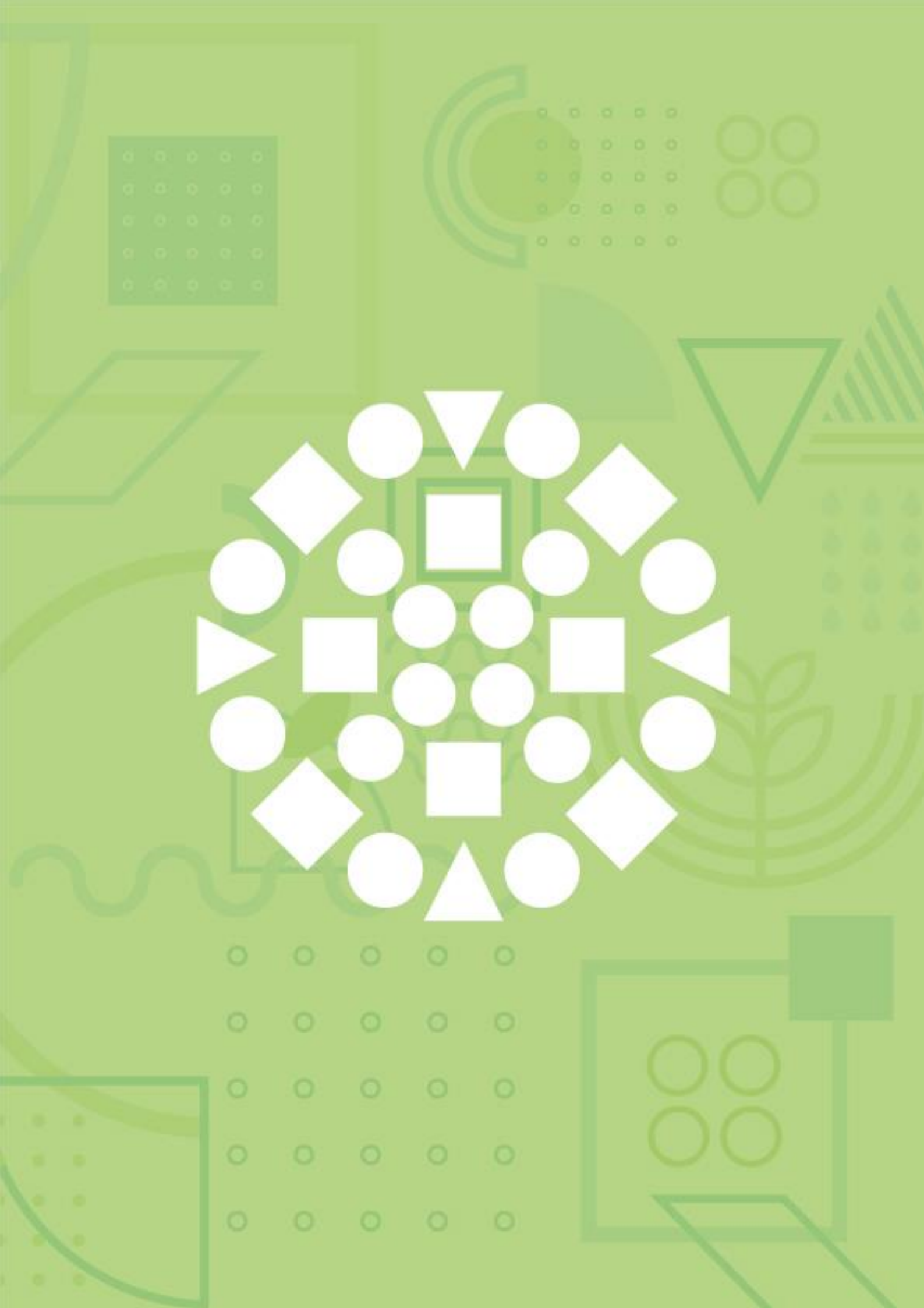
Contribuir para o desenvolvimento sustentável de Portugal, assente em elevados padrões de proteção e valorização dos sistemas ambientais e de abordagens integradas das políticas públicas.

QUE PRINCÍPIOS NOS SUSTENTAM

COMPETÊNCIA, COMPROMISSO, RESILIÊNCIA, ENTUSIASMO.

QUE OBJETIVOS ESTRATÉGICOS NOS GUIAM

- 1** AUMENTAR O NÍVEL DE PROTEÇÃO, RECUPERAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS ECOSISTEMAS
- 2** AUMENTAR O NÍVEL DE PROTEÇÃO DE PESSOAS E BENS FACE A SITUAÇÕES DE RISCO
- 3** MELHORAR O CONHECIMENTO E A INFORMAÇÃO SOBRE O AMBIENTE
- 4** REFORÇAR A PARTICIPAÇÃO PÚBLICA E ASSEGURAR O ENVOLVIMENTO DAS INSTITUIÇÕES
- 5** GARANTIR A EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DAS COMPETÊNCIAS ATRIBUÍDAS



A ATIVIDADE EM 2019

1. ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

O Departamento de Alterações Climáticas – **DCLIMA** - desenvolveu as seguintes atividades principais em 2019:

- Aprovação do **Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC2050)**, publicado pela Resolução de Conselho de Ministros (RCM) n.º 107/2019, de 1 de julho;
- Submissão da **Estratégia de Longo Prazo** de Desenvolvimento com Baixas Emissões de Gases com Efeito de Estufa à Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (CQNUAC) a 20 de setembro de 2019.
- Desenvolvimento do **Plano Nacional de Energia e Clima 2030 (PNEC2030)**, em parceria com a Direção-Geral de Energia e Geologia, com a submissão da versão final à Comissão Europeia em dezembro de 2019.
- Aprovação do **Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC)**, pela RCM n.º 130/2019, de 2 de agosto, que complementa e sistematiza os trabalhos realizados no contexto da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAAC2020, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 56/2015, de 30 de julho).
- Preparação do projeto pré-definido do Programa Ambiente EEA *Grants* 2014-2021 (PDP2) relativo ao **Roteiro Nacional para a Adaptação 2100**, em parceria com o Banco de Portugal, a Direção-Geral do Território, a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Instituto Português do Mar e da Atmosfera e com a Direção Norueguesa de Proteção Civil.
- Elaboração e submissão à Comissão Europeia do **Plano de Contabilidade Florestal Nacional**, para o período 2021-2025, que define o Nível de Referência Florestal (*Forest Reference Level*) que servirá como *benchmarking* para definir a contribuição das florestas geridas de Portugal no referido período.
- Elaboração de proposta de decreto-lei para transposição total da **nova Diretiva CELE**, o qual estabelece as regras para o 4.º período 2021-2030, transpondo para a legislação nacional a Diretiva (UE) n.º 2018/410, cuja aprovação foi já concretizada no ano de 2020 através da publicação do Decreto-Lei n.º 12/2020, de 6 de abril.
- Apresentação de **3 Workshops CELE** para preparação do 4.º período CELE, em março de 2019, destinadas aos operadores CELE de instalações fixas, bem como 1 sessão adicional para os verificadores CELE e para as autoridades CELE das regiões autónomas.
- Avaliação dos **dados históricos dos operadores** de instalações fixas abrangidos pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE) e subsequente submissão à

Comissão Europeia da lista de instalações abrangidas pelo regime CELE, para preparação do período CELE: 2021-2025, comumente designada de Lista NIMS (*National Implementation Measures*).

- Consolidação da implementação em Portugal do regime relativo aos gases fluorados com efeito de estufa, através do início do tratamento dos processos de sancionamento por falta de cumprimento de obrigações dos operadores junto da Comissão Europeia.
- Execução do SNIERPA (produção de Inventários Nacionais de Emissões de GEE e de outros poluentes atmosféricos e respetivas submissões à UE, CQNUAC e CLRTAP, incluindo a implementação do Plano de Desenvolvimento Metodológico centrado em sectores chave que necessitam aperfeiçoamento e no acompanhamento do processo de revisão dos inventários por parte dos peritos CQNUAC, CLRTAP e EU.
- Revisão *in-country* da 7ª Comunicação Nacional de Portugal ao abrigo da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas de 18 a 23 de fevereiro 2019.
- Submissão do 4.º Relatório Bienal à Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas a 30 de dezembro de 2019.
- Representação de Portugal e acompanhamento das negociações ao abrigo da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas e do Acordo de Paris, incluindo na 50ª Reunião dos Órgãos Subsidiários e da 25ª Conferência das Partes.
- Análise do descritor Alterações Climáticas nas Avaliações Ambientais Estratégicas (AAE) e nas Avaliações de Impacte Ambientais (AIA).
- Conclusão da Agenda I&I para as Alterações Climáticas, em parceria com a Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Início da implementação e monitorização do P-3AC (Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas).
- Início da monitorização de emissões dos operadores de aeronave no novo Regime de Redução e Compensação das Emissões da Aviação Internacional (CORSA);
- Acompanhamento do projeto *Windfloat* financiado pelo Programa Comunitário NER300, em parceria com a DGEG e o Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG).
- Acompanhamento da implementação do projeto LIFESHARA em cooperação com as autoridades espanholas, participando ativamente na conceção de diversas atividades (curso "Adaptação às alterações climáticas ao nível local", seminário transfronteiriço "Adaptação às alterações climáticas nos sistemas agrosilvopastoris montados/defesas", e Seminário setorial "Adaptação às Alterações Climáticas-Sociedade, Educação e Estilos de Vida").
- Acompanhamento da avaliação das candidaturas ao Aviso de Adaptação do POSEUR destinado aos municípios.

2. ECONOMIA CIRCULAR

Em 2019 prosseguiu-se a concretização de ações para a implementação do **Plano de Ação para a Economia Circular**, aprovado pela RCM 190-A/2017, publicada a 11 de dezembro de 2017 e alterada pela RCM 108/2019, publicada a 2 de julho de 2019.

Na sequência desta última RCM a APA, conjuntamente com a DGAE, passou a assegurar a coordenação do PAEC no contexto das várias áreas governativas. Participou ainda na Subcomissão de Economia Circular na Associação Portuguesa de Ética Empresarial, constituída em 2019, e elaborou vários contributos para a participação portuguesa em diversas estruturas do Conselho Europeu no domínio da Economia Circular, bem como no âmbito da rede EIONET.

Para além destes aspetos institucionais, destacam-se as seguintes **INICIATIVAS**:

- Diferenciação nas prestações financeiras das Entidades Gestoras em função do impacto ambiental do produto colocado no mercado (eco-valor), nomeadamente, no que respeita à incorporação de materiais reciclados, à reutilização, à valorização e à facilidade de reciclagem.
- Avaliação dos Incentivos Fiscais associados à redução do consumo de sacos plásticos.
- Colaboração nos termos do alargamento do prémio Sê-lo Verde no âmbito da Economia Circular (grandes eventos).
- No âmbito da Educação para a Economia Circular, alargaram-se os conteúdos do portal Eco.nomia; promoveram-se projetos de Educação Ambiental junto das comunidades escolares, em colaboração com a DG de Administração Escolar; colaborou-se nos termos e avaliação dos apoios do Fundo Ambiental a campanhas de comunicação; participou-se em diversos eventos de sensibilização à problemática dos plásticos nos oceanos, designadamente sobre os Plásticos de Uso Único e participou-se em vários eventos de reflexão e debate.
- Análise de barreiras legais relativas ao uso de subprodutos, no contexto da ação PAEC Alimentar sem sobrar resultando, designadamente, em propostas de alteração no procedimento de atribuição de classificação de subproduto.
- Contribuição para a introdução de matérias-primas secundárias na economia e redução de custos de contexto para as empresas, através da elaboração de estudo para revisão do Regime Geral de Gestão de Resíduos (RGGR), que prevê a alteração dos procedimentos de atribuição da classificação de subproduto, com vista à sua simplificação e assente na responsabilização do operador; e da apresentação de candidatura (aprovada) no âmbito da *Structural Reform Support Programme* da U.E., para desmaterialização e simplificação do processo de classificação de subprodutos.
- Promoção da integração da reutilização da água, através de contributos técnicos para o Decreto-Lei 119/2019 e Portaria 266/2019 e disponibilizado um guia de suporte à aplicação dos novos normativos.
- Promoção da eficiência hídrica, com o desenvolvimento de vários projetos em parceria com a ADENE (Casa Eficiente 2020, H2Design/AQUA+, *WATTer Skills*, CERTAGRI/Rótulo de Produto Circular, *Aqua eXperience*).

- Promoção de projetos de I&D em Economia Circular, através da participação na análise de candidaturas no quadro do Programa LIFE 2014-2020 e do SIFIDE (Sistema de Incentivos Fiscais à I&D Empresarial).

3. AVALIAÇÃO E PREVENÇÃO AMBIENTAIS

No que concerne os instrumentos de avaliação ambiental a APA, através do seu Departamento de Avaliação Ambiental – DAIA - é responsável pela implementação, enquanto Autoridade Nacional e Entidade Competente, dos regimes jurídicos de avaliação de impacte ambiental (AIA), ao nível de projetos, e de avaliação ambiental estratégica (AAE), ao nível de planos e programas. As obrigações associadas a estes regimes decorrem essencialmente do normativo comunitário e encontram-se consagradas, respetivamente, no Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua atual redação, e no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, na sua atual redação.

O DAIA é igualmente responsável pela implementação do regime jurídico de Prevenção de Acidentes Graves (PAG), decorrente da aplicação do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto.

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

No âmbito da AAE destacam-se as seguintes atividades em 2019:

- Participação e pronúncia em cerca de 30 processos, com especial enfoque para os instrumentos de gestão territorial (Planos de Pormenor e Planos Diretores Municipais) e para os planos setoriais de energia e resíduos.
- Lançamento do pedido anual de informação endereçado a todas as Câmaras Municipais (continente e Regiões Autónomas), relativos aos planos e programas aprovados no decorrer de 2018, tratamento e análise da informação recolhida.
- Elaboração do 4º Relatório de Conformidade Legal e Boas Práticas em Avaliação Ambiental para o período 2016 – 2018, com apreciação global da conformidade legal dos relatórios ambientais enviados à APA e sugestão de medidas que se revelem necessárias em matéria de AAE;
- Preparação de uma proposta de roteiro para a discussão e reflexão sobre o quadro legal de AAE em Portugal;
- Consolidação de documentos de orientação para promoção de boas práticas em AAE e divulgação de informação pelas diferentes partes interessadas em matéria de AAE;
- Acompanhamento do processo de REFIT, para avaliação da Diretiva AAE, preparação e participação em várias reuniões comunitárias e internacionais e resposta a solicitações diversas nesse contexto, designadamente ao questionário relativo à implementação do Protocolo de Kiev (Protocolo relativo à Avaliação Ambiental Estratégica em contexto transfronteiriço) para o período 2016-2018.

No domínio **AIA**, destaca-se em 2019 não só o aumento significativo do número de processos de avaliação coordenados pela APA enquanto Autoridade Nacional (com particular predominância de projetos nos setores da energia - produção e transporte -, infraestruturas ferroviárias e rodoviárias, infraestruturas portuárias e costeiras e setor mineiro), como também o aumento da sua complexidade (seja pela própria natureza dos projetos e dos aspetos ambientais associados, seja pelas exigências introduzidas com a revisão legislativa do final de 2017 - em particular a consideração de novos fatores ambientais que reforçam a necessidade da avaliação ser desenvolvida, cada vez mais, de uma forma abrangente e integrada).

Assim, durante o ano de 2019, destacam-se as seguintes atividades relativas a **Avaliação Prévia**:

- Elaboração de documentos explicativos e de orientação bem como de formulários com organização e tipificação da informação a submeter pelos proponentes para efeitos do pedido de apreciação prévia e pronúncia sobre a aplicabilidade do regime jurídico de AIA (nomeadamente para projetos de parques eólicos, centrais solares fotovoltaicas e obras costeiras).
- 135 Processos de apreciação prévia e pronúncia sobre a aplicabilidade do regime jurídico de AIA (predominantemente dos setores da energia, das infraestruturas de transporte e das obras costeiras).
- 3 Processos de definição do âmbito do Estudo de Impacte Ambiental (2 dos quais concluídos neste mesmo ano).
- 61 Processos de avaliação de impactes ambientais (31 dos quais com decisão emitida neste mesmo ano).
- 11 Processos de verificação da conformidade ambiental do projeto de execução (8 dos quais com decisão emitida ainda em 2019).

No domínio da **Pós Avaliação** destacam-se as seguintes atividades:

- Coordenação do acompanhamento ambiental de cerca de 500 projetos em fase de pós avaliação, de entre os quais se destacam:
 - Sistema Electroprodutor do Tâmega;
 - Projetos do Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva;
 - Projetos da Sociedade Polis (nomeadamente na Ria de Aveiro, Pateira de Fermentelos, Barrinha de Esmoriz, Rio Mira e Ria Formosa);
 - Central Fotovoltaica de Alcoutim;
 - Melhoria das acessibilidades do Porto de Setúbal;
 - Novas instalações da Carmona;
 - Parque Eólico de Marvila II.
 - Parque Eólico do Douro Sul
 - Aproveitamento Eólico de Arada-Montemuro.
- Divulgação de informação:
 - Atualização e revisão de documentos de suporte à realização de auditorias de pós avaliação, designadamente o documento "Termos e condições para a realização de auditorias de pós-avaliação" e "Modelo de relatório de auditoria de pós-avaliação";
 - Sessão de esclarecimento com os candidatos a verificador de pós-avaliação.

No domínio da **Colaboração Institucional** destacam-se as seguintes atividades:

- Coordenação do Grupo de Pontos Focais das Autoridades de AIA (organização de reuniões e de outras ações de articulação entre a APA e as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional - CCDR – enquanto Autoridade Nacional e Autoridades Regionais de AIA, respetivamente).
- Participação na *Task Force* para os Parques Eólicos criada em colaboração com a Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG), constituída na sequência dos compromissos energéticos assumidos para 2030 em termos de energias renováveis com o objetivo de identificar os pontos mais críticos do licenciamento e do procedimento de AIA (designadamente de sobreequipamentos e *repowering*);
- Participação no Grupo de Trabalho de apoio à Comissão de Acompanhamento dos Processos de Licenciamento das centrais fotovoltaicas emergentes do procedimento concorrencial para atribuição do título de reserva de capacidade de injeção na rede elétrica de serviço público, para a produção de energia de fonte solar fotovoltaica, lançado pelo Despacho do Secretário de Estado da Energia com o n.º 5532-B/2019, publicado no DR, 2ª série, n.º 109, de 6 de junho.
- Análise ambiental de projetos PROPOLAR (Programa Polar Português, ao abrigo do Memorando de Entendimento APA/FCT de 2017 para implementação das obrigações de avaliação ambiental decorrentes do Protocolo de Madrid – Tratado da Antártida):
 - Apreciação de 9 Candidaturas de projetos para o período 2019-2020;
 - Acompanhamento dos 8 projetos aprovados no período de 2018-2019.
- Acompanhamento da Convenção de Espoo relativa à AIA no contexto transfronteiriço e do Protocolo de Kiev relativo à AAE no contexto transfronteiriço, incluindo representação no Comité de Implementação e no Bureau da Convenção e do Protocolo, e representação no Grupo Ad hoc sobre a extensão da vida útil de centrais nucleares.
- Acompanhamento do Protocolo de atuação entre o Governo da República Portuguesa e o Governo do Reino de Espanha sobre a aplicação às avaliações ambientais de planos, programas e projetos com efeitos transfronteiriços, incluindo a organização de reuniões bilaterais.

PREVENÇÃO DE ACIDENTES GRAVES

No âmbito da **PAG**, destacam-se, em 2019:

- A análise de 21 processos de aprovação de relatórios de segurança.
- A apreciação de 69 pedidos de enquadramento.
- Efetuadas 19 decisões de Avaliação de Compatibilidade de Localização.
- Solicitadas informações adicionais relativamente a determinação das zonas de perigosidade de 13 estabelecimentos.

No âmbito do **Planeamento de Emergência** foi assegurada a participação:

- Na Missão *Peer Review* 2019 (no âmbito da prevenção e preparação para sismos, tsunamis, acidentes em estabelecimentos Seveso e incêndios rurais).
- No exercício *CASCADE'19* (exercício europeu de Proteção Civil).

No âmbito da **Produção Legislativa** destaca-se:

- A participação no grupo de trabalho interministerial relativo à revisão da legislação de explosivos e artigos de pirotecnia.
- Revisão da nova versão de proposta de portaria prevista nos artigos 7.º e 13.º do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, na sequência dos trabalhos de preparação que envolveram o Grupo de Trabalho, constituído por representantes da APA, ANEPC, DGT e CCDR e submissão da proposta de Portaria ao Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente.

No âmbito da atividade **Internacional** destaca-se:

- Envio do questionário sobre a implementação da Diretiva Seveso III (relatório quadrienal).
- Atualização da base de dados eSPIRS.
- Elaboração do relatório de implementação da convenção ETAI.
- Acompanhamento da Convenção sobre os Efeitos Transfronteiriços de Acidentes Industriais.

No âmbito da **Divulgação de Informação** associada à prevenção de acidentes graves procedeu-se:

- À organização e acompanhamento do Encontro de verificadores SGSPAG 2019 em colaboração com o DGQA.
- Publicitação no *Site* da APA do documento “Linhas de orientação e critérios para a definição de alteração substancial no âmbito do Regime de Prevenção de Acidentes Graves”.
- Assegurada a participação em seminários e cursos de formação, com apresentações no âmbito da Prevenção de Acidentes Graves.

4. LICENCIAMENTO AMBIENTAL

O Departamento de Gestão do Licenciamento Ambiental – **DGLA** – responsável pela implementação do Regime de Emissões Industriais (REI) definido pela Diretiva Europeia 2010/75/EU, aplicável à Prevenção e Controlo Integrados da Poluição de estabelecimentos industriais em operação (PCIP). Nesta qualidade é o departamento que avalia e emite as Licenças Ambientais (LA) que integram o licenciamento da atividade dos estabelecimentos PCIP em Portugal Continental.

A partir de 2015 este mesmo departamento liderou o processo de integração e desmaterialização do processo de licenciamento ambiental na APA (designado LUA – Licenciamento Único Ambiental), envolvendo atualmente 14 regimes, processo esse que continuou durante o ano de 2019.

Assim, as atividades principais desenvolvidas pelo DGLA neste ano foram as seguintes:

- No domínio da gestão de **Informação** e plataformas de apoio ao Licenciamento Ambiental REI/PCIP:
 - Desenvolvimento de ferramenta do Registo Europeu (EU Registry) – com apoio do DTSI - e sua submissão à Comissão Europeia, com vista ao reporte de informação no âmbito PRTR/LCP;
 - Desenvolvimentos do módulo “PRTR/LCP” no SILIAmb (com apoio do DTSI);
 - Início do desenvolvimento do *Site* PRTR e LA digital (com apoio do DTSI);
 - Melhoria do sistema de Verificadores PCIP e da submissão da documentação via SILIAmb (com apoio do DTSI).
- No domínio do **Licenciamento** Ambiental REI/PCIP:
 - Continuidade ao processo de redução do passivo de pedidos de Licenciamento pendentes (30% reduzido em 2019);
 - Desenvolvimento do trabalho realizado no âmbito dos grupos de acompanhamento das instalações sujeitas a reclamações e acompanhamento dessas mesmas instalações.

LICENCIAMENTO ÚNICO AMBIENTAL - LUA

No decurso do ano de 2019 foi efetuado um conjunto de melhorias no **Módulo LUA** do SILiAmb, com apoio do DTSI (Departamento de Tecnologias e Sistemas de Informação). Identificadas tanto pelos agentes económicos como pela Administração, estas melhorias permitiram tornar mais expedito o processo de licenciamento no domínio do ambiente, destacando-se:

- A implementação do sistema de informação geográfica aplicado ao pedido de licenciamento.
- A devolução do processo ao requerente para correção do pedido.
- Pré- preenchimento do formulário com dados do simulador.
- Emissão automática de comprovativo de não enquadramento nos regimes ambientais.
- Organização dos documentos submetido à Administração por separadores.
- Integração dos Backoffices do Módulo LUA com o Módulo de Licenciamento de Recursos Hídricos.

Além do Módulo LUA, foram ainda desenvolvidas 2 ações relevantes no sentido de aprofundar a integração e desmaterialização do Licenciamento Ambiental em Portugal:

- Foi dada continuidade ao projeto **MIG-LUA**, iniciado em 2017, que visa a migração para a plataforma SILIAMB do histórico de licenciamento da APA ainda em suporte de papel (com a digitalização de cerca de 200 000 títulos de todos os regimes ambientais) ou alojado em sistemas digitais *legacy* herdados dos organismos que precederam a APA nas suas atribuições.
- Foi dado início à conceção do **Módulo RAU** – Report Ambiental Único - complementar ao LUA na medida em visa desmaterializar os processos de autocontrolo que é exigido aos detentores de Títulos Ambientais emitidos pelo regime LUA.

5. GESTÃO AMBIENTAL

O Departamento de Gestão Ambiental – DGA – desenvolveu as atividades acometidas no âmbito das várias vertentes que abarca as suas áreas competências nos domínios do Ar, Ruído, proteção da camada de Ozono, Químicos, Organismos Geneticamente Modificados (OGM), bem como os instrumentos voluntários de gestão ambiental, o Programa LIFE, a normalização e qualificação ambientais.

Destacaram-se as seguintes atividades realizadas em 2019:

AR

- ENAR (Estratégia Nacional do Ar) 2020 – iniciaram-se os trabalhos para o estabelecimento de critérios e fontes de informação relevantes para permitir quantificar os objetivos definidos na ENAR no ano término 2020
- 1ª Submissão do Programa Nacional de Controlo da Poluição Atmosférica e início dos trabalhos de atualização com base nos cenários do RNC- A 1ª submissão do PNCPA utilizou os trabalhos desenvolvidos na ENAR 2020 sendo que as metas de redução de certos poluentes atmosféricos para 2030 obrigam ao estabelecimento de um novo programa de ação que será efetuado concomitantemente com a revisão da ENAR 2020.
- Monitorização dos efeitos da poluição do ar nos ecossistemas e submissão do respetivo relatório (1ª submissão).
- Operacionalização da nova interface QualAr 2020, com capacidade de obter informação sob vários campos de pesquisa de forma gráfica e tabular.
- Realização e lançamento da APP “QualAr” para dispositivos móveis.
- Entrada em funcionamento contínuo da nova estação de fundo da qualidade do ar de Sta. Combinha para a rede EMEP e QualAr, com um programa de monitorização de poluentes alargado e com objetivo de avaliar também a poluição transfronteira.
- Preparação da RCM a instituir o dia 12 de abril como *Dia Nacional do Ar*.
- Realização da campanha nacional “Por um País com bom Ar” e lançamento na comemoração do 1º ano do Dia Nacional do Ar.

RUÍDO

- No âmbito dos trabalhos de preparação para esta 1ª *Estratégia Nacional de Ruído Ambiente* foram realizadas várias sessões descentralizadas com as comunidades intermunicipais para avaliar o ponto de situação de implementação da legislação de ruído e definir os vetores de atuação para esta estratégia.

QUÍMICOS E OGM

- Preparação do projeto legislativo para transposição da Diretiva relativa a OGM 2018/350/UE, e da Diretiva 2015/412/EU, relativas à libertação deliberada no ambiente.
- 4º Relatório nacional de implementação do Protocolo de Cartagena sobre Segurança Biológica, relativo ao período de novembro de 2015 a setembro de 2019.

- Relatório da avaliação da substância do CORAP Bifenilo, apresentado à ECHA (Agência Europeia de Químicos).

PROGRAMA COMUNITÁRIO LIFE

- Ações de formação e capacitação
- LIFE CAP - Relatório final do Projeto
- LIFE CAP - Relatório Leymans

INSTRUMENTOS DE GESTÃO VOLUNTÁRIOS

- ENCPE (Estratégia Nacional de Compras Públicas Ecológicas) - Publicação dos primeiros manuais com os critérios de contratação pública ecológica
 - Equipamentos elétricos e eletrónicos (EEE) na saúde
 - Papel de cópia e impressão
 - Produtos alimentares e serviços de *catering*
 - Transportes
- Conceção ecológica de produtos - otimização dos procedimentos e análise de projetos.

QUALIFICAÇÃO DE TÉCNICOS AMBIENTAIS

- Implementação do sistema de qualificação de verificadores PCIP.

6. GESTÃO DE RESÍDUOS

O Departamento de Resíduos – **DRES** – dá cumprimento às atribuições cometidas à Autoridade Nacional dos Resíduos, nomeadamente assegurando e acompanhando a execução da estratégia nacional para os resíduos, mediante o exercício de competências próprias de licenciamento, da emissão de normas técnicas aplicáveis às operações de gestão de resíduos, do desempenho de tarefas de acompanhamento das atividades de gestão de resíduos, bem como de uniformização dos procedimentos de licenciamento. Compete-lhe ainda prosseguir as atribuições enquanto Autoridade competente pela aplicação do Regulamento 1013/2006, relativo aos movimentos transfronteiriços de resíduos assim como as atribuições enquanto Autoridade Competente para o Regime de Responsabilidade Ambiental.

De destacar ainda o papel importante desempenhado por este departamento no que diz respeito à transposição e cumprimento do direito internacional e comunitário em matéria de resíduos, bem como a monitorização do cumprimento dos compromissos assumidos por Portugal, a nível europeu e internacional, em matéria de política de resíduos.

Nas suas áreas de competência desenvolveu, em 2019, as seguintes atividades entendidas de maior relevância:

ATIVIDADE INTERNACIONAL E COMUNITÁRIA

- **Internacional:**
 - Participação na 14ª COP da Convenção de Basileia

- Participação nas reuniões do Conselho (WIPEI) no contexto da Convenção de Basileia
- Acompanhamento do dossier Regulamento Mercúrio e apoio às questões suscitadas no contexto da Convenção de Minamata
- Reporte ao Secretariado da Convenção de Basileia no quadro das transferências transfronteiriças de resíduos
- **Comunitária:**
 - Acompanhamento da Estratégia Europeia sobre Plásticos
 - Reporte no quadro da aplicação das diretivas comunitárias relativas à aplicação da responsabilidade alargada do produtor, a saber: Diretiva 94/62/CE – Embalagens e resíduos de embalagens, Diretiva 2000/53/CE – Veículos em fim de vida, Diretiva 2002/95/CE – Resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos, Diretiva 2006/66/CE – Pilhas e acumuladores e respetivos resíduos,
 - Acompanhamento de vários grupos de peritos no contexto das diretivas relativas à aplicação da responsabilidade alargada do produtor
 - Acompanhamento do grupo de peritos em resíduos onde se efetuou a negociação de atos delegados e aprovação de diversas Decisões no contexto da regulamentação da Diretiva Quadro Resíduos
 - Trabalhos no âmbito da transposição de diretivas delegadas no contexto da Diretiva 2011/65/UE – RoHS
 - Acompanhamento da negociação da Diretiva 2019/904/UE, relativa aos plásticos de uso único
 - Acompanhamento comunitário do Regulamento nº 1013/2006 – Transferência de resíduos, e elaboração de propostas de alteração no âmbito do Grupo de Correspondentes
 - Acompanhamento dos trabalhos de elaboração do Regulamento que veio alterar o Regulamento n.º 850/2004, do parlamento Europeu e do Conselho, relativo a poluentes orgânicos persistentes, designadamente o Regulamento 2019/1021, do parlamento Europeu e do Conselho
 - Acompanhamento dos grupos de trabalho em sede da rede IMPEL.

PREPARAÇÃO DE PROJETOS LEGISLATIVOS

- Elaboração de propostas legislativas, designadamente do Regime Geral de Gestão de Resíduos, publicado pelo Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, na sua redação atual e do Diploma aterros, publicado pelo Decreto-lei n.º 183/2009, de 10 de agosto, no seguimento da alteração das Diretivas que lhe dão suporte, respetivamente, a Diretiva 2008/98/CE e a Diretiva 1999/31/CE.
- Elaboração do Plano Estratégico dos Resíduos Urbanos (PERSU 29020+)
- Elaboração de Portaria e Despacho de enquadramento do projeto piloto sobre o sistema de incentivo ao depósito de garrafas de plástico.
- Colaboração na revisão do diploma sobre matérias fertilizantes.
- Apoio à preparação do diploma que determina as competências e regras específicas de aplicação do regulamento do mercúrio
- Revisão da Portaria das eGAR.

REALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE ATIVIDADES NA ÁREA DOS RESÍDUOS

- Coordenação do Grupo de Trabalho para implementação do projeto piloto relativo ao sistema de depósito de garrafas de plástico.

- Acompanhamento e monitorização das Entidades Gestoras (EG) de fluxos específicos de resíduos: Sociedade Ponto Verde, Novo Verde, Eletrão – ERE, REEE e RPA, Sogilub, Ecopilhas, ERP Portugal – REEE e RPA, Weecycle, Valorcar-VFV e BVU e GVB.
- Acompanhamento da Auditoria do Tribunal de Contas Europeu, relativa à ação da UE para combater os resíduos de plástico.
- Realização de inquérito aos municípios portugueses sobre a gestão de resíduos de construção e demolição (RCD) e RCD com amianto (RCDA).
- Realização de seminários regionais para informação e sensibilização dos municípios para a gestão de RCD e RCDA com consequente preparação de documento de boas práticas de gestão no âmbito desta tipologia de resíduos.
- Apuramento dos montantes, liquidação e envio para cobrança da taxa de gestão de resíduos (TGR) de 2018, acompanhamento das auditorias TGR com prestação da informação necessária e respetiva avaliação dos resultados.
- Operacionalização da Campanha relativa ao preenchimento do Mapa Integrado de Registo de Resíduos (MIRR) 2018 incluindo todas as atividades relacionadas com a execução da campanha, nomeadamente sessões de esclarecimento várias pelo país, assim como posterior validação e disponibilização de dados ao INE para apresentação das estatísticas oficiais.
- Acompanhamento e otimização da utilização das eGAR efetuada através de sessões de apoio e esclarecimento aos utilizadores.
- Operacionalização da Campanha de preenchimento do Mapa de Registo de Resíduos Urbanos 2019 e respetiva publicação do Relatório Anual de Resíduos Urbanos com todos os dados referentes ao universo gerido pelos sistemas de gestão de resíduos urbanos.
- Análise de mais de 300 pedidos de movimentos transfronteiriços de resíduos (MTR), elaboração e Publicação do Relatório MTR 2018. Articulação com autoridades inspetivas e fiscalizadoras.
- Acompanhamento do desenho do Projeto PPD1 EAA GRants – Implementação e desenvolvimento.
- Campanha relativa ao Registo de Produtores de 2019, com a realização de várias ações de esclarecimento e de divulgação.
- Acompanhamento e monitorização da Plataforma única de emissão de certificados de destruição de VFV.
- Acompanhamento dos trabalhos no contexto da CAGER.
- Acompanhamento da Estratégia Nacional e do Plano de Ação para o Combate ao Desperdício Alimentar.
- Análise de processos de pedido de subproduto, tendo culminado com a atribuição do estatuto de subproduto a 6 dos processos analisados.
- Elaboração de nota técnica sobre a gestão de óleos alimentares usados, em parceria com a DGAV.
- Realização de 11 auditorias a operadores de compostagem e tratamento de resíduos perigosos.
- Realização de 5 auditorias a EG.

- Emissão de pareceres no âmbito dos processos de licenciamento nomeadamente, 10 pareceres relativos à análise caso a caso no âmbito da concorrência CIRVER, assim como no âmbito de processos de licenciamento abrangidos pelo Sistema de Indústria Responsável e pelo Novo Regime do Exercício da Atividade Pecuária (NREAP).
- Emissão de pareceres relativos à perigosidade apresentada pelos resíduos.
- Elaboração de relatório sobre a incineração de resíduos hospitalares, relativo ao ano de 2018.
- Desenvolvimento da Estratégia para a Gestão de Lamas.
- Desenvolvimento de trabalhos no quadro da CTADL - Comissão Técnica de Acompanhamento da Diretiva Lamas e do GTL – Grupo de trabalho de lamas.
- Análise e avaliação de mérito de candidaturas ao Programa Operacional POSEUR no âmbito dos resíduos urbanos.
- Iniciativa Formação Sextas-feiras com o DRES sobre várias temáticas.

REALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE ATIVIDADES NA ÁREA DA RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

- Análise e acompanhamento de 33 ocorrências ambientais comunicadas como danos ambientais ou ameaças iminentes de danos ambientais na Plataforma de Comunicação de Dano da APA, quatro das quais com enquadramento e sequência no âmbito específico deste regime.
- Acompanhamento dos trabalhos da Diretiva 2004/35/CE – Regime Jurídico da Responsabilidade por Danos Ambientais e participação no ELD *Government Experts Group* da Comissão Europeia;
- Participação em ações de formação e apresentações do regime jurídico da responsabilidade por danos ambientais e da plataforma de comunicação de dano.

REALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE ATIVIDADES NA ÁREA DA PREVENÇÃO DA CONTAMINAÇÃO E REMEDIAÇÃO DE SOLOS

- Emissão de pareceres técnicos no âmbito de 30 operações de descontaminação de solos, e de 42 relatórios de base e 8 planos de desativação de estabelecimentos PCIP, na vertente solos.
- Consolidação da proposta de Regime Jurídico da Prevenção da Contaminação e Remediação dos Solos (P_{Ro}Solos) e atualização da avaliação prévia de impacto económico legislativo para pessoas e empresas – *Custa Quanto*, da proposta legislativa.
- Desenvolvimento do Atlas da Qualidade do Solo, no âmbito do Protocolo de Colaboração Técnica e Financeira entre o Fundo Ambiental e a APA, tendo-se procedido à recolha de informação, caracterização e mapeamento geográfico dos locais contaminados e potencialmente contaminados, com articulação interna e interinstitucional, e desenvolvimento de algoritmo para identificação das prioridades de avaliação. Celebração de Aditamento a este Protocolo de Colaboração Técnica e Financeira.
- Participação em 2 Comissões de Avaliação de Propostas de Definição de Âmbito (PDA), 7 de Impacte Ambiental (AIA) e 3 de Relatórios de Conformidade Ambiental

dos Projetos de Execução (RECAPE), bem como 3 de Acompanhamento Ambiental de Projetos Submetidos a AIA.

- Elaboração e disponibilização no Portal da APA dos seguintes Guias Técnicos:
 - “Guia Técnico – Valores de Referência para o Solo”;
 - “Guia Técnico – Plano de Amostragem e Plano de Monitorização do Solo”;
 - “Guia Técnico – Análise de risco e critérios de aceitabilidade do risco”.
 - Revisão, à luz da experiência adquirida, e disponibilização no Portal da APA do documento “Medidas /Recomendações a adotar em matéria de licenciamento, acompanhamento da execução, fiscalização e inspeção de operações urbanísticas – vertentes avaliações e remediação do solo”.

REALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE ATIVIDADES NA ÁREA DOS PASSIVOS AMBIENTAIS INDUSTRIAIS

- Acompanhamento de 9 estudos de caracterização do estado de contaminação do solo de passivos ambientais industriais, ou de novos passivos, e respostas a pedidos de esclarecimento, com vista a candidaturas ao PO SEUR, ou ao Fundo Ambiental, para a recuperação dos mesmos.
- No domínio dos bifenilos policlorados (PCB) e dos terfenilos policlorados (PCT):
 - Acompanhamento de 7 processos de deteção, eliminação e descontaminação de óleos contaminados com PCB;
 - Elaboração do Relatório “Inventário Nacional de PCB – Ano de 2018”, submetido à Comissão Europeia;
 - Acompanhamento dos trabalhos da Diretiva 96/59/CE, relativa à eliminação dos policlorobifenilos e dos policlorotrfenilos (PCB/PCT).

7. PLANEAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

As funções principais a considerar sob este título incluem a monitorização, o estudo e o planeamento dos Recursos Hídricos continentais, enquadradas fundamentalmente pelo disposto na Diretiva Quadro da Água (DQA) da UE e pelo disposto na Convenção de Albufeira (Convénio Luso Espanhol para gestão conjunta das bacias hidrográficas partilhadas – Minho, Douro, Tejo e Guadiana).

Ambas as funções são asseguradas por uma equipa central do Departamento de Recursos Hídricos (DRH) - que harmoniza procedimentos, agrega informação (gerindo o sistema nacional de informação sobre recursos hídricos – SNIRH – e o sistema de vigilância e alerta de riscos relacionados com os recursos hídricos - SVARH), elabora/coordena estudos e planos e reporta externamente - e 5 equipas regionais das Administrações de Região Hidrográfica (ARH-Norte, ARH-Centro, ARH-Tejo e Oeste, ARH-Alentejo e ARH-Algarve) – que recolhem dados, produzem informação e elaboram contributos para os estudos e planos realizados para as Regiões Hidrográficas sob a sua alçada.

Durante o ano de 2019 foram as seguintes as principais atividades desenvolvidas nos domínios da Monitorização, do Estudos e Planeamento e do Licenciamento de Recursos Hídricos.

MONITORIZAÇÃO E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- Reforço da monitorização de rios, albufeiras, águas costeiras e de transição no âmbito da DQA para atingir os objetivos do Plano de Ação da Comissão Europeia, tendo monitorizado no período 2015-2019 cerca de 80 % das massas de água.
- Reforço da monitorização das águas subterrâneas, no âmbito da DQA (estado quantitativo e químico); tendo monitorizado entre 2015-2019 99% das massas de água.
- Monitorização das substâncias da lista de vigilância. Esta lista é definida pela Comissão Europeia com a finalidade de monitorizar de forma dirigida as substâncias incluídas e aumentar o conhecimento acerca da ocorrência dessas substâncias ou grupo de substâncias, nas águas superficiais da UE, como base para futuros exercícios de priorização de substâncias prioritárias.
- Realização de uma pesquisa abrangente de contaminantes, nomeadamente de compostos emergentes (por ex. substâncias farmacêuticas) em águas superficiais e subterrâneas, recorrendo-se à amostragem passiva e análise qualitativa por varrimento cromatográfico "screening".
- Monitorização da qualidade da água superficial e subterrânea para acompanhamento da aplicação em Portugal da Diretiva Nitratos (91/676/CEE - de 12 de dezembro de 1991, relativa à proteção das águas contra a poluição causada por nitratos de origem agrícola).
- Promovidos estudos para melhorar e complementar os critérios de classificação do estado das massas de água superficiais e subterrâneas, que vão ser aplicados no 3º ciclo de planeamento.
- Promovida a manutenção evolutiva do SVARH (Sistema Vigilância e Aviso de Recursos Hídricos), tendo sido desenvolvido um *website* responsivo, acessível através de qualquer dispositivo móvel, com acesso apenas para utilizadores autorizados.
- Identificação, monitorização e classificação das águas balneares.
- Desenvolvimento de uma aplicação móvel - "Info Praia" - para disponibilização pública de informação atualizada sobre as praias e a qualidade das águas balneares costeiras, de transição interiores.
- Melhoria, nas bacias internacionais, da troca de dados em tempo real com Espanha para a gestão de inundações.
- Implementação de modelos de propagação de ondas de cheia em tempo real em bacias selecionadas.
- Melhoria da robustez da rede meteorológica, potenciando a sua utilização na antecipação de riscos de cheia, bem como a complementaridade na avaliação de outros riscos associados a fenómenos meteorológicas (incêndios por exemplo).
- Cálculo das disponibilidades hídricas no âmbito dos cenários de alterações climáticas.
- Caracterização dos rios temporários e definição da estratégia de proteção.
- Elaboração de boletins semanais de avaliação das disponibilizadas armazenadas nas albufeiras e boletins mensais para as águas subterrâneas.

- Apoio técnico à Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca e promoção de reuniões plenárias da Comissão de Gestão de Albufeiras e das respetivas subcomissões.
- Início dos trabalhos do projeto “Albufeira”, enquadrado no Programa INTERREG V-A Espanha-Portugal (POCTEP), que contribuirá para a definição de critérios comuns para a classificação das MA transfronteiriças e fronteiriças, tendo sido privilegiado neste primeiro ano a monitorização conjunta destas massas de água.
- Participação na Comissão de Gestão de Albufeiras.

PLANEAMENTO

- Desenvolvimento das diferentes fases do 3.º ciclo de planeamento relativo aos Planos de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH), com a participação pública do Calendário e Programa de Trabalhos (1ª fase) e com a elaboração, por região hidrográfica, do Relatório das Questões Significativas da Gestão da Água (QSIGA), e início do respetivo processo de participação pública (2ª fase).
- Desenvolvimento das diferentes fases do 2.º ciclo de planeamento relativo aos Planos de Gestão dos Riscos de Inundações (PGRi), com aprovação das 63 zonas críticas em Portugal continental, das quais 47 zonas são inundações de origem fluvial e 16 de origem costeira. Foi dado início aos trabalhos de elaboração da cartografia de risco associada às zonas críticas de inundação identificadas.
- Articulação com Espanha no âmbito do 3º ciclo de planeamento das águas e do 2º ciclo de planeamento de riscos de inundações.
- Verificação do cumprimento do regime de caudais mínimos e articulação durante eventos de cheias.
- Início dos trabalhos de elaboração dos Planos de Gestão de Riscos de Seca (PGRS), por região hidrográfica, incluindo:
 - Cálculo das disponibilidades hídricas no âmbito dos cenários de alterações climáticas;
 - Atualização do índice de escassez hídrica para Portugal continental;
 - Definição do coeficiente de escassez por sub-Bacia;
 - Participação, em articulação com a ADENE, em projetos de promoção de eficiência hídrica e no desenvolvimento de indicadores.

LICENCIAMENTO

- Harmonização de procedimentos de licenciamento de recursos hídricos (Títulos de Utilização de Recursos Hídricos – TURH).
- Apoio na emissão de novos TURH numa ótica da abordagem combinada, que consiste no controlo das descargas e emissões para os recursos hídricos através do estabelecimento de valores limite de emissão (VLE) que contemplem, de forma integrada, a apreciação das características do meio recetor e da rejeição, sendo por isso uma avaliação caso a caso.
- Atualização do Inventário das Utilizações de Recursos Hídricos e caracterização das pressões significativas, incluindo o recurso a métodos de deteção remota.
- Melhoria e desenvolvimento de novas funcionalidades no SILIAMB_RH.
- Regulamentação e produção de documentos Guia para as Águas para Reutilização.

- Protocolos com entidades visando a proteção preventiva dos Recursos Hídricos:
 - ARH-Alentejo/SIMARSUL/Casa Ermelinda de Freitas-Vinhos, Lda. (pré-tratamento alternativo de forma a minimizar os impactos no processo de tratamento da ETAR de Águas de Moura).

8. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DOMÍNIO HÍDRICO

As principais atividades desenvolvidas pela APA em matéria de Ordenamento do Território e Domínio Hídrico, enquadram-se fundamentalmente no disposto na Lei da Água (Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro), na Lei da Titularidade dos Recursos Hídricos (Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro), na Lei de Bases Gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo (Lei n.º 31/2014, de 30 de maio) e no novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

Estas funções são asseguradas pelo Departamento do Litoral e Proteção Costeira - **DLPC** - que coordena e harmoniza procedimentos, agrega informação e assegura a implementação e gestão dos visualizadores geográficos e de sistemas de informação associados à gestão do Litoral (como sejam o Programa COSMO e o Sistema de Administração do Recurso Litoral - SIARL), e os 5 departamentos regionais desconcentrados - as Administrações de Região Hidrográfica (**ARH-Norte**, **ARH-Centro**, **ARH-Tejo e Oeste**, **ARH-Alentejo** e **ARH-Algarve**). Neste âmbito assume particular importância a implementação e monitorização do Plano de Ação Litoral XXI.

O DLPC participa, ainda, nos Grupos de Trabalho da Reserva Ecológica Nacional e da Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial, criados no âmbito da Comissão Nacional do Território. Presta apoio técnico às ARH no acompanhamento das dinâmicas associadas aos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) e propostas de REN.

Durante o ano de 2019 as principais atividades desenvolvidas nos domínios do Ordenamento do Território, do Domínio Hídrico e da Monitorização Costeira, foram as seguintes.

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Em matéria de ordenamento do território, o Departamento do Litoral e Proteção Costeira - **DLPC** - garante a coordenação do processo de elaboração dos novos programas especiais: da orla costeira e das albufeiras de águas públicas, e dos respetivos regulamentos de gestão relativos ao domínio hídrico e zonas contíguas. Garante, em articulação com o DTSI, a disponibilização e atualização da informação geográfica elaborada neste âmbito.

Destacaram-se as seguintes atividades realizadas em 2019:

- Atualização do Plano de Ação Litoral XXI.
- Aprovação do Programa da Orla Costeira Alcobça-Cabo Espichel (POC-ACE) – RCM n.º 66/2019, de 11 de abril.
- Contributos à CCDRLVT e aos municípios na fase de adaptação dos PMOT ao POC-ACE.
- Aprovação do Regulamento de Gestão das Praias Marítimas e do Domínio Hídrico do troço Alcobça-Cabo Espichel e Regulamento de Gestão das Lagoas de Óbidos e Albufeira - Aviso n.º 12492/2019, de 6 de agosto.
- Coordenação e acompanhamento da elaboração dos novos POC para os troços Caminha-Espinho (POC-CE) e Espichel-Odeceixe (POC-EO).
- Coordenação e acompanhamento da elaboração dos novos Programas Especiais de Albufeiras de Águas Públicas (PEA): Foz Tua; Ribeiradio-Ermida; Ermal; S. Domingos; Baixo Sabor; Castelo de Bode; Régua-Carrapatelo e Crestuma-Lever.
- Elaboração de memórias descritivas e justificativas da delimitação das AEREHS (Áreas de Elevado Risco de Erosão Hídrica do Solo) para os municípios da CIMAC e Tavira e Alcoutim.
- Participação nos Grupos de Trabalho da Reserva Ecológica Nacional (REN), e da Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial criados no âmbito da Comissão Nacional do Território, prestando apoio técnico ao Presidente/Vice-presidente do Conselho Diretivo da APA, enquanto representante da APA nesta comissão.
- Participação no Grupo de Trabalho do Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT) e no Observatório do Ordenamento do Território e Urbanismo, coordenado pela DGT.
- Participação na Comissão de Gestão de Albufeiras.
- Acompanhamento da elaboração do Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo (PSOEM), enquanto entidade da Comissão Consultiva, presidida pela DGRM.
- Participação na Comissão Nacional de Gestão de Risco de Inundações (CNGRI) no âmbito da elaboração dos PGRI – 2.º ciclo – no que se refere à Avaliação preliminar dos Riscos de Inundações nas zonas costeiras.
- Participação na Comissão Técnica de Acompanhamento das Águas Balneares.
- Participação no Projecto MarRisk/INTERREG – Relatório final disponível em: <http://vidsiarl.apambiente.pt/Relat%20Final%20Fabio%20ENTREGABLE312.pdf>.

DOMÍNIO HÍDRICO

Em matéria de domínio hídrico o DLPC assegura a demarcação do leito e da margem das águas do mar e das águas navegáveis ou flutuáveis. No âmbito da abordagem integrada de sistemas de informação em matéria de ambiente, assegura também a manutenção de sistemas de informação de apoio à gestão com permanente atualização do registo das águas e margens dominiais, de informação relativa a ações judiciais de reconhecimento de propriedade privada, de atos de desafetação ou de expropriação, entre outra informação relevante. Garante ainda a instrução e tramitação de Processos de Delimitação de Domínio Público Marítimo (DPM). Uma parte muito significativa das tarefas desenvolvidas compreende o apoio ao Ministério Público (MP) nas ações de reconhecimento de propriedade privada.

Destacaram-se as seguintes atividades realizadas em 2019:

- Desenvolvimento da demarcação dos cursos de água navegáveis ou flutuáveis.

- Apoio técnico ao MP no âmbito de ações judiciais de **reconhecimento de propriedade privada**. Os contributos ao MP envolvem a participação em julgamentos, esclarecimentos adicionais, preparação de recurso após sentença, entre outras ações;
- Instrução de processos de **delimitação do Domínio Público Hídrico** e acompanhamento das fases subsequentes à nomeação das Comissões de Delimitação (CD), que incluem designadamente:
 - Solicitação da indicação de representantes das entidades que integram a CD e, completada a instrução de cada processo, envio deste ao presidente da CD;
 - Participação ou Presidência de CD (em representação da APA);
 - Submissão para homologação e publicação em DR;
 - Arquivamento de processos.
- Apoio técnico em processos de **desafetação do Domínio Público Hídrico** – Processos Campo das Cebolas/Lisboa e S. Pedro de Moel/Marinha Grande.
- Análise técnica no contexto do Direito de preferência do Estado (artigo 16.º Lei n.º 54/2005).
- Desenvolvimento de informação técnica de base para a elaboração de Infografias relativas ao Domínio Hídrico.
- Participação como parceiro no Projeto **REVIVE** (REVIVE I, REVIVE II, e REVIVE Natureza), lançado pelo Turismo de Portugal, IP, tendo em vista a recuperação e valorização de património imobiliário público, cultural e histórico, no âmbito da gestão do Domínio Público Hídrico e regimes estabelecidos nos instrumentos de gestão territorial da competência da APA.
- Participação na Comissão do Domínio Público Marítimo (**CDPM**).
- Participação no Centro Nacional Coordenador Marítimo (**CNCM**).
- Participação no Conselho Consultivo da Autoridade Marítima Nacional (**AMN**).

MONITORIZAÇÃO E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Conforme preconizado pela Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira (ENGIZC), e visando contribuir para uma maior racionalidade e sustentabilidade das opções tomadas pelos decisores, a APA, no âmbito das suas competências e atribuições, constatou a necessidade de aumentar o conhecimento sobre a dinâmica e evolução dos sistemas costeiros (um dos sistemas de maior risco no contexto das Alterações Climáticas). Assim, em julho de 2018 a APA lançou o Programa de Monitorização da Faixa Costeira de Portugal Continental (COSMO), cofinanciado pelo POSEUR durante três anos, que permitiu reforçar e qualificar a monitorização desta zona do território e fornecer bases técnicas e científicas fundamentais de suporte ao planeamento estratégico e à gestão costeira (e.g. Programas da Orla Costeira - POC). No âmbito dos trabalhos de monitorização, o COSMO tem procedido à realização sistemática de levantamentos topográficos (meios terrestres e aéreos – UAV) e hidrográficos nas praias, dunas, fundos submarinos próximos e arribas. A informação obtida no âmbito do Programa COSMO tem vindo a incrementar de forma significativa o conhecimento relativo à evolução da faixa costeira, bem como os respetivos impactos e situações de risco acrescido.

Além do Programa COSMO de monitorização do Litoral, a APA tem vindo a assegurar o desenvolvimento e gestão do novo Sistema de Administração do Recurso Litoral (SIARL), enquanto instrumento que promove a gestão integrada e sustentável da Zona Costeira Continental e tem investido na produção de conhecimento específico destinado à resolução de problemas concretos e à melhoria da compreensão sobre a dinâmica e processos costeiros em determinadas áreas, de modo a definir as melhores opções em matéria de proteção e defesa costeira.

Destacaram-se as seguintes atividades realizadas pelo DLPC em 2019:

- Desenvolvimento e implementação do Programa COSMO (<https://cosmo.apambiente.pt/>).
- Desenvolvimento do SIARL III (<http://siarldev.apambiente.pt/destaques.aspx>): Recolha, Tratamento e Carregamento de Dados no SIARL (SIARL Dados).
- Desenvolvimento, disponibilização e atualização de informação geográfica (visualizadores internos e externos - <https://sniamb.apambiente.pt/content/geo-visualizador?language=pt-pt>) relativa a:
 - Domínio Hídrico;
 - Programas da Orla Costeira;
 - Programas de Albufeiras de Águas Públicas.
- Registo, acompanhamento, e análise de ocorrências de galgamento e movimentos de massa de vertente (situações de risco) no litoral, carregamento de dados na plataforma de reporte de ocorrências.
- Estudos de Riscos e Relatórios de Ocorrências no Litoral produzidos no âmbito do Projeto COSMO:
 - “Gestão do risco no litoral de Arriba de Portugal Continental- geodinâmica, metodologia e casos”
 - Relatórios Intercalares do COSMO para as 5 Regiões Hidrográficas
 - Relatório Anual de Ocorrências no Litoral - 2018/2019
 - Reporte de Ocorrência no Litoral - Relatório temporal Helena 2019
 - Reporte de Ocorrência no Litoral - Relatório do Temporal 14/15 nov
- Realização de diversas ações de monitorização costeira com recurso ao Drone da APA.
- Participação no Projeto SEAMIND, coordenado pela DGPM.

Finalmente de assinalar a continuidade da ação piloto levada a cabo pela ARH do Algarve em matéria de apoio à monitorização de recursos hídricos apoiada em cidadania voluntária:

- Projeto “Voluntariado Ambiental para a Água”;
- Projeto LIFE Volunteer Escapes” (baseado no anterior e com o objetivo de alargar as ações de monitorização voluntária a toda a Região do Algarve).

9. SEGURANÇA E PROTEÇÃO NA ÁREA DOS RECURSOS HÍDRICOS

Os recursos hídricos envolvem vários riscos que podem afetar as populações. Destes salientam-se três que merecem uma atenção especial por parte da APA:

- Riscos Costeiros (avanço do mar, erosão de dunas e arribas, etc.).
- Riscos associados à Rede Hidrográfica (cheias, inundações, fogos florestais, etc.).
- Riscos associados a Infraestruturas Hidráulicas (Barragens, Diques, etc.).

O Departamento do Litoral e Proteção Costeira – DLPC – o Gabinete de Segurança de Barragens – GSB – e as cinco Administrações de Regiões Hidrográficas - ARH-Norte, ARH-Centro, ARH-Tejo e Oeste, ARH-Alentejo e ARH-Algarve – são os departamentos da APA

com competências para intervir nestes domínios, promovendo os Planos e os Estudos necessários à respetiva prevenção e mitigação e assegurando as intervenções no território quer como donos de obra quer com funções reguladoras e fiscalizadoras quando os executores são entidades terceiras.

Em 2019 foram as seguintes as principais atividades desenvolvidas nestes domínios.

ORLA COSTEIRA

No âmbito da proteção costeira são o DLPC e as ARH quem programa, acompanha e fiscaliza diversas ações de intervenção nas zonas costeiras de risco, elaborando os procedimentos aquisitivos necessários para a implementação das intervenções em estreita articulação com o DFIN.

Em 2019 foram as seguintes as principais atividades no domínio da proteção da Orla Costeira:

- DLPC:
 - “Estudo de caracterização e viabilidade e um quebra-mar destacado multifuncional em frente à praia da Vagueira”: acompanhamento do seu desenvolvimento através da análise dos vários relatórios produzidos pelo consórcio LNEC/UA/IST e da realização de reuniões de trabalho.
 - “Estudo de viabilidade da transposição aluvionar das barras de Aveiro e da Figueira da Foz e reposição dos Sedimentos a Sul, para Recarga do Troço de Costa Através da Colocação na Zona Emersa das Praias”: acompanhamento do seu desenvolvimento através de protocolo celebrado entre a APA, a APFF e a C M da Figueira da Foz.
 - “Modelação para apoio às intervenções nas praias da Costa da Caparica – Almada”: acompanhamento e concretização do estudo.
 - “Estabilidade da muralha do Forte da Meia Praia, em Lagos”: promoção do estudo no âmbito do Programa REVIVE.
 - “Consolidação das Arribas da Nazaré”: acompanhamento do projeto de execução (adequação do projeto de execução a parecer emitido pela Direção Geral do Património Cultural – DGPC - com revisão do projeto propriamente dito e incorporação de um projeto de integração paisagística).
 - Empreitada de alimentação artificial das praias da Costa da Caparica 2019 (Intervenção realizada através de protocolo celebrado entre a APA e a Administração do Porto de Lisboa, com cofinanciamento POSEUR).
 - Elaboração dos Procedimentos Aquisitivos relativos às Empreitadas de:
 - ✓ Reabilitação dos Esporões do Rio Alcoa, no concelho da Nazaré, e respetiva fiscalização e assistência técnica.
 - ✓ Dragagem dos Fundos Adjacentes e Remoção dos Inertes da ZALI para Reforço do Cordão Litoral a Sul da Costa Nova, realizada através de protocolo celebrado entre a APA e a Administração do Porto de Aveiro, e respetiva fiscalização e monitorização com traçadores.
 - ✓ Dragagem da zona superior da Lagoa de Óbidos, e respetiva fiscalização e monitorização.
 - Planos de Segurança e Saúde em fase de projeto e de obra: elaboração, análise e acompanhamento na fase de implementação.

- Planos de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição.
- **ARH-Centro**
 - Empreitada de "Reconstituição do Cordão Dunar a Sul do Esporão N.º 5 da Cova Gala" – Figueira da Foz – 2018/2019
 - Candidatura POSEUR-02-1809-FC-00080 – Ações de Proteção do Litoral na Região Centro – Cortegaça / Vieira – 2019/2020/2021.
 - Protocolo entre a Agência Portuguesa do Ambiente e o Município da Figueira da Foz para a execução da empreitada "Recuperação e Estabilização do Cordão Dunar entre a Praia de Quiaios e Murtinheira" – 2020/2021.
 - Protocolo entre a Agência Portuguesa do Ambiente, e o Município de Ílhavo para a execução da empreitada "Recuperação e Estabilização do Cordão Dunar entre a Praia da Barra e Costa Nova" – 2020.
 - Elaboração dos Projetos de Execução "Reconstituição Do Cordão Dunar a Sul do Esporão nº 5 da Cova Gala" e "Reforço do Cordão Dunar a Norte da Praia de Mira", 2019.
- **ARH-Tejo e Oeste:**
 - Estabilização da Arriba Norte das Azenhas do Mar (com cofinanciamento POSEUR-02-1809-FC-000012).
 - Abertura da Lagoa de Albufeira ao mar (em colaboração com o Município de Sesimbra - Contrato Interadministrativo).
 - "CAPonLITTER - Capitalizar boas práticas e melhorar políticas para a prevenção do lixo marinho": representação de Portugal neste projeto europeu (envolvendo 7 países e com duração de 3 anos - 2019-2021) através de parceria com a NOVA/FCT.
- **ARH-Alentejo**
 - "Demolição de construção ilegal na praia de Galapos- Setúbal" (prevista no POOC aprovado pela RCM 86/2003 e enquadrada em Protocolo de Delegação de Competências celebrado em 29/05/2017 entre a APA e o Município de Setúbal): submissão de Candidatura ao POSEUR-02-1809-000075, aprovada a 17/10/2019.
 - Abertura das Lagoas de Melides e de Santo André ao mar (coordenada pela ARH do Alentejo em colaboração com o ICNF e com a Capitania do Porto de Sines).
- **ARH-Algarve**
 - Empreitada de alimentação artificial e reforço do cordão dunar da frente de Mar de Alvor Nascente – Portimão (cofinanciada pelo POSEUR).

REDE HIDROGRÁFICA E OBRAS HIDRÁULICAS

No âmbito da proteção das linhas de água é o DLPC e as ARH quem programa, acompanha e fiscaliza diversas ações na rede hidrográfica continental, nomeadamente em zonas

sujeitas a cheias, inundações ou fogos florestais, elaborando os procedimentos aquisitivos necessários para a implementação das intervenções bem como Protocolos com os Municípios e outras entidades envolvidas nas soluções.

Em 2019 foram as seguintes as principais atividades no domínio da proteção da Rede Hidrográfica:

- **DLPC:**
 - Acompanhamento das cheias no rio Mondego em dezembro de 2019 e preparação dos procedimentos, adjudicações das empreitadas e fiscalizações das intervenções de emergência;
 - Regularização do rio Pranto: acompanhamento do EIA, revisão do projeto e preparação do procedimento relativo à empreitada;
 - Regularização do rio Arunca (2ª FASE): preparação do procedimento relativo à empreitada;
 - Regularização do rio Ega: acompanhamento do EIA e preparação do procedimento relativo à empreitada;
 - Regularização da Ribeira de Ançã e Vala de Vale Travesso: acompanhamento do EIA e preparação do procedimento relativo à empreitada;
 - Regularização do rio Foja: preparação do procedimento para elaboração do EIA;
 - Desenvolvimento do levantamento topo-batimétrico para acompanhamento da Reparação de um rombo no Mouchão da Póvoa no rio Tejo, em Vila Franca de Xira;
 - Elaboração do Projeto de "Defesa Contra Cheias de Pombal".

- **ARH-Norte:**
 - Reforço da proteção da margem do Douro entre a Quinta dos Cubos (Oliveira do Douro) e o Cais do Esteiro (Avintes) – 2018/2019.
 - Controlo da erosão das margens do rio Lima, no concelho de Ponte de Lima - 2019
 - Instalação de Parque urbano com resiliência a cheias, no baixo Vez - 2019
 - Empreitada para a obra de reforço da proteção da margem do rio Douro entre a Quinta dos Frades (Oliveira do Douro) e o Esteiro (Avintes) - Vila Nova de Gaia – 2019/2020
 - Empreitada passagem peixes 3 açudes rio Gadanha (POCTEP-Migraminho) – 2019/2020
 - 6 Contratos Interadministrativos com os Municípios de Amarante, Bragança, Caminha, V. Nova de Famalicão, Matosinhos e Póvoa do Varzim, entre outros, para intervenções de reabilitação, regularização e valorização de linhas de água e respetivas margens.

- **ARH-Centro**
 - Protocolo de Colaboração para as intervenções de requalificação da rede hidrográfica afetada pelos incêndios de 2017, no Âmbito da Resolução do

Conselho de Ministros n.º 11-A/2018 na Região da ARH Centro com os Municípios de Arganil, Cantanhede, Carregal do Sal, Figueira da Foz, Gouveia, Leiria, Lousã, Mangualde, Marinha Grande, Mira, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Oliveira do Hospital, Penacova, Pombal, Santa comba Dão, São Pedro do Sul, Seia, Tábua, Tondela, Vagos, Vila Nova de Poiares e Vouzela – 2018/2019.

- Protocolo de Colaboração entre a Agência Portuguesa do Ambiente, Câmara Municipal de Leiria e Câmara Municipal da Marinha Grande, para a execução da empreitada de Manutenção do Rio Lis entre as Pontes de Monte Real e a Ponte das Terceiras – 2020/2021.
- Reabilitação e valorização ecológica do rio Cértima nos concelhos de Águeda e Oliveira do Bairro.
- **ARH-Tejo e Oeste**
 - Intervenções de reabilitação no Sistema de Diques do Vale do Tejo (5 Contratos Interadministrativos com os Municípios de Almeirim, Chamusca, Golegã, Salvaterra de Magos e Santarém, entre outros, com financiamento POSEUR/APA/Municípios).
 - Intervenções de reabilitação no Sistema de Diques de Valada (Valada, Caminho de Meias, Meia Postinha, São João e Tapadinha – 24,4 Km; financiamento POSEUR/APA).
 - Plano e Execução da Remoção e Controlo do Jacinto de Água no Rio Sorraia (3 Contratos Interadministrativos com a ARBVS - Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia - a AHBVB - Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Benavente – e o Município de Águeda, e Parcerias com a ABLVFX - Associação de Beneficiários da Lezíria de Vila Franca de Xira – e as Câmaras Municipais de Benavente, Coruche e Mora).
 - “Obras de adaptação do Cais de Lentiscais e do Cais de Malpica do Tejo a um cenário de alterações climáticas” na Bacia Hidrográfica RH5 Tejo e Oeste” (Contrato Interadministrativo com o Município de Castelo Branco);
 - “Obras de adaptação do Cais Sever-Cedilho a um cenário de Alterações Climáticas” na Bacia Hidrográfica RH5-Tejo e Oeste” (Contrato Interadministrativo com o Município de Nisa).
 - “Obras de reparação do caminho de acesso à Barragem de Cedillo e estabilização da encosta na Bacia Hidrográfica RH5-Tejo e Oeste” (Contrato Interadministrativo com o Município de Vila Velha de Ródão).
- **ARH-Alentejo**
 - Limpeza da Albufeira de Monte Novo (ação em regime de voluntariado, aproveitando o baixo nível do plano de água, coordenada pela ARH do Alentejo em parceria com a CM de Évora e com a EPAL).
 - ACECA (Atuações para o Controlo e Eliminação do Jacinto-de-Água/Camalote no troço transfronteiriço do rio Guadiana): reparação do rombo existente no encontro da margem esquerda do Açude do Monte da Vinha, localizado no rio Guadiana, a cerca de 1 km a jusante da fronteira com Espanha/Elvas-Badajoz (atividade no âmbito do Programa INTERREG-POCTEP, a coberto de uma parceria entre a APA/ARH do Alentejo, a EDIA, a CHG - Confederación Hidrográfica del Guadiana – e a JEX/DGMA - Junta de Extremadura, através da Dirección General de Medio Ambiente).

- **ARH-Algarve**
 - Acompanhamento das intervenções na rede hidrográfica decorrentes do Incêndio de Monchique (inseridas no Protocolo de financiamento do Fundo Ambiental com os Municípios de Monchique, Portimão e Silves).

SEGURANÇA E GESTÃO DE BARRAGENS

A função de Autoridade Nacional de Segurança de Barragens é assegurada na APA pelo Gabinete de Segurança de Barragens – **GSB** - nos termos da Lei da Água (Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro), do Decreto-Lei nº 21/2018, de 28 de março, e dos Regulamentos exigidos pelo diploma anterior:

- Regulamento de Segurança de Barragens (**RSB**): aplicável às 260 grandes barragens portuguesas; para as barragens de Classe I a APA recebe o apoio do LNEC, nos termos regulamentares.
- Regulamento de Pequenas Barragens (**RPB**): aplicável a mais de 2000 pequenas barragens, em articulação com o licenciamento pelas ARH, que fiscalizam a aplicação.

As principais atividades desenvolvidas em 2019 com vista a garantir que os variados “donos de obra” (responsáveis pelas barragens) cumprissem os regulamentos estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 21/2018 foram:

- **Análise** de variados pedidos, relatórios e estudos.
- **60 Visitas de Inspeção** a barragens.
- Organização do 18º **Curso de Exploração e Segurança de Barragens**, com a duração de duas semanas, com o apoio do LNEC, EDP e IST, que decorreu de 20 a 30 de Maio de 2019 e contou com 26 participantes inscritos.

Para além de Autoridade Nacional de Segurança de Barragens, a APA, através do **GSB** com apoio das **ARH**, ainda assegura a gestão/exploração de 15 barragens portuguesas de grandes dimensões cujos processos de concessão às futuras entidades gestoras ainda se encontra a decorrer por força da complexidade da gestão destes empreendimentos (alguns de fins múltiplos).

Foram as seguintes as principais atividades desenvolvidas neste domínio em 2019:

- Gestão e Exploração de Empreendimentos Hidráulicos:
 - Açude-Ponte de Coimbra
 - Alijó
 - Alvito
 - Apartadura
 - Azibo
 - Beliche
 - Capinha
 - Enxoé
 - Fagilde
 - Funcho
 - Marateca
 - Meimoa
 - Monte Novo
 - Morgavel
 - Odeleite

- Concessão de Empreendimentos Hidráulicos: durante o ano de 2019 foi definido que os Aproveitamentos de Fins Múltiplos de Odeleite-Beliche, Azibo e Apartadura serão concessionados à AdP (Grupo Águas de Portugal), com a participação dos restantes utilizadores na respetiva gestão. Nesse âmbito foi preparado já em 2019, todo o processo conducente à entrega destes aproveitamentos, que deverá vir a concretizar-se em 2020.

FISCALIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

Em linha com as disposições constantes na Lei da Água e no Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio (regime de utilização dos recursos hídricos) e no regime de proteção das albufeiras de águas públicas de serviço público e das lagoas ou lagos de águas públicas (Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio), cabe às ARH a atividade de controlo e monitorização dos usos dos recursos hídricos e domínio público hídrico, de forma a garantir os múltiplos usos previstos para a água.

À semelhança dos anos anterior, o planeamento das ações realizadas prosseguiu o esforço de articulação entre os organismos do ambiente em matéria de fiscalização e inspeção (IGAMAOT, APA, CCDR e ICNF) a fim de verificar e garantir o cumprimento da legislação ambiental. A base de trabalho conjunta foi mais uma vez o Plano Nacional de Fiscalização e Inspeção Ambiental (PNFIA), para o qual foi desenvolvida uma Base de Dados que agrega a informação relativa aos diversos operadores económicos que desenvolvem atividades de potencial incidência ambiental.

- Em 2019 foram realizadas **1881 Ações de Fiscalização** pelas ARH.
- As fiscalizações recaíram sobretudo em:
 - Construções
 - Captações de águas
 - Rejeições de águas residuais
 - Infraestruturas hidráulicas
- Os principais setores de atividade objeto de acompanhamento foram:
 - Indústria têxtil
 - Indústria agroalimentar
 - Entidades gestoras de resíduos
 - Extração de inertes
 - Estações de serviço
 - Barragens
 - Suiniculturas
 - Matadores
 - Adegas
 - Estações de tratamento de águas residuais (ETAR)
- Foram detetadas situações:
 - Sem o respetivo título de utilização de recursos hídricos (TURH)
 - Em incumprimento das condições impostas em sede de licenciamento
 - Ocorrências objeto de reclamações e denúncias remetidas à APA.

Os regimes ambientais em vigor identificam diferentes entidades com competências de fiscalização e inspeção. Com efeito, é frequente a realização de fiscalizações nas áreas de atuação da APA e o conseqüente envio de **AUTOS DE NOTÍCIA** para efeitos de **INSTRUÇÃO**-Conforme resulta da análise da tabela abaixo, foram lavrados pelos serviços de fiscalização da APA e pelas entidades externas:

- Um total de **1110 Autos de Notícia**

- Dos quais foi iniciada a instrução em 2019 de **766 Processos de Contraordenação**
- Uma grande percentagem dos autos de notícia enviados para a APA para instrução tiveram origem no **SEPNA-GNR**, sendo os restantes procedentes da **Autoridade Marítima Nacional (AMN)**, **Brigadas de Proteção do Ambiente (BriPA)** da PSP e municípios.
- A nível jurídico, para além dos 766 processos de contraordenação associados a fiscalizações de 2019, foi iniciada internamente a instrução de mais **277 Processos de Contraordenação** relacionados com autos de notícia anteriores a 2019.
- De referir ainda que no âmbito dos processos de contraordenação têm vindo a ser aplicadas pela APA, enquanto entidade administrativa, **sanções acessórias**, em função da gravidade da contraordenação, da culpa do agente e das exigências de prevenção.
- Por último, e tendo presente o disposto no artigo 28.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação dada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto, em 2019 foram remetidos ao **Ministério Público 3 Processos** cuja factualidade relatada nos autos de notícia indiciavam a eventual prática do **Crime de Poluição**, nos termos previstos no artigo 279.º do Código Penal:
 - Um dos processos teve origem numa Suinicultura cujos efluentes pecuários estavam reiteradamente a ser descarregados numa linha de água afluente à Ribeira de Têra, concelho de Estremoz;
 - Outro decorreu de uma ação de fiscalização a uma Indústria de comércio e revalorização de Embalagens, localizada no concelho de Loures, cujas águas residuais contaminadas com substâncias perigosas (pesticidas e inseticidas) estavam a ser descarregadas na rede pública pluvial e no solo. A gravidade desta situação levou a que fosse decretada suspensão da laboração pela entidade coordenadora do licenciamento sob proposta da ARH do Tejo e Oeste.
 - A terceira participação envolveu uma exploração Agropecuária em Alenquer, cujos efluentes estavam deliberadamente, e uma vez mais, a ser encaminhados para um curso de água (Ribeira da Atouguia).

Tabela 1 – Ações de fiscalização, Autos de Notícia, Processos de Contraordenação (PCO) e Ações com Amostragens realizadas em 2019

SERVIÇOS APA	Nº Ações Fiscalização	Nº Autos Notícia ¹	Nº PCO ²	Nº Ações com Amostragens
ARH- NORTE	64	556	397	19
ARH-CENTRO	1317	182	182	20
ARH-TEJO E OESTE	110	249	151	84
ARH-ALENTEJO	219	56	36	10
ARH-ALGARVE	171	67	0	5
TOTAIS	1881	1110	766	138

1 – Nº total de Autos de Notícia lavrados pelos serviços de fiscalização da APA e por entidades externas

2 – Nº total de PCO cuja instrução foi iniciada em 2019 pela APA referente a ocorrências registadas no mesmo ano

10. EMERGÊNCIAS E PROTEÇÃO RADIOLÓGICA

A Portaria n.º 170/2019, de 31 de maio, procedeu à primeira alteração dos Estatutos da APA, criando o Departamento de Emergências e Proteção Radiológica - DEPR. Esta alteração produziu efeitos a 2 de abril de 2019, data de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 108/2018. Assim, o DEPR, em 2019, primeiro ano da sua constituição, preocupou-se essencialmente em:

- Criar um sistema regulador eficaz para a proteção radiológica e segurança nuclear com base nos *standards* internacionais e fazendo uso das melhores práticas disponíveis.
- Implementar uma estratégia para a proteção radiológica do ambiente.
- Manter a capacidade de preparação e resposta a emergências radiológicas.

As atividades principais desenvolvidas já neste primeiro ano foram:

- Representação nacional em **44** reuniões internacionais e em **14** *workshops* e conferências.
- Participação em **5** cursos de formação especializada.
- Participação em **4** sessões públicas de esclarecimento sobre o novo quadro regulador.
- Realização de **72** reuniões na sede da APA, com empresas, entidades, associações e titulares, para esclarecimentos no âmbito do novo quadro regulador.
- Publicação de **46** Perguntas Frequentes no *website* da APA, abordando as matérias referentes à transição do sistema regulador e orientações para os titulares das práticas.
- Retomada a apreciação de **567** pedidos de licenciamento de práticas, transferidos da Direção-Geral da Saúde.
- Emitidos **301** atos de autorização, incluindo registos, licenciamentos, reconhecimentos, aceitações de transferência e detenção de fontes radioativas seladas e autorizações referentes à eliminação e exclusão de resíduos radioativos.
- Elaboradas **3** propostas de portaria com regulamentação específica prevista no Decreto-Lei nº 108/2018, referente aos elementos mínimos a constar do Registo Central de Doses, aos valores dos fatores de ponderação tecidual, valores dos fatores de ponderação da radiação e valores e relações normalizados para o cálculo da dose efetiva, bem como aos critérios de isenção e liberação de materiais radioativos, que incluem os critérios gerais e os níveis.
- Apresentado o **Relatório Nacional à Convenção de Segurança Nuclear** e assegurada a representação nacional nas reuniões de preparação da próxima *Review Meeting* desta convenção.
- Assegurada a representação nacional em sede das reuniões preparatórias da **Convenção Conjunta para a Gestão Segura do Combustível Irrradiado e dos Resíduos Radioativos** (JC), bem como da **Convenção de Proteção Física de Materiais Nucleares** (CPPNM).

- Desenvolvidos os preparativos para a receção de uma *Missão Integrated Regulatory Review Mission* (IRRS) da Agência Internacional de Energia Atómica, que se encontrava prevista para ter lugar em junho de 2020 – no entanto, posteriormente viria a ser necessário adiar a realização desta Missão, em resultado da Pandemia Covid-19.
- Acompanhada a resposta nacional a **3** pareceres fundamentados da Comissão Europeia, relativos à transposição da Diretiva 2009/71/EURATOM, alterada pela Diretiva 2014/87/EURATOM (Diretiva de Segurança Nuclear), da Diretiva 2011/70/EURATOM (Diretiva Resíduos Radioativos) e da Diretiva 2013/59/EURATOM (Diretiva de Normas de Base de Proteção Radiológica).
- Início dos trabalhos de elaboração do *Plano Nacional do Radão* tendo em 2019 desenvolvido:
 - Uma estratégia de comunicação para o Plano Nacional do Radão;
 - A realização da Campanha Nacional de Monitorização do Gás Radão;
 - A preparação de conteúdos de divulgação e o desenvolvimento de Manuais e Guias para a Remediação e Prevenção do Radão.
- Elaboração de parecer à estratégia para o *Plano de Desmantelamento e Demolição da Fábrica de Fosfato "Dicálcio"*, da NUTRIQUIM, no Barreiro, contaminada com NORMS (Materiais Radioativos de Origem Natural).
- Representação nacional no Comité de Substâncias Radioativas (RSC) da *OSPAR*, e atualizados os relatórios nacionais, que não eram reportados desde 2013.
- Participação em **6** projetos comunitários de I&D.
- Submissão de **6** publicações a revistas e eventos internacionais.
- Ministraram-se **16** palestras no âmbito de cursos de formação.
- Integração de um representante da APA no *Management Board* da plataforma Comunitária *NERIS*.
- Colaboração com **2** estabelecimentos de ensino superior - Universidade do Aveiro e Universidade de Lisboa - no âmbito de estágios e de teses de doutoramento e mestrado;
- Coorientação de **3** teses do *Mestrado em Proteção e Segurança Radiológica* do Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa.
- Disponibilização de peritos para **5** missões internacionais da *Agência Internacional de Energia Atómica*, das Nações Unidas.
- Garantida *PREVENÇÃO*, 24 horas/7 dias por semana, ao Centro de Resposta para Emergência Radiológicas da APA, tendo-se assegurado a resposta a 10 ativações da prevenção.
- Resposta nacional a **5** eventos radiológicos e nucleares ocorridos na Europa.
- Colaboração no planeamento de **4** exercícios e participação em **10** exercícios nacionais, comunitários e internacionais.
- Manteve-se em execução o *Projeto de extensão e remodelação da Rede de Vigilância em Contínuo da Radioatividade no Ambiente (RADNET)*. Com este projeto todas as estações da RADNET vão passar a dispor de capacidade para identificar os radioisótopos através de espetrometria gama; vão ser instaladas 3 estações automáticas (Norte, Centro e Sul) para medida de aerossóis e iodo gasoso, e será

instalada uma estação de espectrometria gama na água do rio Guadiana. No total, a APA despendeu em 2019 cerca de 265 KEUR de investimento na aquisição de equipamentos e expansão da RADNET.

- Participação no desenvolvimento e na execução dos exercícios:
 - CELULEX2019, do Exército Português;
 - Plano Interno de Emergência dos Túneis de Benfica, organizado pelo CDOS de Lisboa e Infraestruturas de Portugal;
 - Luso-Espanhol NRBQ, organizado pela APA, ANEPC e Autoridades da Extremadura/Espanha;
 - CASCADE, organizado pela ANEPC.

11. ATIVIDADE LABORATORIAL

A Rede Laboratorial da APA é composta pelo Laboratório de Referência do Ambiente e pelos laboratórios regionais, inseridos nas Administrações de Região Hidrográfica do Norte, Centro, Alentejo e Algarve, funcionando o LRA como laboratório central e os laboratórios regionais como laboratórios de primeira linha de apoio regional.

A rede laboratorial da APA contribui, no âmbito das suas competências, para o cumprimento das obrigações legais deste organismo, desenvolvendo trabalho analítico de suporte às Políticas de Ambiente em matéria de monitorização ambiental, fiscalização e resposta a emergências e reclamações. Os laboratórios da rede são também prestadores de serviços a clientes externos, facto que originou a revisão da tabela de preços por forma a incorporar critérios de competitividade de mercado.

A estratégia de funcionamento em rede laboratorial permite à APA ser mais eficiente no cumprimento do grande volume de trabalho interno, evitando o recurso a contratação externa.

A forte aposta na desmaterialização e o investimento efetuado para dotar a rede laboratorial de ferramentas informáticas de apoio à gestão dos processos analíticos e à gestão da qualidade, permitiu criar uma Rede Laboratorial digital mais moderna, integrada e partilhada por todos, com resultados práticos evidentes na melhoria dos processos intra e interlaboratoriais.

Em 2017, com o reconhecimento formal do IPAC a 12/09/2017, concluiu-se o ambicioso projeto da acreditação única para a Rede Laboratorial da APA, unificando os cinco sistemas da qualidade existentes, com base no referencial normativo NP EN ISO/IEC 17025.

Atualmente, todos os laboratórios da APA partilham o mesmo sistema da qualidade, com um modelo de gestão centralizado mas partilhado, com vantagens significativas na disponibilização da informação, acompanhamento e rastreabilidade do processo.

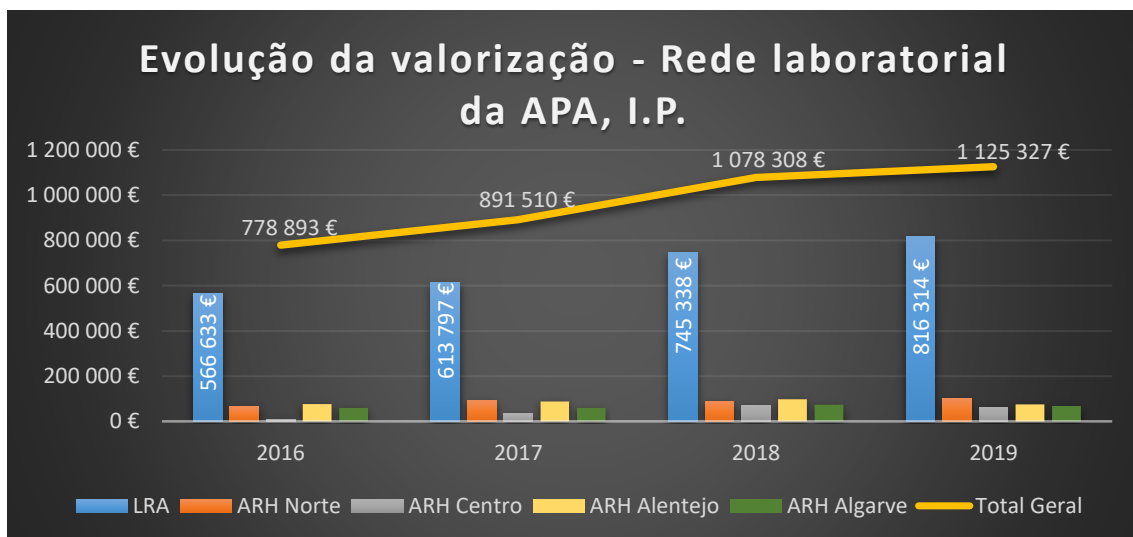
O anexo técnico de acreditação único para a rede laboratorial da APA pode ser consultado no site do IPAC em http://www.ipac.pt/pesquisa/ficha_lae.asp?id=L0169

O LRA/RedeLab participam de forma contínua na caracterização analítica de matrizes ambientais das seguintes áreas relevantes:

- Projeto Tejo Limpo;
- Passivos ambientais (por ex. São Pedro da Cova e Pedreiras de Lourosa);
- PNFIA – Plano Nacional de Fiscalização;
- Emergências e reclamações, incluindo solicitações do Tribunal ou do Ministério Público;

- Diretiva Gestão da Qualidade das Águas Balneares:
 - Monitorização da qualidade das águas balneares Costeiras, Interiores e de Transição (estuários);
- Diretiva Quadro da Água e demais legislação complementar:
 - Monitorização da qualidade das águas subterrâneas;
 - Monitorização da qualidade da água das Albufeiras;
 - Monitorização da qualidade da água dos rios e ribeiras;
 - Monitorização de substâncias prioritárias nos sedimentos;
 - Análise de biota (peixe e mexilhão) para avaliar fenómenos de bioacumulação;
 - Outras: Rede Nitratos, Substâncias Perigosas.
- Diretiva da Qualidade do Ar:
 - Monitorização dos poluentes atmosféricos: NO, NO2, CO, SO2, O3, PM2,5, PM10, PAH e metais pesados na estação de referência de Alfragide (APA);
 - Realização de exercícios de intercalibração com as CCDR para validação dos dados produzidos em contínuo;
 - Realização de ações de formação em garantia e controlo de qualidade para as CCDR, para aplicação de requisitos de qualidade às medições em contínuo.

A **avaliação do trabalho** efetuado nos laboratórios (valorização) encontra-se resumida no gráfico seguinte, para o período dos últimos 4 anos (2016 a 2019):



Como a maior parte do trabalho é interno (cerca de 95%), podemos dizer que estes valores representam o que a APA não gasta na contratação externa destes serviços. O valor da receita efetiva, referente a prestação de serviços, representa os restantes 5%.

O investimento efetuado na rede laboratorial, desde 2013 até à data, ronda 1,6M€ e permitiu efetuar a aquisição de novos equipamentos analíticos, adquirir novo *software*, obter formação específica e incrementar o âmbito de acreditação. Este investimento foi crucial para a modernização dos laboratórios e a sua adaptação às melhores metodologias disponíveis (MTD) para o cumprimento das atribuições da APA em matéria de monitorização ambiental e resposta a emergências.

Em 2019, salientam-se os seguintes aspetos mais relevantes:

- Foram realizadas de **121 414** análises que correspondem a 8 286 amostras;
- O trabalho analítico realizado ultrapassa **1,12 M€**
- Foram acreditados mais **7** métodos de análise;
- Foram adquiridos **10** equipamentos novos para os vários laboratórios;

- Foi aferido o desempenho da atividade laboratorial através da participação em **ensaios de aptidão internacionais e nacionais**;
- Foram realizadas em outubro as **auditorias externas de acreditação** sob o novo referencial normativo NP EN ISO/IEC 17025:2018 a todos os laboratórios da Rede Laboratorial, com desempenho positivo;
- Foi obtido o retorno dos clientes através do envio de **120** questionários de satisfação com uma taxa de resposta de 42,5%;
- Foram efetuadas deslocações técnicas mensais à **nova estação de monitorização da qualidade do ar rural de fundo em Santa Combinha**, Macedo de Cavaleiros, para acompanhamento das monitorizações a manutenção dos equipamentos;
- Foram realizadas **15** ações de formação internas;
- Foi ministrada **formação externa** aos agentes BriPA da PSP.

12. ATIVIDADE INTERNACIONAL

O Departamento de Assuntos Internacionais – **DAI** - desenvolveu as seguintes atividades principais em 2019:

- Acompanhamento da Convenção sobre Cooperação para a Proteção e Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas (**CADC - Convenção de Albufeira 1998**).
- Trabalhos no âmbito do “Grupo de Trabalho *ad-hoc* sobre regime de caudais para o rio Guadiana na secção de Pomarão”.
- A 9 de maio de 2019 foi aprovado pelo Comité de Acompanhamento do Programa INTERREG-V Espanha-Portugal (**POCTEP**) 2014-2020, o **projeto ALBUFEIRA** - Programa de avaliação conjunta das massas de água das bacias luso-espanholas. Na sequência da aprovação do projeto iniciaram-se as atividades, tendo em 2019 sido realizado trabalho conjunto de monitorização de grande parte das massas de água fronteiriças e transfronteiriças. Na segunda reunião, realizada em Lisboa em dezembro de 2019, foram acordadas as linhas de trabalhos a seguir em 2020.
- Para além do projeto ALBUFEIRA, Portugal e Espanha, no quadro da **CADC**, têm vindo a desenvolver conjuntamente vários **projetos cofinanciados pela EU**:
 - **Migra Miño** (Minho) - Proteção e Conservação de peixes Migradores no troço internacional do rio Minho e seus afluentes;
 - **RISC_ML** (Minho/Lima) - Prevenção de Riscos de Inundações e Secas na Bacia Hidrográfica Internacional do Minho-Lima;
 - **VALAGUA** (Guadiana) - Valorização ambiental e gestão integrada da água e dos habitats no Baixo Guadiana transfronteiriço;
 - **ACECA** (Guadiana) - Ações para controlo e eliminação do Jacinto de Água no troço transfronteiriço do rio Guadiana.
- O **Grupo de trabalho *ad-hoc* relativo à qualidade da água do Tejo** realizou duas reuniões em 2019, uma a 14 de fevereiro em Madrid e outra a 4 de dezembro em Lisboa.

- Portugal vai assumir a **Presidência do Conselho da UE no primeiro semestre de 2021** e por conseguinte, o ano 2019 marcou o **início dos trabalhos preparativos** para essa exigente função, cabendo à APA o apoio técnico em matéria de Ambiente.
- Ao nível da **União Europeia** a APA assegurou as seguintes atividades:
 - **Acompanhamento** de várias Diretivas, Regulamentos e Grupos de Trabalho específicos em matéria de ambiente, bem como participação em grupos de peritos, a nível comunitário, em diversas matérias ambientais.
 - **Análise** e emissão de pareceres aos pedidos submetidos no âmbito dos *dossiers* comunitários e internacionais em acompanhamento e preparação dos relatórios de acompanhamento da evolução de metas.
 - Acompanhamento/Participação nos diversos grupos de trabalho da rede **Eionet** da Agência Europeia do Ambiente (AEA), com elaboração de contributos para os relatórios da AEA.
 - Acompanhamento/Participação nos diversos fora da **ECHA**, incluindo o respetivo Conselho de Administração.
- **Outras atividades** realizadas pelo Departamento de Assuntos Internacionais em 2019 foram:
 - Em 2019, deu-se continuidade ao programa de monitorização do **Lixo Marinho em praias**, tendo sido incluídas mais duas praias, São Félix da Marinha (Vila Nova de Gaia) e Arda (Viana do Castelo) que se juntaram às 13 praias que compunham o programa, Cabedelo e Estela/Barranha (zona Norte), Barra, Osso da Baleia, Furadouro Sul e Aberta-Pedrogão (zona Centro), Amoeiras, Fonte da Telha e Paredes de Vitória (zona Tejo e Oeste), Monte Velho (Alentejo) e Batata e Ilha de Faro (Algarve). Em 2019 foram efetuadas um total de 60 campanhas de amostragem tendo sido assim cumpridas na íntegra as orientações da Convenção OSPAR que compreendem a realização de 4 campanhas por ano e por local, repartidas pelas várias estações. Este ano foi também dado início ao projeto piloto sobre monitorização de lixo em rios e ribeiras na Ribeira de Anha, Viana do Castelo.
 - Colaboração com o projeto Horizonte 2020, **CLAIM - "Limpeza do lixo através do desenvolvimento e aplicação de métodos inovadores"**, para o desenvolvimento de tecnologias e abordagens de limpeza inovadoras, visando a prevenção e a gestão *in situ* do lixo marinho (incluindo microplásticos) no Mediterrâneo e no Mar Báltico. Portugal participa com a Universidade de Coimbra e o DAI/APA colabora nas suas atividades. Parte do projeto destina-se a avaliar a viabilidade de cada tecnologia em termos económicos e de governança. Isso envolve avaliar a relação custo-benefício de cada tecnologia, bem como identificar as políticas relevantes que podem apoiar (ou criar barreiras para) a sua implementação.
 - Participação em ações do projeto **Ocean Wise**, projeto europeu que procura desenvolver e implementar medidas a longo prazo para reduzir o impacto dos produtos de EPS e XPS (Poliestireno Expandido e Extrudido) no Oceano. Este projeto é coordenado pela DGRM (Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos), e incorpora um total de 12 parceiros de 5 países – Portugal, Irlanda, França, Espanha e Reino Unido.
 - O Projeto **CAPonLITTER**- Capitalizar boas práticas de gestão costeira e melhorar políticas para prevenir o lixo marinho, visa melhorar políticas e práticas que possam ajudar na prevenção do lixo marinho, muito concretamente daquele que é gerado e desperdiçado pelas atividades ligadas ao turismo e recreio nas zonas costeiras, particularmente a sua componente de plástico. O CAPonLITTER é um projeto INTERREG Europe que tem como principal objetivo a melhoria de instrumentos políticos e financeiros para promover boas práticas em matéria de resíduos de atividades turísticas costeiras. Irá atuar em três principais eixos de trabalho: as "Praias Zero-Resíduos", os "Eventos Costeiros Zero-Resíduos" e as "Comunidades Costeiras Zero-Resíduos". O projeto envolve autoridades e organizações de: Portugal, Espanha, França, Croácia, Grécia, Bulgária e Alemanha, territórios nos quais o turismo costeiro é uma atividade económica essencial mas também altamente impactada pelo lixo marinho, sendo

coordenado pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (FCT-NOVA) e conta com a Agência Portuguesa do Ambiente como parceira.

- Relativamente ao projeto de **Biomonitorização Humana - HBM4EU**, a APA como parceiro não beneficiário e *Program Owner* não signatário tem desenvolvido atividades sobretudo a nível interno no esforço para a constituição da National Hub PT. Com vista à oficialização da Plataforma Nacional de Biomonitorização Humana (NH-PT) foi já assinado um protocolo de colaboração entre a APA, INSA, FCT e DGS e constituída a respetiva Estrutura de Gestão de que a APA faz parte.

13. TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

O Departamento de Tecnologias e Sistemas de Informação – **DTSI** – tem estado na vanguarda de todo o processo de transformação digital que a APA vem sofrendo desde a sua constituição em 2012, contribuindo para o financiamento do avultado investimento que tal exige através da preparação de sucessivas candidaturas ao SAMA (Sistema de Apoio à Modernização da Administração Pública).

Também a visibilidade de tal transformação tem sido em grande parte da responsabilidade deste Departamento, ao apoiar todos os projetos SIMPLEX em que a APA se envolveu ao longo de todos estes anos.

Foram as seguintes as atividades principais que desenvolveu em 2019:

TECNOLOGIAS

- Atualização dos equipamentos de rede com capacidade para garantir larguras de banda de 10Gb.
- Aquisição de servidores de forma a permitir a evolução tecnológica do centro de dados, em termos de processamento e capacidade de armazenamento.
- Migração dos sistemas críticos para *Datacenter* da eSPAP.
- Atualização do equipamento central de gestão da segurança da APA (*Watchguard* na sede).
- Reforço da infraestrutura de desktop virtuais (VDI) nos postos de trabalho da APA.
- Aquisição de novos Telemóveis e Portáteis.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- Nas Plataforma **SILIAmb** (Sistema de Informação do Licenciamento Ambiental):
 - Autenticação via CC (criação do módulo)
 - Relatórios SILIAMB (criação do módulo)
 - LUA R4 (desenvolvimentos do Módulo LUA)
 - PRTR (desenvolvimento do módulo)
 - Módulo de migração das eGAR para o MIRR (Mapa Integrado de Registo de Resíduos)
 - Fluxos Específicos de Resíduos (Módulos de *Webservices*)

- Relatório Ambiental Anual PCIP
- Novo GeoSILiAmb
- euRegistry
- Na Plataforma **SNIAmb** (Sistema Nacional de Informação de Ambiente):
 - Novo Site QualAR
 - *Dashboards* Tejo Limpo (desenvolvimento de vários *Dash Boards* analíticos da qualidade da água no Tejo)
 - Diretiva INSPIRE (conjuntos de dados geográficos prioritários para eReporting à Eionet das diretivas ambientais)
- Criação da Plataforma **Resíduos Radioativos**

14. COMUNICAÇÃO E CIDADANIA AMBIENTAL

O Departamento de Comunicação e Cidadania Ambiental – **DCOM** – com competências nas áreas da Comunicação institucional, da Educação, da Formação e da Cidadania Ambientais, desenvolveu as seguintes atividades principais em 2019:

COMUNICAÇÃO:

Comunicação interna

- *Nº de Saídas: 640*

Agenda	8	Notícias do Dia	326
APArte	5	Política de Ambiente	9
Atividades Desportivas	3	Publicações	3
Eco Atividades	40	Recursos Humanos	32
Formação	10	"Sabia que"	12
Funcionamento Interno	48	Sem assunto específico	26
Legislação	79	Seminários	39

Comunicação externa

- **SITES APA** – Edição e gestão de conteúdos:
 - Gestão e dinamização de Grandes Destaques e Destaques em apambiente.pt
 - Dinamização do eco.nomia.pt;
 - Dinamização do enea.apambiente.pt
 - Gestão do participa.pt
- **Órgãos de Comunicação Social (OCS):**
 - 165 Pedidos de OCS; 64% respondidos
 - 67 Comunicados à imprensa
- **Relacionamento com a Assembleia da República /Grupos Parlamentares:**
 - 250 Pedidos registados
 - 255 Emails recebidos com pedidos da Tutela
 - 2613 *Emails* tratados

Eventos

- 27 Eventos internos | 1 externo (produção e envio de convites; conceção de programas; conceção e impressão de badges; criação de eventos nas plataformas Eventbrite e Google; gestão da logística; gestão de presenças; protocolo; reportagem fotográfica; emissão e envio de certificados).

Gestão de salas partilhadas

- 1.444 Pedidos (marcação, alteração e desmarcação)
- 1.261 Reuniões efetivas

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO AMBIENTAIS

Estratégia Nacional de Educação Ambiental

- Avaliação de candidaturas aos Avisos FA da ENEA2020 (foram avaliadas um total de 284 candidaturas e respetivos projetos correspondentes a 3 Avisos do FA):
 - Aviso n.º 4656-A/2019/Educar para o Território: 65 candidaturas avaliadas;
 - Aviso n.º 4656-B/2019/Educar para uma Economia Circular: 147 candidaturas avaliadas;
 - Aviso n.º 4656-C/2019/Educar para a Mobilidade Sustentável: 72 candidaturas avaliadas.
- Dinamização do Site enea.apambiente.pt (foi assegurada a dinamização do Site da ENEA2020, com a introdução de páginas setoriais relativas a todas as entidades beneficiárias dos Avisos do Fundo Ambiental associados à ENEA2020 em 2019, assim como as páginas dos respetivos projetos cofinanciados - 41 projetos). Inseridas regularmente notícias e eventos relacionados com a Educação Ambiental e da ENEA2020, assim como a documentação relativa aos Avisos de 2019 do Fundo Ambiental.
- Proposta anual de temas para Avisos FA de cofinanciamento de projetos (foram propostos à tutela os temas anuais para constarem dos Avisos de 2019 do Fundo Ambiental).

Educação Ambiental (apoio a projetos de EA)

- Supervisão de conteúdos técnico-pedagógicos.
- Seleção de melhores práticas e iniciativas inovadoras.
- Cerca de 3000 avaliações de projetos / Concursos.

Protocolo AMBIENTE / EDUCAÇÃO

- Acompanhamento do protocolo de cooperação entre as tutelas do Ambiente e da Educação.
- Participação no GTEAS (Grupo de Trabalho de Educação Ambiental para a Sustentabilidade) e preparação do Relatório anual do GTEAS.

- Rede de Docentes em mobilidade nas ONGAS, acompanhamento próximo de atividades; Avaliação dos Relatórios de Atividades.
- Assunção e acompanhamento do processo de mobilidade estatutária de 7 docentes colocados pela APA em 7 ONGA para coordenação de projetos de EA.

Formação

- Cursos de Enquadramento Ambiental e específicos em 2019 envolveram 58 formadores e 810 formandos:
 - 1 GNR (Oficiais) / PALOP
 - 2 PSP
 - 1 BriPA / PSP
 - 5 Polícias Municipais
 - 3 Exército (Escola das Armas)
 - 2 Academia Militar (Formação de Oficiais para a GNR)
 - 3 Marinha
 - 5 Sapadores Bombeiros
 - 1 Agência para o Desenvolvimento e Coesão
 - 1 Produtores de OGR
 - 2 Governo Regional dos Açores

PROMOÇÃO DA CIDADANIA AMBIENTAL

Participação Pública

- Avaliação de Impacte Ambiental
 - 40 Consultas Públicas AIA (AIA; RECAPE; PDA)
 - 2 Consultas Públicas (sujeição a procedimento de AIA)
 - 5592 Pareceres de CP de AIA analisados
- Outras Consultas Públicas
 - 6 Consultas Públicas de Avaliação de Compatibilidade de Localização
- Participa.pt
 - 732.8715 Acessos e 3133 comentários
- Acompanhamento da Convenção de Aarhus (acesso à informação; participação do público em processos de decisão e acesso à justiça)

ONGA/RNOE

- 105 ONGA com Inscrição Ativa no Registo Nacional de ONGA e Equiparadas
 - 4 Novas inscrições;
 - 6 Levantamento da suspensão;
 - 1 Alteração de designação;
 - 8 Suspensão do registo;
 - 9 Anulação do registo

Semana Europeia da Mobilidade

- 108 Municípios (adesão de 35%, acréscimo de 13,7% relativamente ao ano de 2018).
- 163 Localidades (acréscimo de 64,6% relativamente ao ano de 2018).

- 12 Municípios estreados.
- 647 Medidas permanentes (6 por CM).
- 6º Lugar no ranking europeu de participação por país (50 países).

15. ATENDIMENTO E RELACIONAMENTO COM O CLIENTE

A APA iniciou, em 2017, um processo de definição e implementação de um novo modelo de atendimento e relacionamento com o cliente, processo contínuo que se aplica de forma transversal aos vários canais de atendimento utilizados. A formulação definida assenta em três pressupostos:

- Libertar os técnicos das áreas de negócio permitindo-lhes focar em atividades de valor acrescentado;
- Garantir maior celeridade e eficiência no atendimento ao cliente (através da definição de novos processos e do recurso a ferramentas dedicadas);
- Melhorar a qualidade percebida do serviço.

O modelo – sistematizado na imagem infra - está organizado em cinco níveis/etapas:



Ao longo do ano de 2019, deram-se passos importantes no que respeita ao desenvolvimento do modelo referido, a saber:

- O atendimento telefónico deixou de ser feito em dias específicos, passando a ser assegurado em todos os dias úteis da semana, independentemente da área de negócio.

- Procedeu-se à definição e monitorização de indicadores de performance.
- Procedeu-se à externalização do atendimento de 1ª linha, para algumas áreas de negócio (processo que tem vindo a ser progressivamente estendido às demais áreas de negócio).
- Desenvolveram-se novas ferramentas de suporte ao atendimento (Ex: Formulário de Agendamento do Atendimento; Ferramenta de *ticketing*; Formulário Único de Contacto).
- Deu-se início ao procedimento de atendimento presencial por marcação.
- Foram desenvolvidos manuais de apoio às funções de atendimento e de gestão das reclamações.
- Elaborou-se uma *Quick Check List* do Atendimento, recurso a ser utilizado em todos os 19 balcões de atendimento da APA.
- Definiu-se e implementou-se um mecanismo de auscultação externa e de melhoria contínua.



16. GOVERNANÇA E QUALIDADE

Três frentes mereceram uma especial atenção em 2019 no que respeita à promoção da qualidade da Governança interna:

- O aprofundamento da melhoria dos **Sistemas de Controlo Interno** no sentido de garantir uma maior eficácia, eficiência e economia na gestão e nos processos de gestão.

- A proteção de dados pessoais de acordo com o estabelecido pelo respetivo Regulamento Geral- **RGPD**.
- A melhoria da gestão do **Bem-Estar** no sentido de reduzir os riscos psicossociais, promover maior grau de satisfação e melhor conciliação entre vida profissional, familiar e pessoal dos colaboradores da APA.

AUDITORIA INTERNA

No âmbito das atribuições da Equipa Multidisciplinar de Auditoria Interna – **AI** - nomeadamente no que se refere à vigilância do sistema de controlo e ao apoio à gestão de risco e processos de *governance* (que inclui a realização de Auditorias Internas às Unidades Orgânicas), a AI destaca no ano de 2019, as seguintes atividades:

- Conclusão do **Código de Conduta** da APA, já submetido para aprovação pelo Sr. MAAC.
- Monitorização do **Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas** (PPRCIC) - a partir do levantamento efetuado junto das unidades orgânicas da APA, sobre a implementação das medidas preventivas contidas no PPRG, elaborou-se o relatório de Monitorização anual do PPRG, o qual será remetido para o Sr. MAAC, o Conselho de Prevenção da Corrupção, além de disponibilizado no portal da APA.
- Acompanhamento das **Auditorias Externas e Fiscalizações prévias (Tribunal de Contas)**. Este trabalho, que se desenvolve ao longo de todo o ano, e que em 2019 deu origem a **27** Relatórios de acompanhamento, consiste na participação nos trabalhos que decorrem das ações de auditoria e inspeção externas, realizadas sobre os serviços da APA, incluindo:
 - Participação nas reuniões de início da auditoria externa e subsequentes;
 - Ajuda à elaboração das respostas/informações que os serviços têm de remeter às entidades externas no intuito de assegurar uma resposta completa, objetiva e cumprindo os prazos de resposta.

PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Para assegurar o processo de implementação de procedimentos que garantam a conformidade com o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) e legislação nacional associada, foi criado na APA um **Grupo de Trabalho de Apoio à Gestão da Proteção de Dados Pessoais**, com natureza multidisciplinar.

O GT é constituído pela **Encarregada de Proteção de Dados**, pela responsável da Equipa de Auditoria Interna, pelo responsável da Divisão de Atendimento, pela responsável da Divisão de Direito Ambiental e pelo responsável da Divisão de Tecnologias da Informação.

Este GT é responsável:

- Pela elaboração de Plano de Atividades, respetiva execução e acompanhamento;
- Pela análise de todas as questões suscitadas pelo Conselho Diretivo, pelas Unidades Orgânicas ou por cada um dos seus membros;
- Pela realização de ações de esclarecimento/divulgação junto das Unidades Orgânicas, sempre que tal se revele necessário.

O Plano de Atividades para 2019 baseou-se nas iniciativas prioritárias identificadas. Das **atividades concretizadas**, sinalizam-se:

- Conclusão da primeira versão do Registo das Atividades de Tratamento de dados pessoais para 17 Unidades Orgânicas da APA, correspondendo a 69 processos;
- Elaboração do documento "Proteção de dados e ações de integração com a Gestão documental e Arquivística – Roteiro de Implementação 2019-2020";
- Elaboração de "Minuta de adenda/cláusulas específicas para os contratos de aquisição de serviços que envolvem dados pessoais";
- Apresentação de Recomendações sobre "Portas de entrada de dados e proteção de dados pessoais";
- Apresentação de "Proposta de Formulários para assegurar os direitos de informação dos titulares de dados pessoais (RGPD)";
- Emissão de Pareceres suscitados pelos Departamentos, num total de 13;
- Garantia do "Exercício de direitos dos titulares de dados pessoais": resposta a 1 situação;
- Articulação com a Comissão Nacional de Proteção de Dados, através do pedido de pareceres à CNPD, num total de 4;
- Difusão interna de informação pelas Unidades Orgânicas, num total de 2 situações.

O grau de execução das atividades foi afetado pela dificuldade de interação tempestiva com algumas unidades orgânicas e também pela disponibilidade de recursos por parte dos elementos do GT num contexto de elevado grau de ocupação em atividades operacionais.

BEM-ESTAR

O *Burnout* laboral, considerado doença em 2019 pela OMS, constitui um risco reconhecido pela Governança da APA, tendo em conta, nomeadamente, o gap existente entre os recursos disponíveis e a diversidade e complexidade das matérias acometidas bem como a forte e constante pressão e escrutínios públicos e políticos.

Inspirada pelo Programa "**3 em linha**", lançado pelo Ministério do Trabalho e Segurança Social em dezembro de 2018, e pela **Diretiva** sobre Conciliação entre Vida Profissional e Vida Familiar do Parlamento Europeu, de 4 de abril de 2019, a APA concebeu um projeto no domínio da promoção do Bem-Estar apresentando uma Candidatura ao Aviso nº 03/**SAMA**2020/2019 (Sistema de Apoio à Transformação Digital na Administração Pública – Conciliar na AP – 13-05-2019), que constituiu o quadro financeiro criado pelo Governo com vista a dar corpo ao objetivo de incrementar o número de organizações públicas certificadas no Normativo existente nesta matéria em Portugal desde 2016 (**NP 4552/2016: Sistema de Gestão da Conciliação entre a Vida Profissional, Familiar e Pessoal**).

O Programa apresentado pela APA radicou na visão da Figura e Tabela 1, em que, caso se verifiquem as condições identificadas pela Organização Internacional do Trabalho – OIT –

como sendo os fatores disruptivos da integridade física e mental dos trabalhadores, a produtividade e criatividade laborais são seriamente comprometidas bem como a vida pessoal e profissional. O ciclo vicioso assim criado desfavorece toda a organização social (instituições, pessoas e famílias), passando a fazer parte da responsabilidade social das entidades (públicas ou privadas) a promoção do bem-estar.

Figura 1- Ciclos Virtuoso e Vicioso entre as Dimensões Profissional, Pessoal e Familiar

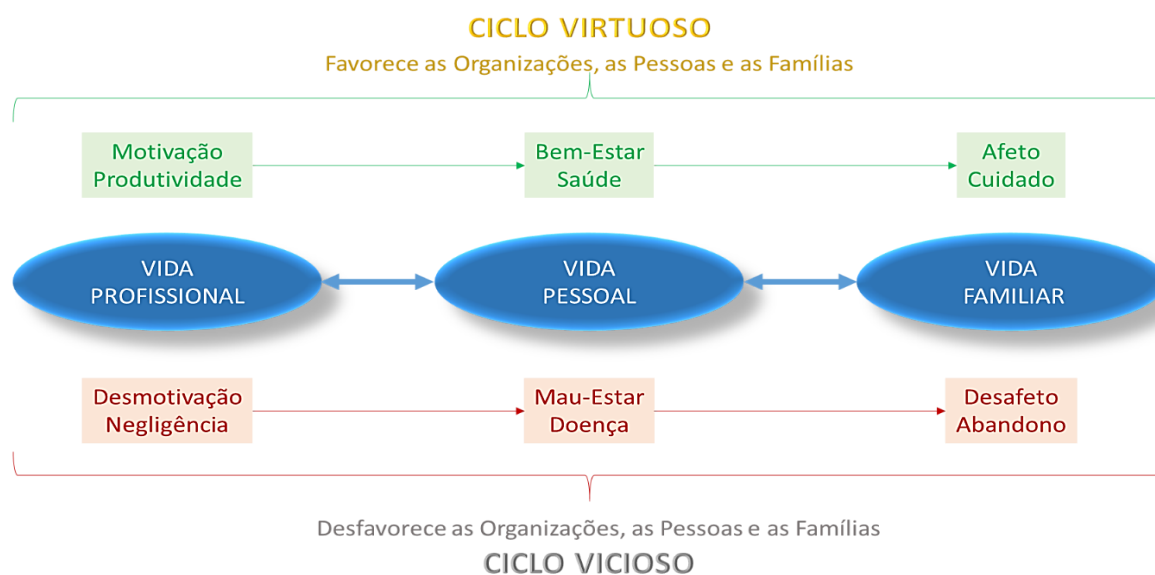


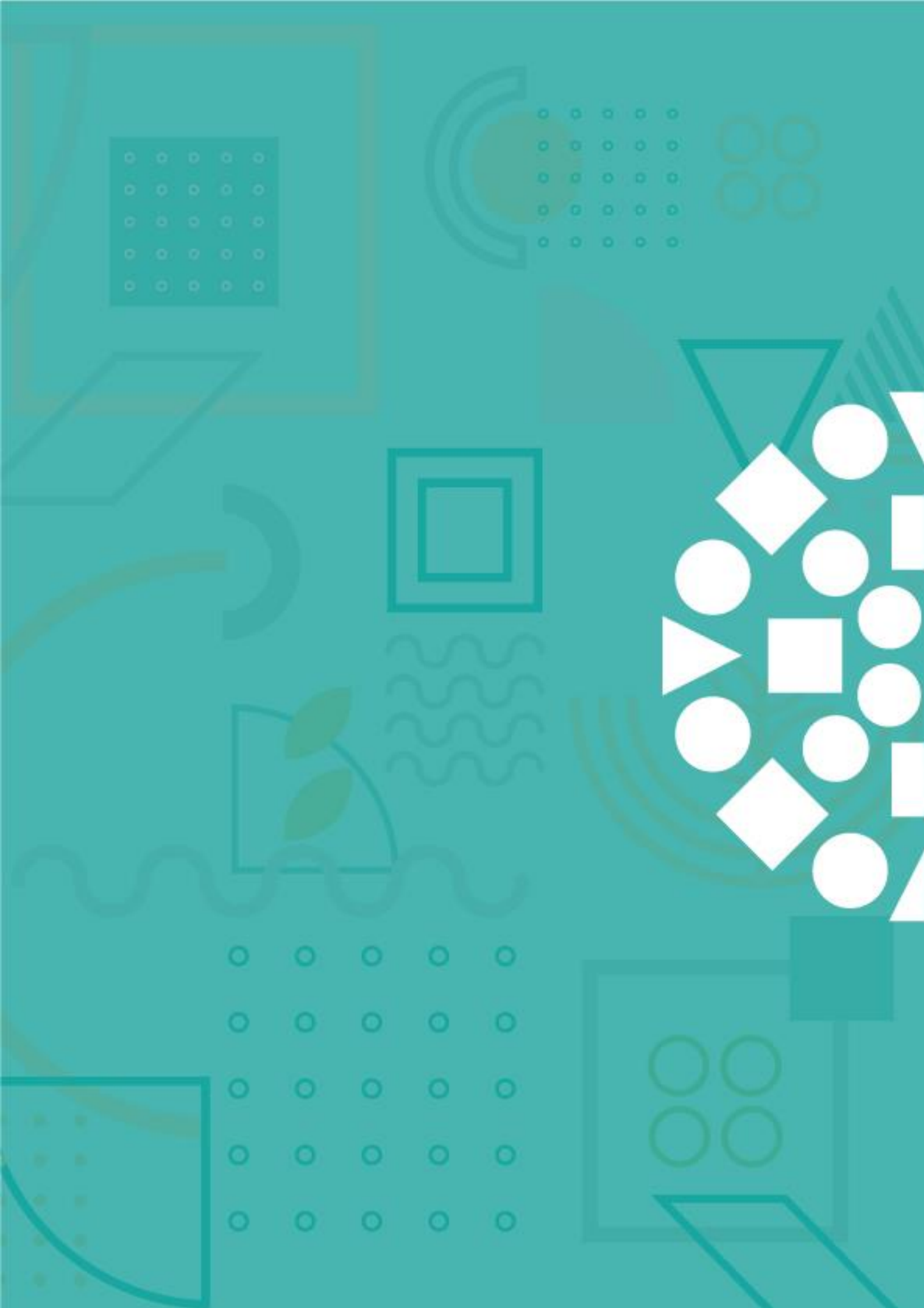
Tabela 1 - Fatores Disruptivos da Integridade Física e Mental dos Trabalhadores segundo a OIT (Organização Internacional do Trabalho)

CONDIÇÕES PARA A EXECUÇÃO DAS TAREFAS DE TRABALHO	<ul style="list-style-type: none"> Exigências do trabalho (sobrecarga e ritmo do trabalho, exigências contraditórias, etc.) Organização do trabalho (ambiguidade de papéis, objetivos contraditórios, processos mal definidos, não transparentes; ferramentas de trabalho desadequadas) Desadequação entre exigências e competências Insegurança e ou precaridade do emprego.
RELAÇÕES NO LOCAL DE TRABALHO	<ul style="list-style-type: none"> Falta de apoio por parte da organização, da chefia ou dos colegas Relações interpessoais e ou comunicação ineficaz Assédio sexual ou psicológico (comportamentos humilhantes ou de intimidação por parte da chefia). Violência (física ou psicológica, voluntária ou involuntária)
ACESSOS AOS E PRESENÇA NOS LOCAIS DE TRABALHO	<ul style="list-style-type: none"> Distâncias e/ou Dificuldades de acessibilidade e transporte Horários de trabalho conflituosos com necessidades pessoais ou familiares.

Com 3 Eixos Estratégicos, incidindo na tipologia de fatores disruptivos defendida pela OMS (condições materiais e organizacionais do trabalho, sentimento de pertença e conciliação de papéis profissionais e pessoais), a APA propôs um Programa que inclui um montante global de investimentos para o período 2020-2021 de cerca de 480 000€.

Tabela 2 - Eixos Estratégicos do Programa "APA + Feliz"

SAÚDE E BEM-ESTAR DOS TRABALHADORES DA APA		
Trabalho +	Comunidade +	Conciliação +
<ul style="list-style-type: none">• Melhores Processos• Melhores Ferramentas• Melhor Comunicação	<ul style="list-style-type: none">• Melhor Acolhimento• Melhor Permanência• Melhor Despedida	<ul style="list-style-type: none">• Melhor Mobilidade• Melhores Horários• Melhores Serviços



O DESEMPENHO EM 2019

1. INDICADORES E METAS

Aferimos o desempenho da APA em 2019 pelos resultados obtidos nos Indicadores selecionados para o Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) face às Metas definidas.

Esses Indicadores foram neste ano organizados pelos seguintes Parâmetros e Objetivos Operacionais:

EFICÁCIA

OO1 – CONSOLIDAR E DESENVOLVER INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO E REPORTE AMBIENTAL

- IND 1 - N.º de Planos e Relatórios de acompanhamento / monitorização / reporte elaborados até ao final do ano – 180/200/220

OO2 – CONTRIBUIR PARA A DESCARBONIZAÇÃO DA ECONOMIA

- IND 2 - Organização ou participação da APA em eventos/reuniões/publicações que promovam a discussão/divulgação/disseminação de informação sobre a Política Climática Nacional e o compromisso nacional de atingir a Neutralidade Carbónica em 2050 – 20/25/30

OO3 – OTIMIZAR A GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

- IND 3 - % De massas de água monitorizadas para avaliação do Estado no âmbito do 3º ciclo de planeamento – 65%/70%/75%
- IND 4 - N.º de ações nacionais de fiscalização – 1850/2000/2150
- IND 5 - Extensão de linha de costa/rede hidrográfica intervencionada (km) – 770/800/830

EFICIÊNCIA

OO4 – CONTRIBUIR PARA O CONTROLO DA POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA

- IND 6 - % De implementação das ações relativas ao conhecimento e informação da Estratégia Nacional para o AR - ENAR 2020 – 70%/75%/80%

OO5 – PROMOVER A ECONOMIA CIRCULAR

- IND 7 - % De concretização das medidas do Plano de Ação para a Economia Circular da responsabilidade da APA – 35%/39%/43%

OO6 – OTIMIZAR O FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- IND 8 - N.º de novos módulos tecnológicos implementados nos diferentes sistemas de informação da APA – 9/10/11

OO7 - GARANTIR A OPERACIONALIZAÇÃO ATEMPADA DOS ATOS A QUE SE REFERE O N.º 2 DO Art.º 16 DA LOE

- IND 9 - % De trabalhadores com processamento da valorização remuneratória no mês seguinte ao termo do seu processo de avaliação de desempenho – 85%/90%/95%

QUALIDADE

OO8 – MELHORAR O SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

- IND10 - N.º de ações de auditoria interna que asseguram a avaliação dos serviços – 1/2/3

OO9 – MELHORAR A QUALIDADE DO SERVIÇO PRESTADO

- IND 11 - % de respostas com nível de satisfação elevado à qualidade do atendimento telefónico, *email* e presencial – 60%/65%/70%

OO10 – CONCILIAÇÃO DA VIDA PROFISSIONAL, FAMILIAR E PESSOAL

- Taxa de trabalhadores com parecer favorável à solicitação de jornada contínua – 92%/95%/98%

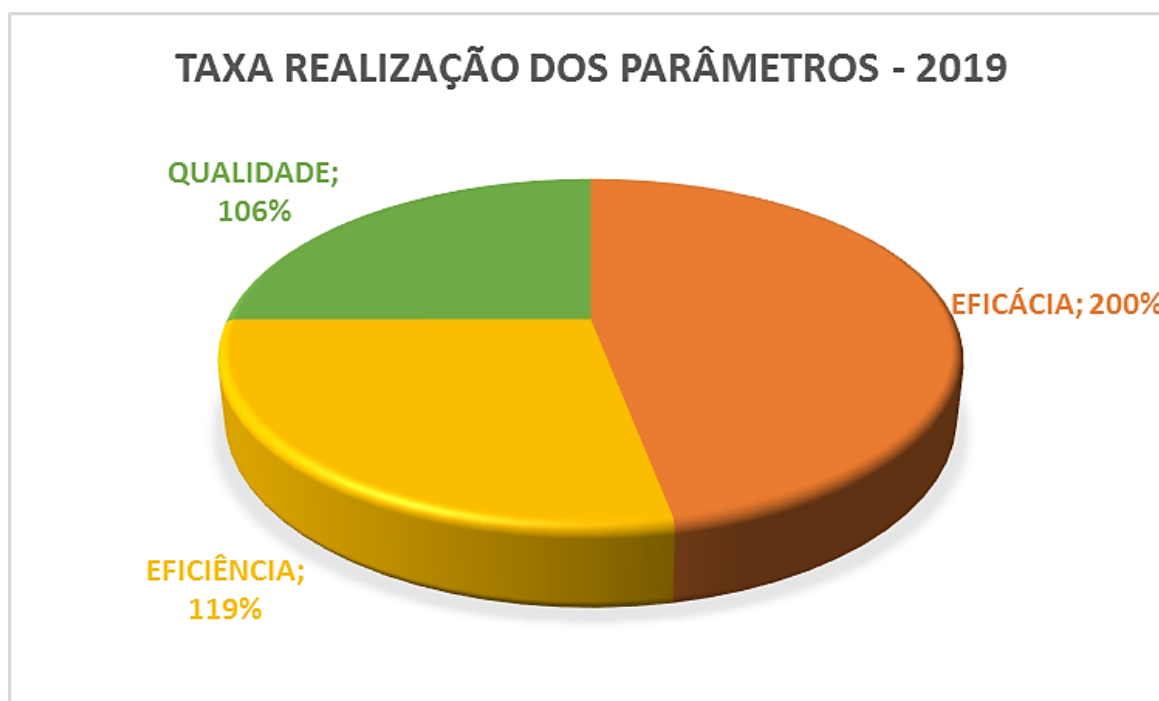
2. RESULTADOS GLOBAIS

O ANO FOI CONCLUÍDO COM UMA REALIZAÇÃO GLOBAL DE **136 %**, CERCA DE 1/3 ACIMA DO PLANEADO

136 %

Taxa de Realização Global

QUAR APA 2019



EMBORA TODOS OS PARÂMETROS TENHAM SIDO SUPERADOS, O DESVIO EXPRESSIVO DE **36%** DEVE-SE AO COMPORTAMENTO DO PARÂMETRO **EFICÁCIA**, QUE APRESENTA O DOBRO DO RESULTADO ESPERADO.

3. EFICÁCIA

Para o parâmetro **EFICÁCIA** concorrem 3 Objetivos:

- Consolidar os instrumentos de planeamento
- Contribuir para descarbonizar a economia
- Otimizar a gestão de recursos hídricos.



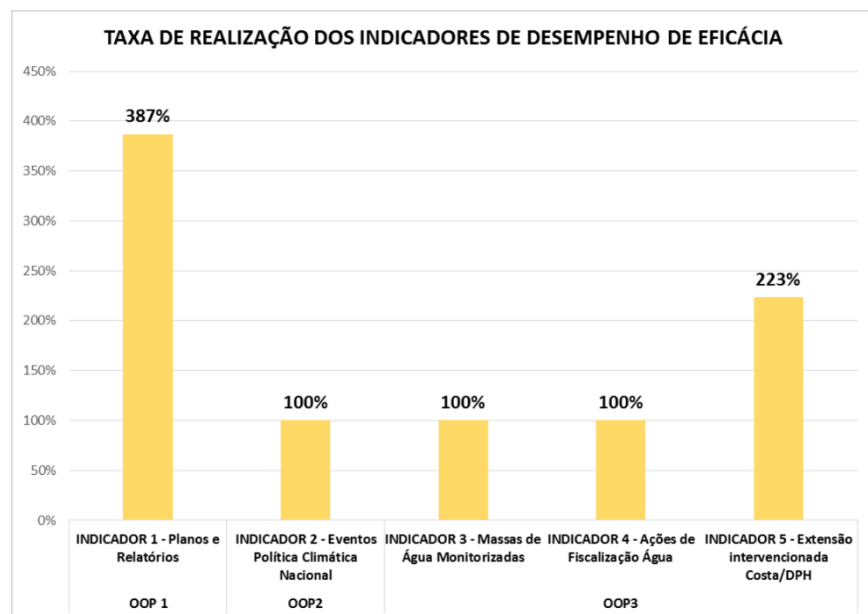
O resultado final expressivo deste Parâmetro, com uma Taxa de Realização de 200% resulta:

- De um desvio anómalo do resultado do Objetivo Operacional 1
- De uma realização expressiva ao nível do Objetivo 3.



No primeiro caso, tendo-se procedido, pela primeira vez, a uma identificação exaustiva dos documentos de planeamento e reporte efetuados pelos vários departamentos da APA, constatou-se que as previsões iniciais eram claramente modestas. Esta constatação permitirá ajustar as previsões em anos futuros.

No segundo caso tratou-se de um esforço significativo desenvolvido pela APA neste ano no sentido de reforçar todas as iniciativas e recursos conducentes à recuperação das linhas de água mais afetadas pelos incêndios.



4. EFICIÊNCIA

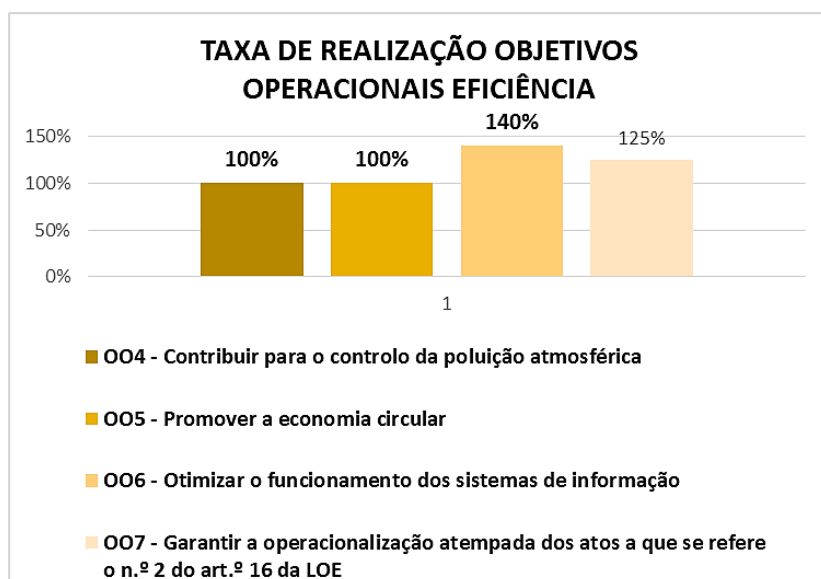
Para o parâmetro **EFICIÊNCIA** concorrem 4 Objetivos:

- Controlo da poluição atmosférica
- Promover a Economia Circular
- Otimizar os sistemas de informação da APA
- Valorizações remuneratórias atempadas aos trabalhadores da APA na sequência dos processos de avaliação.

119 %

Taxa de Realização do Parâmetro

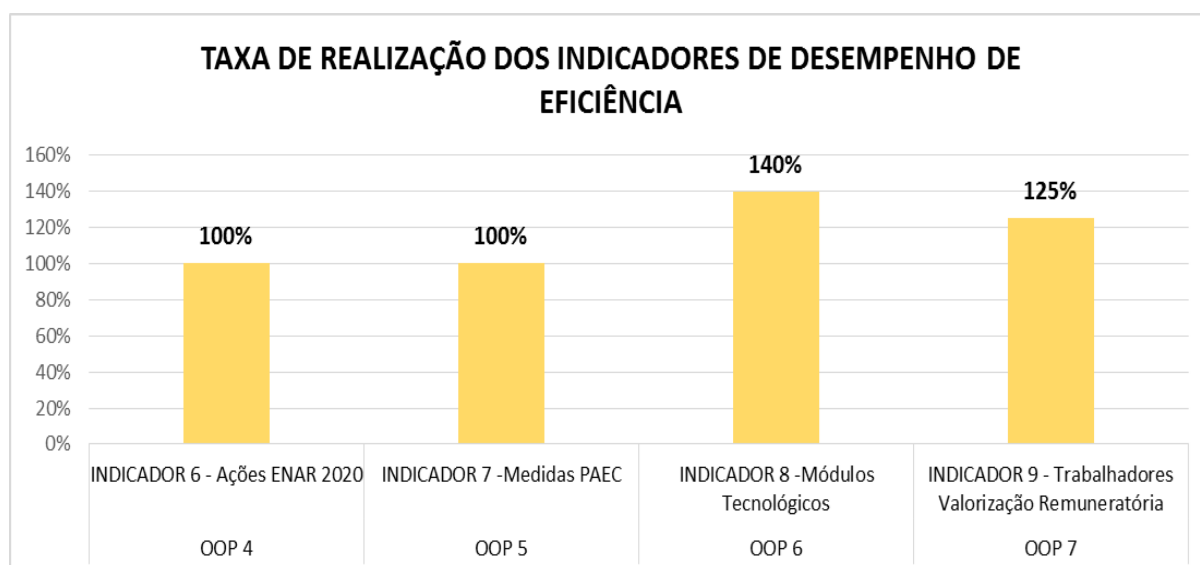
EFICIÊNCIA



O resultado deste Parâmetro, com uma Taxa de Realização cerca de 1/5 acima do previsto, resulta sobretudo do contributo dos Objetivos e respetivos Indicadores relacionados com a gestão interna:

- Objetivo Operacional 6 (foram desenvolvidos 14 módulos nos Sistemas de Informação da APA em vez dos 10 planeados)

- Objetivo Operacional 7 (foi possível proceder à integralidade das valorizações remuneratórias previstas n.º 2 do art.º 16.º da Lei do Orçamento do ano de 2019) no mês seguinte à conclusão do processo de avaliação de desempenho).



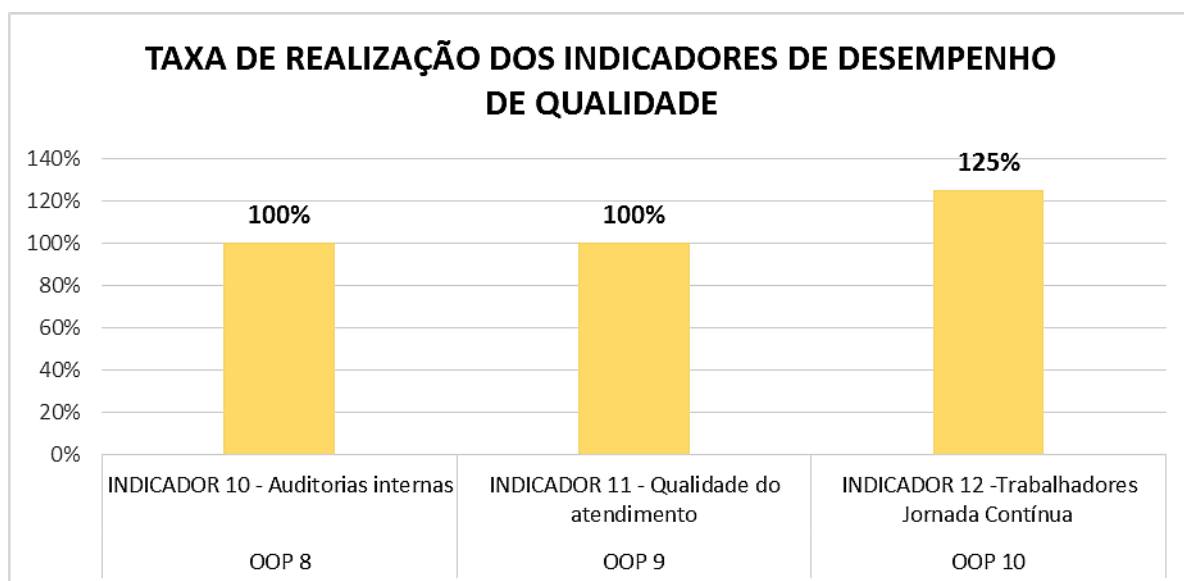
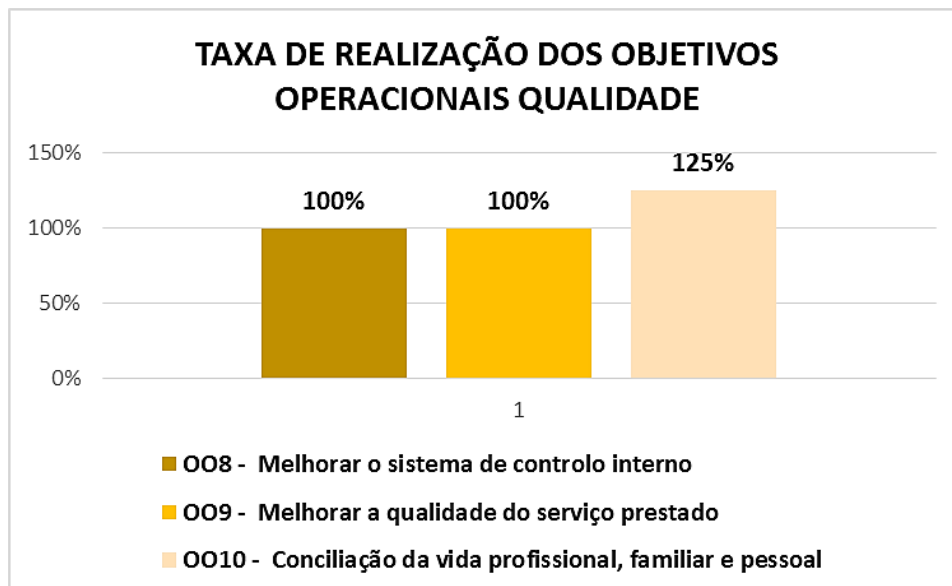
5. QUALIDADE

Para o parâmetro **QUALIDADE** concorrem 3 Objetivos:

- Melhorar o Sistema de Controlo Interno da APA
- Melhorar a qualidade do Atendimento da APA
- Melhorar a conciliação entre a vida profissional e pessoal dos trabalhadores e dirigentes da APA.

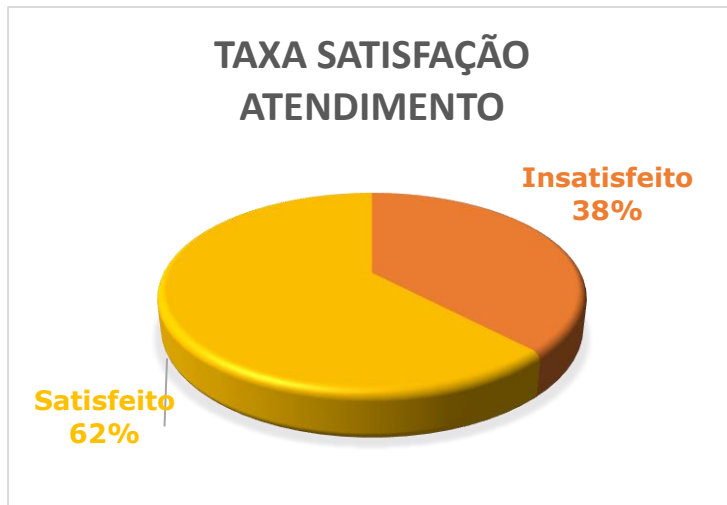
106 %
<i>Taxa de Realização do Parâmetro</i>
QUALIDADE

O resultado deste Parâmetro, apesar de uma Taxa de Realização global muito próxima do planeado, exibe uma performance $\frac{1}{4}$ acima do previsto no último Objetivo Operacional e respetivo Indicador: em vez dos 95% de autorizações de jornadas contínuas planeadas todos os pedidos foram satisfeitos.



6. SATISFAÇÃO DE CLIENTES

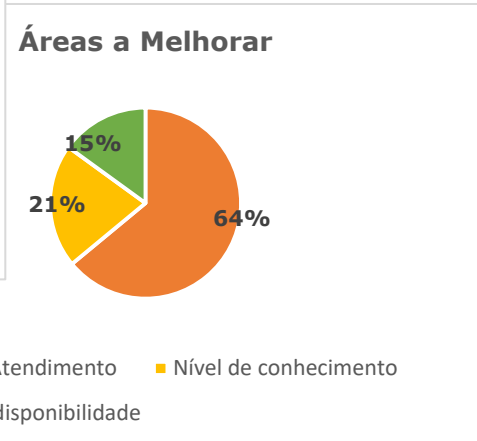
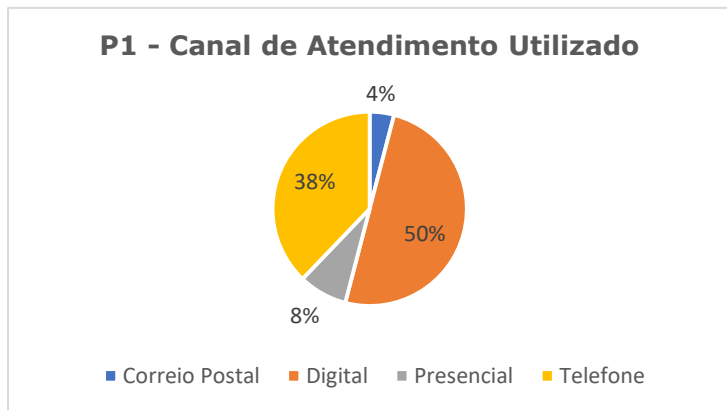
RESULTADOS INQUÉRITO SATISFAÇÃO



Em 2019 foi realizado um Inquérito de Satisfação sobre o Sistema de Atendimento da APA que revelou que **62%** dos respondentes se consideraram **satisfeitos**.

De referir que deste atendimento **88%** é digital ou telefónico, representando o segmento do atendimento presencial ou por correio postal apenas **12%**.

O **Tempo de Atendimento** foi o vetor mais frágil da qualidade de Atendimento na APA, com **64%** dos respondentes a considerar o aspeto mais relevante a **melhorar**.



MEDIDAS DE REFORÇO DO DESEMPENHO

Um dos grandes desafios da Administração Pública é a procura crescente, por parte da população, da prestação de serviços cada vez mais personalizados, eficazes e inovadores, estimulando o desenvolvimento, por parte dos prestadores públicos, de soluções para problemas já existentes e/ou antecipando respostas para problemas futuros.

No que respeita à APA, embora se tenham registado avanços notórios no âmbito da política de atendimento e relacionamento com o cliente, processo que teve início em 2017, são ainda muitos os desafios impostos a esta organização, em particular no que respeita ao desenvolvimento sistémico de processos e procedimentos visando a oferta de serviços de maior qualidade e sobretudo mais rápidos.

Entre as várias abordagens disponíveis para se trabalhar com os problemas no campo da prestação de serviços ambientais públicos, o *design* de serviços – que prioriza a cocriação e a perspetiva dos utilizadores (a montante do atendimento propriamente dito) - e a

gestão da qualidade, são duas áreas em que a APA poderá apostar a partir de 2020, e que poderão contribuir para o reforço positivo do seu desempenho.

No que respeita à etapa de fim de linha, o Atendimento, a APA está a reforçar os seus canais de relacionamento com o cliente, procurando soluções ágeis e eficientes do ponto de vista operacional e financeiro (ex. externalização do Callcenter com inclusão, no catálogo de serviços, de um número cada vez maior de âmbitos ambientais e que poderá também passar por uma eventual partilha de recursos com outros organismos que trabalham a temática ambiental).

7. CONTROLO INTERNO

O **Controlo Interno** de uma entidade é uma forma de organização que pressupõe a existência de um plano e de sistemas coordenados, destinados a prevenir a ocorrência de erros e irregularidades ou a minimizar as suas consequências e a maximizar o desempenho da entidade.

A **Avaliação do Sistema de Controlo Interno**, enquanto instrumento de autoavaliação, encontra-se a ser desenvolvida mediante a realização de auditorias internas, realizadas pela Equipa Multidisciplinar de Auditoria Interna da APA, concretizada em relatório autónomo, que evidencia o controlo hierárquico, os procedimentos e os registos relacionados com o processo de tomada de decisão e, conseqüentemente, o cumprimento dos normativos legais, dos planos, políticas e objetivos definidos.

8. AUTO AVALIAÇÃO GLOBAL

O trabalho desenvolvido pela APA durante o ano de 2019 foi vastíssimo, aparecendo apenas parcelarmente representado nos Objetivos e Indicadores selecionados para o QUAR.

A descrição desta atividade contida no Capítulo anterior e os resultados do QUAR analisados no presente capítulo, permitem-nos considerar o ano de 2019 como um ano altamente profícuo no desempenho da APA, quer nas suas diferentes áreas de negócio quer nas áreas de gestão.

Projetando o futuro consideram-se áreas a melhorar as relacionadas com a Qualidade, nomeadamente:

1. PROCESSOS DE TRABALHO

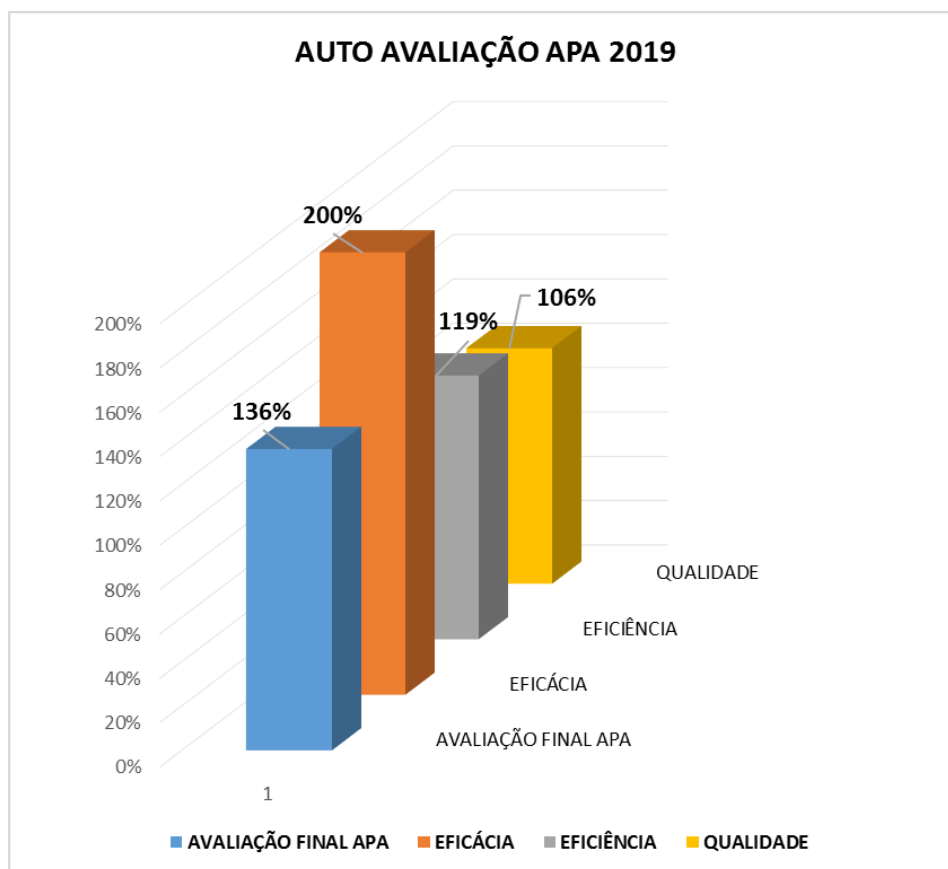
- Pelo aprofundamento da desmaterialização e simplificação de processos;
- Pelo aprofundamento dos Sistemas de Controlo Internos.

2. SATISFAÇÃO DE CLIENTES

- Pela redução dos tempos de atendimento
- Pelo reforço da prestação de serviços desmaterializados

3. BEM-ESTAR DE COLABORADORES

- Pela melhoria da organização do trabalho
- Pela melhoria das relações de trabalho
- Pela melhoria da conciliação vida profissional, familiar e pessoal.



9. RECURSOS UTILIZADOS

RECURSOS HUMANOS

Mapa de Pessoal

Relativamente aos recursos humanos, o planeamento apresentado considerou os efetivos a 2018/12/31, conforme o quadro de comparação que se apresenta abaixo.

Assim, relativamente ao total de efetivos previstos para 2019, registou-se no final do ano um aumento de 1,4% em relação ao planeado.

Esse aumento incidiu designadamente na carreira/categoria de técnico superior.

Quadro 1 - Recursos Humanos (Nº Postos de Trabalho Ocupados)

Recursos Humanos Cargo/Categoria	31/12/2018	31/12/2019	Desvio
Dirigentes - Direção Superior	4	4	0
Dirigentes - Direção intermédia e Chefes de equipa	75	74	-1,3%
Técnico Superior (inclui Especialistas de Informática)	429	444	+3,5%
Coordenador Técnico (inclui Chefes de Secção)	6	6	0
Assistente Técnico (inclui Técnicos de Informática)	176	176	0
Assistente Operacional	43	39	-9,3%
Total	733	743	1,4%

Este incremento é justificado pelo regresso de alguns dirigentes à carreira de origem na APA, à integração de 9 trabalhadores no âmbito da regularização dos vínculos precários na Administração Pública (PEPAC), bem como pela aplicação de uma política de recrutamento seletiva e orientada para a carreira técnica superior, recorrendo-se ao regime de recrutamento através da mobilidade interna e procurando-se a sua consolidação sempre que estejam reunidas as condições para o efeito.

Formação profissional

Em 2019, a APA proporcionou a participação a 56 trabalhadores em ações externas, (formação, seminários, Workshops, conferências, entre outros), que representam cerca de 922 horas de formação.

RECURSOS FINANCEIROS

Orçamento da receita

No âmbito das suas atribuições a APA arrecada um conjunto de receitas que lhe são acometidas por lei, com especial ênfase nas **receitas próprias** que representam perto de **40%** do total da receita cobrada no ano.

No exercício de 2019 verifica-se uma **taxa de execução** da receita prevista (receita cobrada/previsão corrigida), de **105%**, sendo que a taxa de execução da receita emitida (receita cobrada/receita emitida) foi de 93%.

Quadro 2 – Execução do Orçamento da Receita em 2019

Unid.: M €

Previsão Corrigida	Receita Emitida	Receita Cobrada	Taxa de Execução
112,72	127,57	118,02	105%

Da análise à receita cobrada em 2019 verifica-se que **38%** do total da receita - aproximadamente 45M€ - é referente à cobrança de **taxas**, multas e outras penalidades, com especial ênfase à receita cobrada por conta da **TRH** (Taxa de Recursos Hídricos) -

16,25M€ - e da TGR (Taxa de Gestão de Resíduos) - com uma receita cobrada de 19,95M€ em 2019.

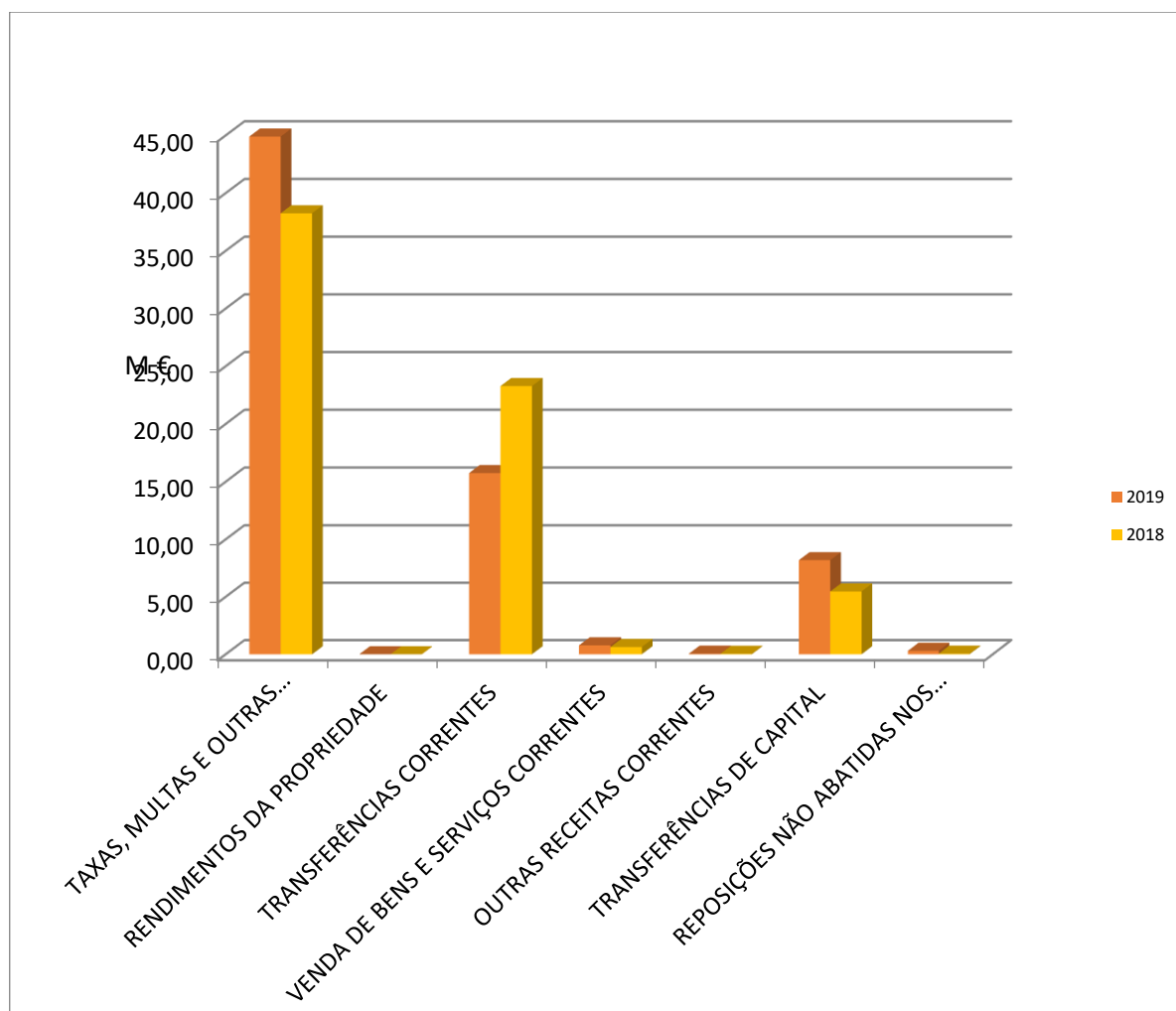
Quadro 3 – Receita Cobrada no Ano por Capítulo em 2019

Unid.: M €

Agrupamento Económico		Receita Cobrada Líquida	Representatividade
04	Taxas, multas e outras penalidades	44,90	38,04%
06	Transferências correntes	15,75	13,34%
07	Venda de bens e serviços correntes	0,77	0,66%
08	Outras receitas correntes	0,05	0,04%
10	Transferências de capital	8,19	6,94%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	0,30	0,25%
16	Saldo da gerência anterior	48,06	40,72%
TOTAL		118,02	100%

Face ao exercício de 2018, registou-se um aumento da receita operacional de apenas 2M€. Apesar de se ter verificado um aumento de cobrança de receitas próprias (mais 6M€ face a 2018), este aumento foi anulado pela redução de transferências correntes de outras entidades (-7M€).

Gráfico 1 – Comparação da Execução de Receita por Capítulo.



Orçamento da despesa

Para o ano de 2019 a APA contou com cerca de 87M€ de **dotação disponível** para a realização de despesas mas apenas verificou uma **taxa de execução** (pagamentos/dotação corrigida líquida de cativos) de apenas 61%.

A baixa taxa de execução prede-se com a existência de constrangimentos na execução dos projetos de investimento provocada pela densidade da tramitação dos procedimentos de contratação pública e com a necessidade de alocar receitas próprias para disponibilização de fundos disponíveis que permitam a assunção de compromissos com financiamento comunitário.

Quadro 4 - Orçamento de Despesa Global

Orçamento	Dotação Corrigida	Cativos	Dotação Corrigida Líquida de Cativos	Pagamentos	Taxa de Execução
Atividades	49 678 861,00 €	5 742 434,00 €	43 936 427,00 €	36 593 159,89 €	83%
Projetos	44 609 184,00 €	1 812 774,00 €	42 796 410,00 €	16 671 840,50 €	39%
Total	94 288 045,00 €	7 555 208,00 €	86 732 837,00 €	53 265 000,39 €	61%

Para o **Orçamento de Atividades** foram alocados cerca de 44M€ que obtiveram uma taxa de execução de 83%. O maior encargo suportado foi com as despesas de **Pessoal** - correspondente a 61% do total do orçamento - seguido das transferências correntes - correspondente a 28% deste orçamento - que incluíram fundamentalmente a transferência da **TGR** cobrada no ano para o Fundo Ambiental.

Gráfico 2 - Orçamento de Atividades por Agrupamento

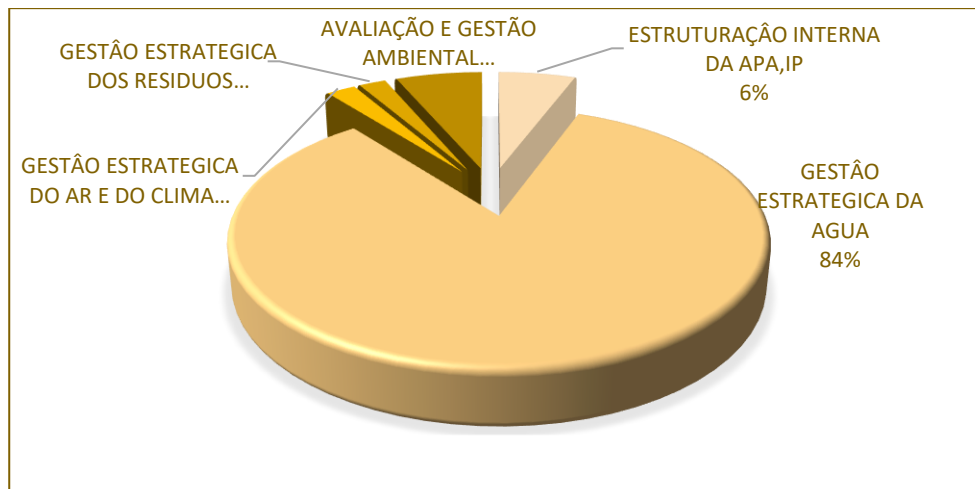


No **Orçamento de Investimento** estão inscritos 66 projetos de investimento sendo que destes 50 são cofinanciados por vários Programas Operacionais.

Da análise aos projetos inscritos verifica-se que a *Gestão Estratégica da Água* assume 68% da totalidade dos projetos inscritos com 46 projetos de investimento em desenvolvimento bem como 84% da dotação disponível no orçamento com um total de 35M€ inscritos.

A *Estrutura Interna* da APA e a *Avaliação e Gestão Ambiental* representam cada uma 6% do total da dotação, com um valor de aproximadamente 2,5M€ cada, e a *Gestão Estratégica de Resíduos e do Ar e do Clima* apenas 2% cada um, o que representa perto de 0,9M€ por cada uma das atividades.

Gráfico 3 – Distribuição da Dotação do Orçamento de Investimento



RECURSOS TECNOLÓGICOS

Foram os seguintes os principais recursos tecnológicos disponíveis na APA em 2019

- Ao nível das **Infraestruturas e Equipamentos Informáticos**:
 - **Data Center** (sala técnica única nos serviços centrais após transferência de todos os *Data Centers* pré-existentes, com promoção de evolução tecnológica: virtualização do parque de servidores; processamento através de servidores *blade* montados em chassis; armazenamento por SANs e cópias em standby em NAS; atualização e *patching* de servidores - auditoria externa realizada em 2016 pela Bitsight atribuiu à APA um *rating* de 690, consideravelmente acima da média de outros organismos da Administração Pública e um tempo de resolução de incidentes 70.6% superior às suas congéneres)
 - **Cópias de Segurança** (solução centralizada de cópias de segurança baseada em Veeam)
 - **Desktops**: Atualização centralizada (integração do SCOM com o Windows Server Update Services -WSUS); Virtualização (VDI: implementada 1ª fase)
 - **Impressão** (solução centralizada com centros de custo por unidade orgânica e utilizador)
 - **Monitorização de Sistemas** (SCOM configurado para gerar relatórios automáticos de apoio à gestão dos sistemas).
- Ao nível da **Segurança Informática**:
 - **Antivírus** (medidas de proteção *antiransomware* via *Group Policy* em sistemas Windows)
 - **Segurança periférica Firewall** (solução Watchguard gerida internamente interligada a um contrato de circuitos privados de dados e um sistema analítico WG *Dimension* que analisa diariamente os logs do Watchguard tornando visíveis potenciais ameaças e tráfego excessivo)

- Ao nível dos **Serviços Informáticos e de Comunicações**:
 - Conectividade à **Internet**/1 Gbps e endereços IP públicos Classe C (Protocolo FCCN)
 - Conectividade RTCS Plus (ligações de alto débito) entre APA Sede-ARH-Tejo e Oeste e APA Sede-ESPAP (Protocolo FCCN)
 - Rede Virtual Privada (**VPN**): serviço de dados com fibra última geração integrando todas as instalações da APA
 - Rede **Wifi** baseada em pontos de acesso de elevado desempenho da Ruckus
 - Comunicações de voz sobre **VOIP** (ligações sem custos entre instalações da APA e custos reduzidos para fora da rede APA)
 - **Proxy de Internet** (dois proxys de Internet, baseados em software livre Squid: melhora tempos de resposta, por cache de pedidos frequentes a páginas web, e fornece uma camada adicional de proteção aos utilizadores anonimizando a sua navegação na Internet)
 - **Reverse Proxy** (dois reverse proxy baseados no software livre NGINX, um externo e outro interno: balanceamento de carga e criação de uma camada adicional de segurança)
 - Contrato unificado de **Comunicações Móveis** (integrando telemóveis de serviço e comunicações automáticas de dados das redes de monitorização ambientais – SNIRH, SVARH, QualAR, RadNet)
 - **Correio Eletrónico** (sistema Exchange; serviços externos de alojamento, antispam, antivírus e backup dedicados; BU com retenção de 30 dias; configuração do DKIM e SPF nos servidores da APA)
 - **Active Directory** (Microsoft)
 - Mensagens SI APA/**SILiAmb** e **SNIAmb** (para reencaminhamento de mensagens foram instalados dois servidores Linux e um sistema de *mail relay* baseado em Postfix, e para envio massivo de mensagens foi instalado um sistema Linux baseado no Mautic)
 - **Partilha de ficheiros na Internet** (APABOX - baseado no software NextCloud, em semelhante ao DropBox – e FTP - Servidor Linux baseado no protocolo FTP)
 - **DNS** (efetuado internamente mas com servidor secundário fora da rede da APA, o que garante resiliência e redundância na gestão de nomes)
 - **DHCP** (efetuado internamente, com sistema distribuído que permite uma uniformização de endereços em todas as instalações da APA)
 - **Versionamento de software** (Apache SVN)
 - **Gestão de Projetos** (Team Foundation Server TFS)
 - **Helpdesk** (sistema interno os Ticket).

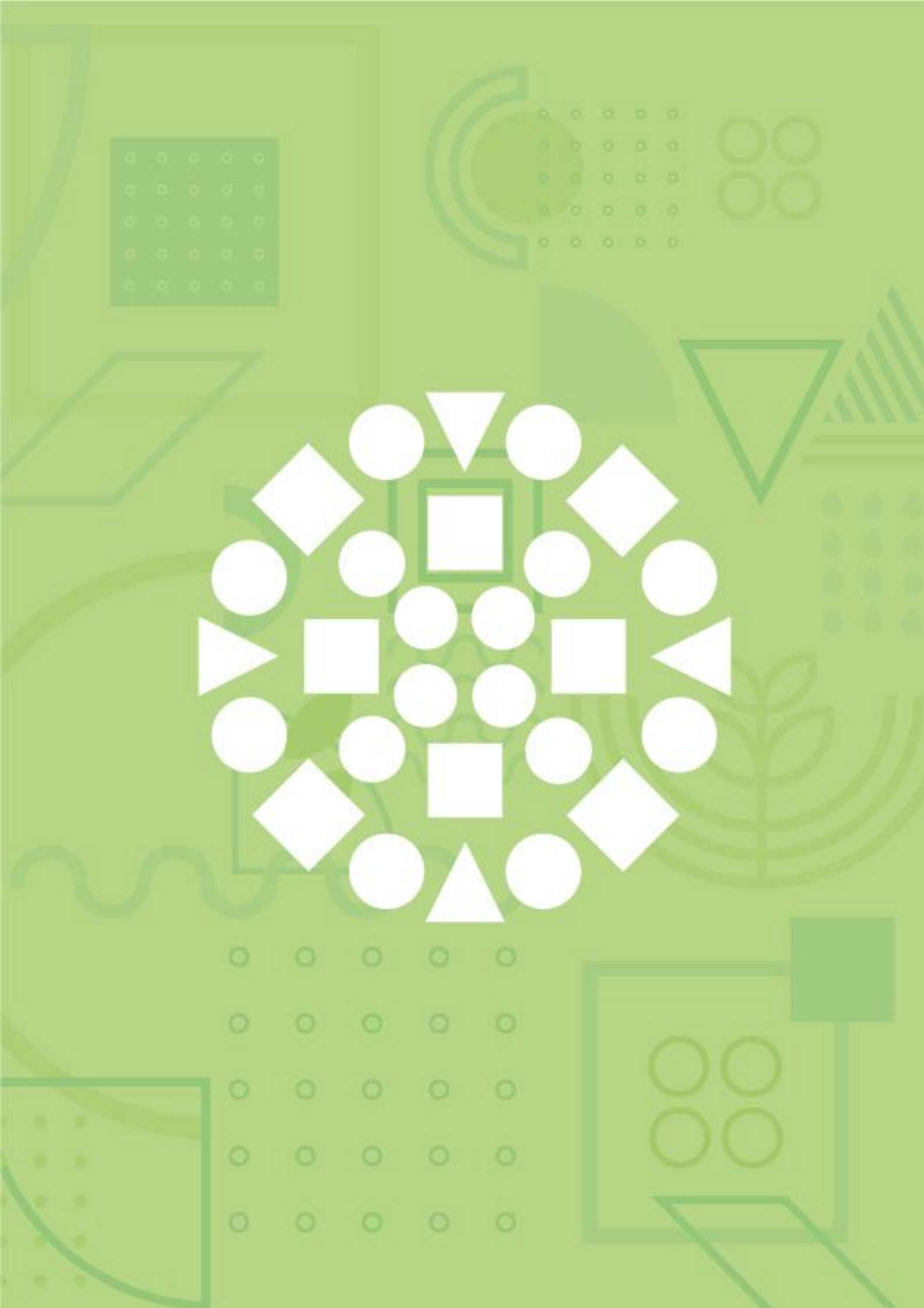
- Ao nível dos **Gestão de Dados**:
 - **MDM** (Modelo de Dados Mestre, fonte de *Entidades* dos restantes sistemas de informação)
 - **BI** (Business Intelligence): baseado em tecnologia Microsoft (*datawarehouse/ cubos*) dá suporte à produção de Indicadores e *Dashboards* às várias áreas de atividade da APA.

- Ao nível dos **Sistemas de Informação**:
 - **SILiAmb** (<https://apoiosiliamb.apambiente.pt/>): Sistema Integrado de Licenciamento Ambiental: plataforma criada em 23 de outubro de 2012, na sequência da criação da APA, I.P. por fusão de 9 organismos, que suporta os processos de licenciamento geridos pela APA; inclui os módulos: Apoio SILIAMB, Resíduos, CELE, Recursos Hídricos, LUA e Reportes Ambientais.
 - **SNIAmb** (<https://sniamb.apambiente.pt/>): Sistema Nacional de Informação de Ambiente desenvolvido de acordo com os princípios do "Sistema de Informação Ambiental Partilhada – "SEIS" - da Agência Europeia do Ambiente, que agrega

toda a informação sobre o estado do ambiente em Portugal; inclui os módulos: "Visualizadores Geográficos" e "Áreas Temáticas". Tem a suportá-lo os seguintes desenvolvimentos:

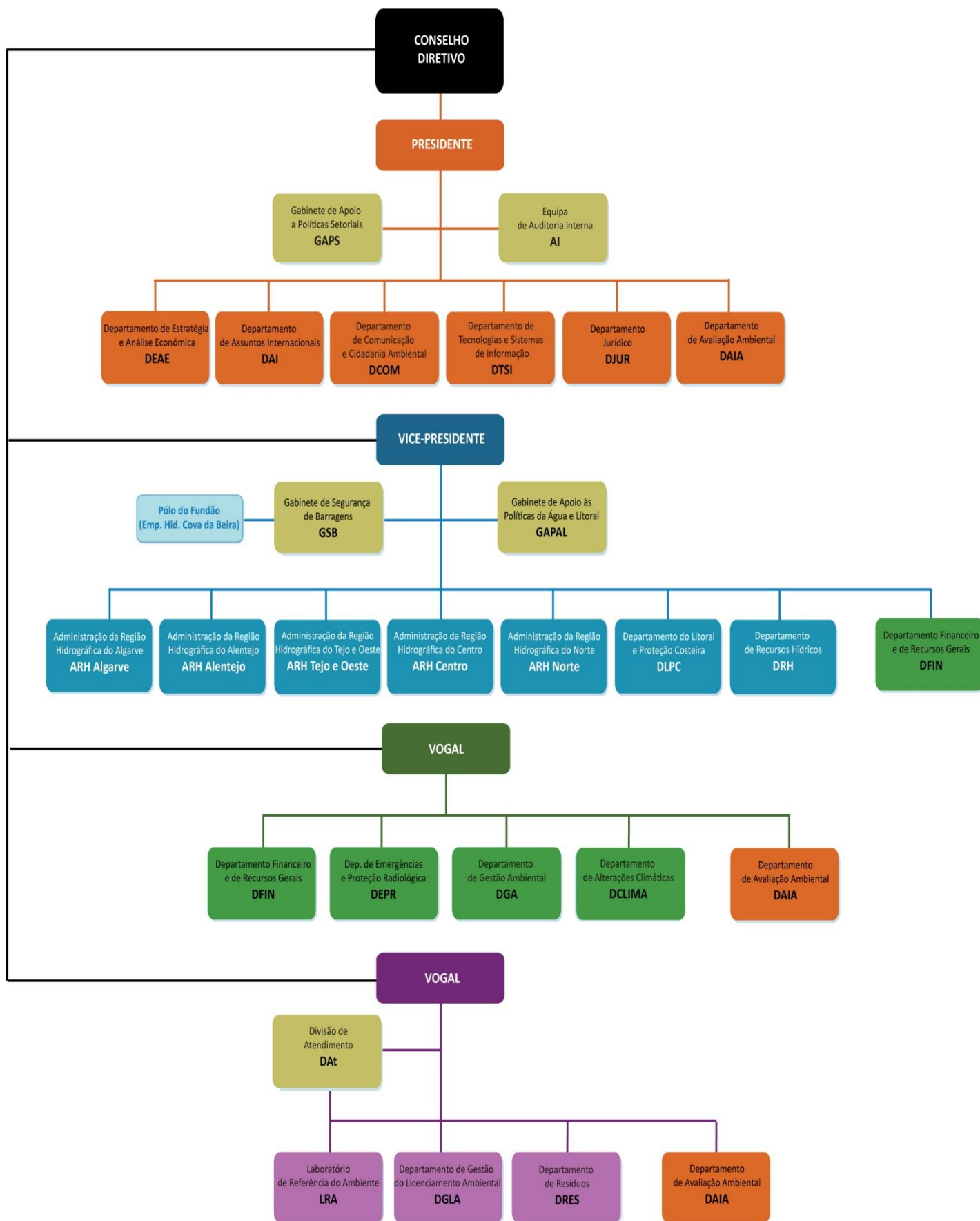
- ✓ Infraestrutura de dados espaciais (IDE)
 - ✓ Geoportal da APA, nas suas componentes de exploração, visualização e descarregamento de dados geográficos em cumprimento da Diretiva INSPIRE
 - ✓ GeoSILiAmb disponibilizando ferramentas de inquirição e geoprocessamento básico no geovisualizador do SILiAmb
 - ✓ Módulos de interoperabilidade via *webservices*
 - ✓ Visualizadores geográficos para integração plena da informação proveniente de outros sistemas de monitorização da responsabilidade da APA (Água (SNIRH e SVARH), Riscos, Ar, Ruído, Resíduos, etc.)
 - ✓ Módulos de carregamento de Meta informação referente a informação não georreferenciada (documental) de natureza ambiental
 - ✓ Disponibilização de serviços geográficos (WMS e WFS) de modo a suportar as políticas de dados abertos
 - ✓ Desenvolvimento de ferramentas Sistema de Informação Geográfico (SIG) de suporte à atividade dos serviços da APA (via web browser), que permitirá reduzir a dependência de *software* SIG dedicado
 - SIAIA (<https://siaia.apambiente.pt/>): Sistema de Informação sobre Avaliação de Impacte Ambiental)
 - SIARL (<http://siarlddev.apambiente.pt/>): Sistema de Administração do Recurso Litoral,
 - RA (<https://ra.apambiente.pt/form>): formulário *online* de Comunicação de dano ambiental ou de ameaça iminente de dano ambiental
 - RNOE (<https://formularios.apambiente.pt/onga/Login.aspx>): Registo Nacional das ONGA e equiparadas
 - PCB (<https://formularios.apambiente.pt/pcb/>): formulário *online* de PCB (Policlorobifenilos)
 - Gases Fluorados (<https://formularios.apambiente.pt/gasesf/>): formulário *online*
 - ECHA (<https://echa.europa.eu/pt/>): APA enquanto SON, administrou o sistema REACH/IUCLID, de forma a cumprir os vários níveis de segurança determinados pela Agência Química Europeia (ECHA) e gerir e tratar informação e dados mantidos no REACH-IT/Ripe/Iuclid/EPIC
 - SNIMar (<http://snimar.pt/>): Sistema Nacional de Informação do Mar (entidade promotora EMEPC - Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental – APA entidade participante)
 - EIONET NRC EIS (<https://www.eionet.europa.eu/>): Rede Europeia de Informação e de Observação do Ambiente (APA é NRC de Portugal - National Reference Center).
- Ao nível dos Portais e Apps:
 - SITE APA (<https://www.apambiente.pt/index.php>)
 - Plataforma genérica desenvolvida internamente baseada em DRUPAL que permite à APA a produção e gestão célere de conteúdos públicos a disponibilizar na Internet. Os seus sítios públicos mais relevantes incluem:
 - ✓ REA (Portal do Estado do Ambiente Portugal): <https://rea.apambiente.pt/?language=pt-pt>
 - ✓ AdaPT (<https://apambiente.wixsite.com/adapt>)
 - ✓ Por um País com bom Ar: <https://por1bom-ar.apambiente.pt/>
 - ✓ COSMO (<https://cosmo.apambiente.pt/>): Programa de Monitorização da Faixa Costeira de Portugal Continental)

- ✓ **BARPt** (https://cnpgeb.apambiente.pt/gr_barragens/gbportugal): Sistema de informação de apoio à atividade da segurança de barragens
- ✓ **LIFE**: <https://life.apambiente.pt/>
- ✓ **ENEPC** (Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas):
<https://encpe.apambiente.pt/?language=pt-pt>
- ✓ **ENEA** (Estratégia Nacional de Educação Ambiental):
<https://enea.apambiente.pt/>
- ✓ **EMAS** (<https://emas.apambiente.pt/>): Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria
- ✓ App **QualAR**
- ✓ App **Infopraia**
- ✓ App Ocorrências **Litoral**: <https://monitsiarl.apambiente.pt/#/>



ANEXOS

ANEXO 1 – ORGANOGRAMA



ANEXO 2 – QUAR 2019

ANO: 2019

Ministério do Ambiente e Transição Energética

Designação do Serviço | Organismo:

Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

Missão:

Propor, desenvolver e acompanhar a gestão integrada e participada das políticas de ambiente e de desenvolvimento sustentável, de forma articulada com outras políticas sectoriais e em colaboração com entidades públicas e privadas que concorram para o mesmo fim, tendo em vista um elevado nível de proteção e de valorização do ambiente e a prestação de serviços de elevada qualidade aos cidadãos.

Objetivos Estratégicos (OE):

	Meta	Grau de
OE1: Aumentar o nível de proteção, recuperação e valorização dos ecossistemas		
OE2: Aumentar o nível de proteção de pessoas e bens face a situações de risco		
OE3: Melhorar o conhecimento e a informação sobre o ambiente		
OE4: Reforçar a participação pública e assegurar o envolvimento das instituições		
OE5: Garantir a excelência no desempenho das competências atribuídas		

Objetivos Operacionais (OOP)

EFICÁCIA PESO: 25%

OOP	Indicadores	Realizado 2017	Realizado 2018	Meta 2019	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
OOP1	Consolidar e desenvolver instrumentos de planeamento e reporte ambiental											Peso: 30%
Ind1	N.º de Planos e Relatórios de acompanhamento / monitorização / reporte elaborados até ao final do ano	103		200	20	250	100%	31/12/2019	773	387%	Superou	287%
										100%	Taxa de Realização do OOP1	387%
OOP2	Contribuir para a descarbonização da economia											Peso: 35%
Ind2	Organização ou participação da APA em eventos/reuniões/publicações que promovam a discussão/divulgação/disseminação de informação sobre a Política Climática Nacional e o compromisso nacional de atingir a Neutralidade Carbónica em 2050	N.A.		25	5	31	100%	31/12/2019	26	100%	Atingiu	0%
										100%	Taxa de Realização do OOP2	100%
OOP3	Otimizar a gestão dos recursos hídricos											Peso: 35%
Ind3	% de massas de água monitorizadas para avaliação do estado no âmbito do 3º ciclo de planeamento	N.A.	N.A.	70%	5%	76%	34%	31/12/2019	75%	100%	Atingiu	0%
Ind4	N.º de ações nacionais de fiscalização	2125	N.A.	2000	150	2500	33%	31/12/2029	1881	100%	Atingiu	0%
Ind5	Extensão de linha de costa/rede hidrográfica intervencionada (km)	N.A.	N.A.	800	30	840	33%	31/12/2019	997	223%	Superou	123%
										100%	Taxa de Realização do OOP3	141%

EFICIÊNCIA PESO: 50%

OOP	Indicadores	Realizado 2017	Realizado 2018	Meta 2019	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
OOP4	Contribuir para o controlo da poluição atmosférica											Peso: 15%
Ind6	% de implementação das ações relativas ao conhecimento e informação da Estratégia Nacional para o AR - ENAR 2020	N.A.	N.A.	75%	5%	85%	100%	31/12/2029	70%	100%	Atingiu	0%
										100%	Taxa de Realização do OOP4	100%
OOP5	Promover a economia circular											Peso: 15%
Ind7	% de concretização das medidas do Plano de Ação para a Economia Circular da responsabilidade da APA	N.A.	N.A.	39%	4%	43%	100%	31/12/2019	37%	100%	Atingiu	0%
										100%	Taxa de Realização do OOP5	100%
OOP6	Otimizar o funcionamento dos sistemas de informação											Peso: 10%
Ind8	N.º de novos módulos tecnológicos implementados nos diferentes sistemas de informação da APA			10	1	13	100%	31/12/2019	14	140%	Superou	40%
										100%	Taxa de Realização do OOP6	140%
OOP7	Garantir a operacionalização atempada dos atos a que se refere o n.º 2 do art.º 16 da LOE											Peso: 60%
Ind9	% de trabalhadores com processamento da valorização remuneratória no mês seguinte ao termo do seu processo de avaliação de desempenho			90%	5%	100%	100%	31/12/2019	100%	125%	Superou	25%
										100%	Taxa de Realização do OOP7	125%

QUALIDADE PESO: 25%

OOP	Indicadores	Realizado 2017	Realizado 2018	Meta 2019	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
OOP8	Melhorar o sistema de controlo interno											Peso: 25%
Ind10	N.º de ações de auditoria interna que asseguram a avaliação dos serviços	N.A.		2	1	3	100%	31/12/2019	1	100%	Atingiu	0%
										100%	Taxa de Realização do OOP8	100%
OOP9	Melhorar a qualidade do serviço prestado											Peso: 50%
Ind11	% de respostas com nível de satisfação elevado à qualidade do atendimento telefónico, email e presencial	N.A.		65%	5%	75%	100%	31/12/2019	60%	100%	Atingiu	0%
										100%	Taxa de Realização do OOP9	100%
OOP10	Conciliação da vida profissional, familiar e pessoal											Peso: 25%
Ind12	Taxa de trabalhadores com parecer favorável à solicitação de jornada contínua	N.A.	N.A.	95%	3%	100%	100%	31/12/2019	100%	125%	Superou	25%
										100%	Taxa de Realização do OOP10	125%

RELAÇÃO entre OBJETIVOS ESTRATÉGICOS e OBJETIVOS OPERACIONAIS

	OOP1	OOP2	OOP3	OOP4	OOP5	OOP6	OOP7	OOP8	OOP9	OOP10	#REF!
Objetivo Estratégico 1	X	X	X	X	X						

Objetivo Estratégico 2	X	X	X	X							
Objetivo Estratégico 3	X	X	X	X	X	X				X	
Objetivo Estratégico 4		X			X	X				X	
Objetivo Estratégico 5	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

OBJETIVOS MAIS RELEVANTES

REGRA: Para este efeito, são considerados objetivos mais relevantes aqueles que, somando os pesos por ordem decrescente de contribuição para a avaliação final, perçam uma percentagem superior a 50%, resultante do apuramento de, pelo menos, metade dos objetivos.

OOP2; OOP3; OOP7 e OOP9 (total - 60%)

NOTAS EXPLICATIVAS

(caracterização dos objetivos/indicadores, por exemplo fórmulas de cálculo dos indicadores, etc..)

JUSTIFICAÇÃO DE DESVIOS

(objetivos/indicadores)

Eficácia	25%	Eficiência	50%	Qualidade	25%
200%		119%		106%	

AVALIAÇÃO FINAL DO SERVIÇO/ORGANISMO

Bom	Satisfatório	Insuficiente

RECURSOS HUMANOS

DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	Pontuação Planeada	Pontuação Realizada	DESVIO
Dirigentes - Direção Superior	20	80	80	0
Dirigentes - Direção intermédia e Chefes de equipa	16	1280	1184	-96
Técnico Superior - (inclui Especialistas de Informática)	12	6300	5328	-972
Coordenador Técnico - (inclui Chefes de Secção)	9	54	54	0
Assistente Técnico - (inclui Técnicos de Informática)	8	1608	1408	-200
Assistente Operacional	5	250	195	-55
Total		9572	8249	-1323

RECURSOS FINANCEIROS

DESIGNAÇÃO	PLANEADO (€)	EXECUTADO	DESVIO
Orçamento de Funcionamento (OF)	43 936 427 €	36 593 159,89 €	- 7 343 267,11 €
Despesas c/Pessoal	25 674 928 €	22 159 430,29 €	- 3 515 497,71 €
Aquisições de Bens e Serviços	6 797 093 €	4 022 041,58 €	- 2 775 051,42 €
Transferências	10 235 341 €	10 198 516,66 €	- 36 824,34 €
Outras despesas correntes	178 530 €	126 563,00 €	- 51 967,00 €
Despesas de capital	1 050 535 €	86 608,36 €	- 963 926,64 €
Orçamento de Investimento (OI)	42 796 410 €	16 671 840,50 €	- 26 124 569,50 €
Outros Valores (OV)	- €	- €	- €
Total (OF+OI+OV)	86 732 837 €	53 265 000,39 €	- 33 467 836,61 €

QUAR 2019 - INDICADOR 1 - MONITORIZAÇÃO FINAL

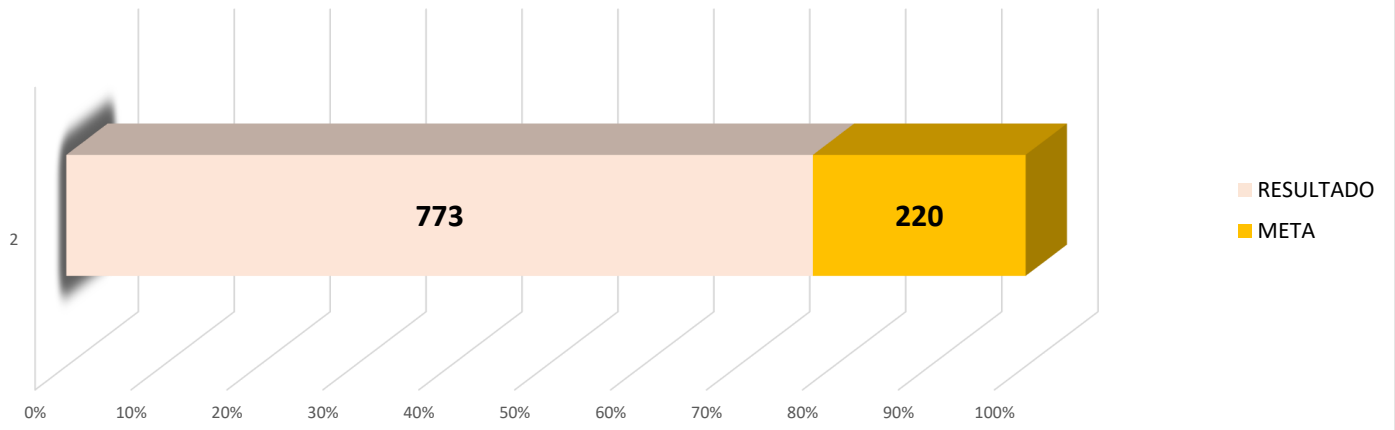
(N.º de Planos e Relatórios de acompanhamento / monitorização / reporte elaborados até ao final do ano)

UNIDADES ORGÂNICAS	DESIGNAÇÃO DOCUMENTOS	Nº DOCUMENTOS	
CD	RGPD (Grupo de Trabalho de Apoio à Gestão da Proteção de Dados Pessoais - 007495-201905-CD) - Relatórios de Acompanhamento do 1.º e 2º Quadrimestres 2019	2	4
	Ambiente e Saúde . PNCRAM (Plano Nacional de Combate às Resistências aos Antimicrobianos) - APA/DGS/DGAV	1	
	Política de Bem Estar: Relatório APA +Feliz	1	
AI	Código de Conduta da APA	1	29
	PPRIC (Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas): Relatório de Monitorização anual	1	
	Auditorias Externas IGAMAOT (Inspeção Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território): Relatórios de acompanhamento	15	
	Auditorias Externas TC (Tribunal de Contas): Relatórios de acompanhamento	3	
	Auditorias Externas CE (Comissão Europeia): Relatórios de acompanhamento	2	
	Auditorias Externas AIEA (Agência Internacional de Energia Atómica): Apoio à preparação Missão IRRS (Integ) Pedidos de Emissão de Visto Prévio ao TC: Apoio à preparação de pedidos	1 6	
GAPS	Relatório de Fiscalização 2019	1	2
	Relatório Setorial da Agência Portuguesa do Ambiente – Exercício CASCADE ´19	1	
Dat	Inquérito global de satisfação dos clientes	1	6
	Relatórios executivos do atendimento (canal telefone)	5	
DCOM		60	60
DFIN		126	126
DEAE	Relatório do Estado do Ambiente 2017	1	3
	Relatório Anual de Atividades 2018	1	
	Plano Anual de Atividades 2020	1	
DAI		0	0
DAIA	Diretiva Seveso III: Relatório de monitorização	1	4
	Convenção ETAI: Relatório de monitorização	1	
	Convenção Espoo: Relatório de monitorização	1	
	Protocolo de Kiev: Relatório de monitorização	1	
DGLA	PRTR (Registo de Emissões e Transferências de Poluentes)	1	2
	LCP (Large Combustion Plants): Inventário de Grandes Instalações de Combustão	1	
DCLIMA	Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050	1	17
	Plano Nacional Energia Clima 2030	1	
	Relatório Bianual 4	1	
	Agenda de I&I Alterações Climáticas	1	
	Relatório Forest Reference Level	1	
	ENAAC 2020: 2º Relatório intercalar	1	
	NIR/UE e UNFCCC	1	
	IIR/UE e CLRTAP	1	
	Distribuição Espacial de Emissões por Concelho (2015 e 2017)	1	
	Reportes MMR (UE) - Concluded Transfers	1	
	Reportes MMR (UE) - Proxy	1	
	Reportes MMR (UE) - Créditos	1	
	Reportes MMR (UE) - PaM'S	1	
	Reportes MMR (UE) - Projeções	1	
	Reportes MMR (UE) - Medidas de Adaptação	1	
Relatório do Artigo 21 da Diretiva CELE 2019	1		
Reporte de Gases Fluorados 2019	1		
DRFC	Diretiva Embalagens: Relatório de acompanhamento	1	44
	Diretiva VFV (Veículos em Fim de Vida): Relatório de acompanhamento	1	
	Diretiva REEE (Resíduos Equipamentos Elétricos e Eletrónicos): Relatório de acompanhamento	1	
	Diretiva Pilhas e Acumuladores: Relatório de acompanhamento	1	
	Diretiva Lamas: Relatório de acompanhamento	1	
	Diretiva DQR: Relatório acompanhamento meta de preparação para reutilização e reciclagem	1	
	PERNU (Plano Estratégico para os Resíduos não Urbanos)	1	
	PERSU (Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos)	1	
	PAEC (Plano de Ação para a Economia Circular): Relatório de acompanhamento 2018	1	
	Grupo de Trabalho Sistema de Depósito: Relatório	1	
	MTR (Movimento Transfronteiriço de Resíduos): Relatório de tratamento de dados	1	
	RARU 2018 (Relatório Anual de Resíduos Urbanos)	1	
	Lamas de Depuração: Relatório de tratamento de dados	1	
	RCD (Resíduos de Construção e Demolição): Relatório de tratamento de dados	1	

DREU	RCDA (Resíduos de Construção e Demolição contendo Amianto): Relatório de tratamento de dados	1	77
	Resíduos de Pilhas e Acumuladores: relatório de tratamento de dados	1	
	Indicadores intercalares das EG de RPA	12	
	Óleos Alimentares usados: relatórios de gestão	2	
	Indicadores intercalares da Sogilub	4	
	REEE: Relatório de Tratamento de dados	1	
	Boas Práticas na Administração Pública	1	
	Comissão Técnica do Amianto: Plano e Relatório	2	
	Pneus Usados; Relatório de Tratamento de dados	1	
	Inquérito RCD: tratamento de dados	1	
	Guia de Boas Práticas para uma adequada gestão de Resíduos de Construção e Demolição	1	
	Barreiras à gestão de Resíduos de Construção e Demolição	1	
	PCB (Policlorobifenilos): Relatório de tratamento de dados	1	
Incineração de RH: Relatório de Monitorização	1		
DGA	Diretiva Ruído: Reporte Planos Estratégicos de Ruído e Planos de Ação de Ruído	2	21
	Diretiva NEC (Tetos de Emissões Atmosféricas): Programa Nacional de Controlo da Poluição Atmosférica	1	
	Diretiva NEC (Tetos de Emissões Atmosféricas): Relatório de políticas e medidas	1	
	Diretiva NEC (Tetos de Emissões Atmosféricas): Reporte da monitorização de ecossistemas	1	
	Diretiva CAFE: Reporte da avaliação anual da qualidade do ar	1	
	Diretiva CAFE: Reporte das zonas, métodos e objetivos de qualidade do ar planeados para 2020	1	
	Diretiva CAFE: Reporte de planos de melhoria da qualidade do ar	1	
	LCP (Large Combustion Plants): Inventário de Grandes Instalações de Combustão	1	
	Químicos: Relatório da avaliação da substância do CORAP Bifenilo remetido à ECHA	1	
	Químicos: Relatório de Importação/Exportação 2018 (Reg. EU 69/2012)	1	
	ODS (Substâncias que empobrecem a camada de Ozono): Reporte relativo aos usos críticos de halon (Reg. EU 1005/2009)	1	
	Diretiva OGM-Confinados: Relatório anual 2018 de acordo com nº 1 do artº 17º da Diretiva	1	
	Diretiva OGM-Confinados: Relatório anual 2018 de acordo com nº 2 do artº 17º da Diretiva	1	
	Diretiva OGM-Ambiente: Relatório anual 2018 sobre libertação deliberada no ambiente p/fins expeimentais	1	
	LIFE CAP: Relatório final do Projeto	1	
LIFE CAP: Relatório Leymans	1		
ENCPÉ 2020 (Estratégia Nacional de Compras Públicas Ecológicas): Manual de Critérios p/Equipamentos elétricos e eletrónicos (EEE) na saúde	1		
ENCPÉ 2020: Manual de Critérios p/ Papel de cópia e impressão	1		
ENCPÉ 2020: Manual de Critérios p/ Produtos alimentares e serviços de catering	1		
ENCPÉ 2020: Manual de Critérios p/ Transportes	1		
DEPR	Ativação de Prevenção: Reportes	15	22
	RADNET: Relatório Anual	1	
	RADNET: Relatórios de Disponibilidades	2	
	Portarias (em cumprimento do DL 108/2018, 3 dez.): 4 propostas	4	
LRA		7	7
GSB	Relatório anual da Autoridade de Segurança de Barragens	1	59
	Relatórios de inspeções a Barragens (Informações/Atas)	58	
DRH	DARU: Revisão das zonas sensíveis	1	70
	PGRI-1º Ciclo e PGRH-2º Ciclo: Relatórios de monitorização de AAE 2016/2017 (8 Regiões Hidrográficas)	8	
	PGRI-1º Ciclo: Relatórios Intercalares de Avaliação de Medidas (7)	7	
	PGRI-2º Ciclo: Relatório participação pública 1ª Fase	1	
	PGRI-2º Ciclo : Relatórios Finais 1ª Fase (8 Regiões Hidrográficas)	8	
	PGRH-2º Ciclo : Relatórios Intercalares de Avaliação de Medidas (8 Regiões Hidrográficas)	8	
	PGRH-3º Ciclo : Relatórios QSIGA (8 Regiões Hidrográficas)	8	
	PGRH-3º Ciclo : QSIGA/RNT (Resumo não técnico das 8 Regiões Hidrográficas)	8	
	PGRH-3º Ciclo : Relatório de Participação Pública 1ª Fase	1	
	Disponibilidades Hídricas (Superficiais e Subterrâneas): Relatórios de Avaliação	8	
	Águas Balneares: Relatório de Monitorização	1	
	Monitorização Agrometeorológica e Hidrológica (4 Relatórios)	4	
	MA transição e costeiras (Contrato): Relatório de Progresso e Relatório de Intercalibração	2	
	MA interiores (Contrato): Relatório de Progresso	1	
Convenção Albufeira (Luso- Espanhola): Relatórios trimestrais de verificação do regime de caudais	4		
	POC - Programas da Orla Costeira: . POC ACE: Programa da Orla Costeira Alcobaca-Cabo Espichel- RCM n.º 66/2019, de 11 de abril . POC CE: Elaboração das incompatibilidades entre os planos territoriais e a proposta de programa . POC CE - Relatório de ponderação da Discussão Pública . POC EO: Programa da Orla Costeira Espichel-Odeceixe (programa, modelo territorial, diretivas)	4	

DLPC	Praias e Lagoas: . Plano de Intervenção das Praias do Cabedelo – Cabedelinho (Figueira da Foz), Anexo ao Regulamento de Gestão das Praias Marítimas do troço Ovar-Marinha Grande . Regulamento de Gestão das Praias Marítimas e do Domínio Hídrico do troço Alcobaça-Cabo Espichel – Aviso n.º 12492/2019, de 6 de agosto . Regulamento de Gestão das Lagoas de Óbidos e de Albufeira – Aviso n.º 12492/2019, de 6 de agosto . Plano de Intervenção da Praia da Bela Vista (Almada), Anexo ao Regulamento de Gestão das Praias Marítimas e do Domínio Hídrico do troço Alcobaça-Cabo Espichel	4	
	PEA (Planos Especiais de Albufeira) . PEAE (PEA do Ermal) . PEAF (PEA de Foz Tua) . PEARE (PEA Ribeiradio-Ermida) . PEACB (PEA de Castelo de Bode) . PEABS (PEAdo Baixo Sabor) . PEARC (PEA de Régua-Carrapatelo) . PEACL (PEA de Crestuma Lever)	7	
	AEREHS (Áreas de Elevado Risco de Erosão Hídrica do Solo: Memórias descritivas e justificativas da delimitação das AEREHS) . Municípios da CIMAC . Tavira . Alcoutim	3	40
	Programa COSMO - Relatórios de Ocorrências de Risco no Litoral: . Gestão do Risco no Litoral de Arriba de Portugal Continental - Geodinâmica, Metodologia e Casos . Relatório Anual de Ocorrências no Litoral - 2018/2019 . Relatório temporal Helena 2019 . Relatório do Temporal 14/15 Novembro	4	
	Contributos à CCDRLVT e aos municípios na fase de adaptação dos PMOT ao POC-ACE (18): . Plano de Urbanização da Lagoa de Albufeira; . PDM da Lourinhã; . Plano de Pormenor da Área de Aptidão Turística da Maceira; . PDM de Cascais; . PDM de Almada; . Plano de Urbanização da Zona Sul da cidade de Peniche; . Plano de Pormenor da Zona Marginal e da Baía de São Martinho do Porto; . PDM de Peniche; . Plano de Pormenor da Zona Norte da Mata de Sesimbra; . Plano de Pormenor da Zona Sul da Mata de Sesimbra; . PDM de Sesimbra; . PDM de Mafra; . PDM da Nazaré; . PDM de Alcobaça; . PDM de Óbidos; . PDM de Torres Vedras; . PDM de Caldas da Rainha; . Plano de Urbanização de Salir do Porto	18	
ARH-NORTE	Relatório das Pedreiras de Lourosa de 2017 RISC_ML (POCTEP): Relatório de execução física e financeira do projeto MigraMinho (POCTEP): Relatório de execução física e financeira do projeto	1 1 1	3
ARH-CENTRO	Revisão de planos de praia: planos e relatórios de acompanhamento Monitorização da Orla Costeira: Relatórios Intervenções nas linhas de água da Região Centro afetadas pelos incêndios de 2017: Relatório de acompanhamento Laboratórios da ARH-Centro: Relatório de Atividades Laboratórios da ARH-Centro: Relatórios de Auditoria Interna	4 32 1 1 3	41
ARH-TEJO E OESTE	Limpeza realizadas no rio Sorraia: Relatório Plano de Remoção do Jacinto de água no rio Sorraia Intervenções realizadas pós-incêndios 2017: Relatórios de acompanhamento por município e Relatório final Bandeira Azul: Relatório de candidatura Disponibilização de dados e/ou informação para estudos externos: Relatórios	1 1 15 1 111	129
ARH-ALENTEJO	Planos de Água e pequenos regadios: Inventário com recurso a métodos de deteção remota Praias: Dashboard Águas Balneares: Dashboard Rejeições: Inventário anual-Dashboard (SILIAMB) Utilizações de recursos Hídricos para captação de água: Inventário anual-Dashboard (SILIAMB) AIA: pareceres AIA em Fase de Pós-Avaliação: pareceres AIA: pareceres de afetação de recursos hídricos Laboratórios da ARH-Alentejo: Relatório de Auditoria Interna Disponibilização de dados e/ou informação para estudos externos: Relatórios	1 1 1 1 1 9 10 15 1 22	62
ARH-ALGARVE	IGT: Relatórios de acompanhamento Portaria de Perímetros de Proteção: propostas de Portaria	19 3	22
RESULTADO		773	
META		180	
META		200	
META		220	

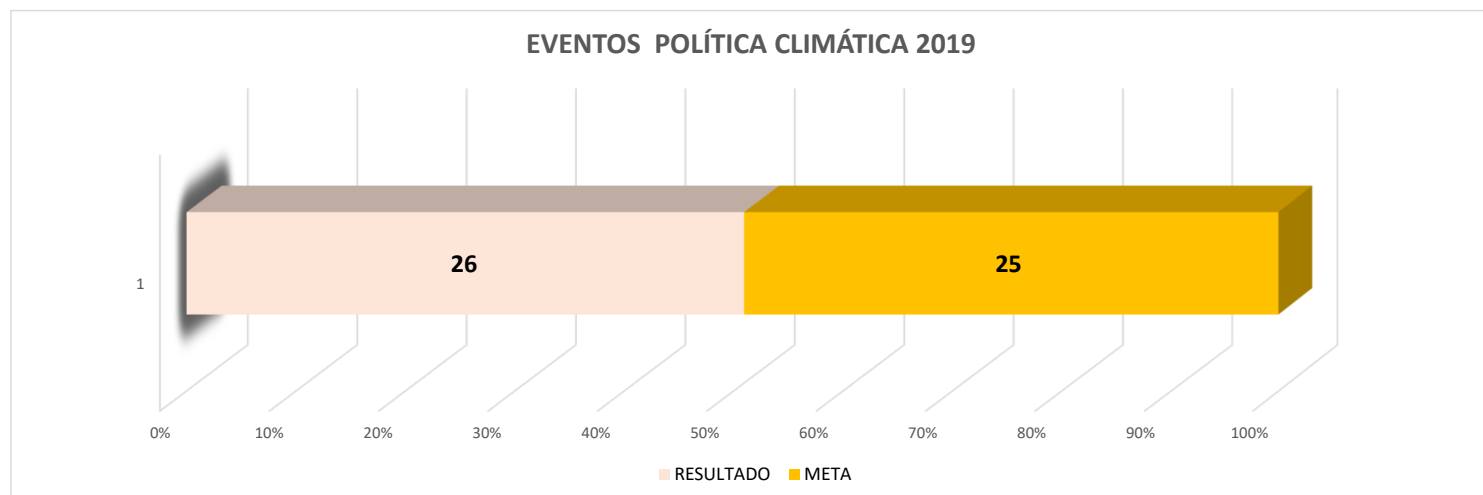
Nº de Plano e Relatórios 2019



QUAR 2019 - INDICADOR 2 - MONITORIZAÇÃO FINAL

(Organização ou participação da APA em eventos/reuniões/publicações que promovam a discussão/divulgação/disseminação de informação sobre a Política Climática Nacional e o compromisso nacional de atingir a Neutralidade Carbónica em 2050)

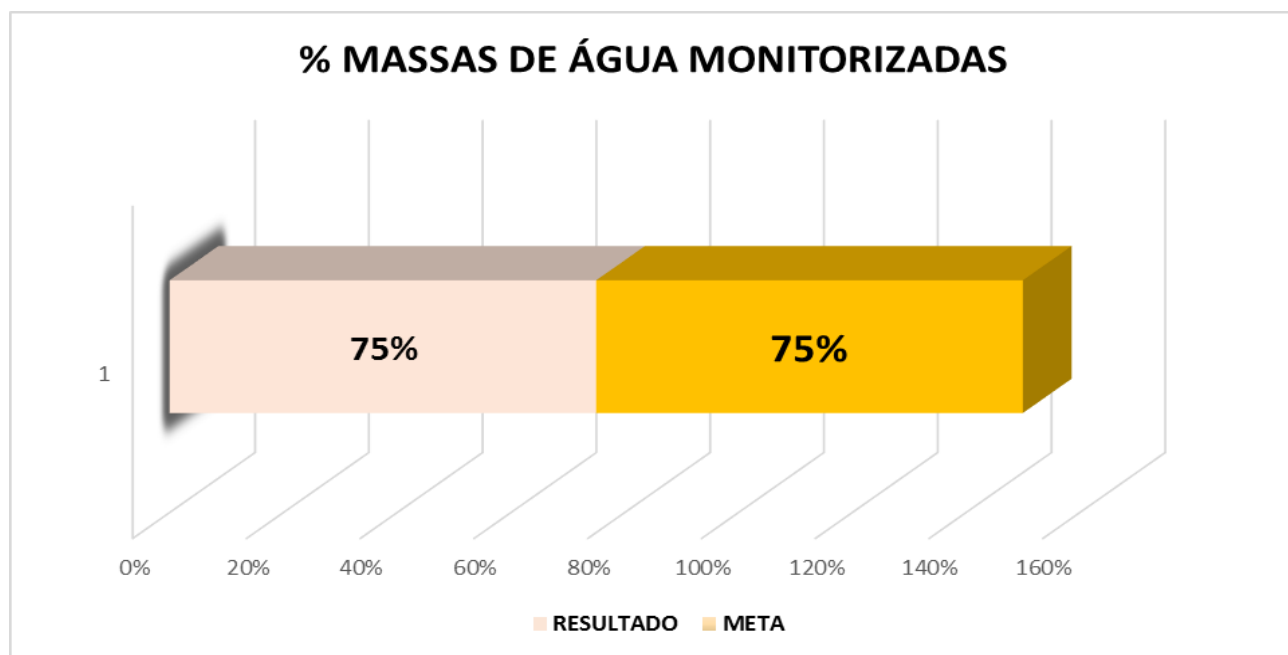
EVENTOS/REUNIÕES/PUBLICAÇÕES	Nº
Workshop NIMs Operadores CELE 1 – equipa CELE	1
Workshop NIMs Operadores CELE 2 – equipa CELE	1
Workshop NIMs Operadores CELE 3 – equipa CELE	1
Workshop NIMs Verificadores e Regiões Autónomas – equipa CELE	1
Review 7CN	1
Curso em Segovia LIFE Shara -	1
Seminário transnacional LIFE Shara	1
Reunião do WG6	1
Seminário da CCDR (integração da adaptação nos PDM)	1
Evento: 2019.01.25 Territórios UNESCO	1
Evento: 2019.03.08 Estoril, PLAN°C - Alternativas para um Futuro à Prova de Clima	1
Evento: 2019.05.28-31 Lisboa, ECCA2019	1
Evento: 2019.06.05 Moura, Palestra O Clima está a Mudar	1
Apresentação Alterações Climáticas no Seminário do Município de Loures – AD	1
Apresentação no Seminário da Universidade de Coimbra "A morte anunciada do Diesel" – AD	1
Apresentação Alterações Climáticas na CIM em Coimbra -JV	1
Apresentação PNEC na Gulbenkian	1
Apresentação Alterações Climáticas na Casa da Música Porto-JVS	1
PNEC Madrid-AD	1
Side event RNC2050 COP 25	1
WRI/UNDP event - EFS	1
Núcleo Lusófono Parceria Transparência - EFS	1
Multilateral Assessment (EFS+ JV) - Lisboa	1
Projeto ETUC "Envolvendo os Sindicatos nas Políticas de Adaptação Apresentação: "Workshop Europeu: Efeitos dos impactos das Alterações Climáticas" – JP	1
Curso Ambiental para a Estrutura de Investigação Criminal da PSP - Apresentação: "Adaptação às Alterações Climáticas" - JP	1
VII Seminário Bandeira Azul - Apresentação: Impactos das alterações climáticas e medidas de adaptação em Portugal - PB	1
RESULTADO	26
META	20
META	25
META	30



QUAR 2019 - INDICADOR 3 - MONITORIZAÇÃO FINAL

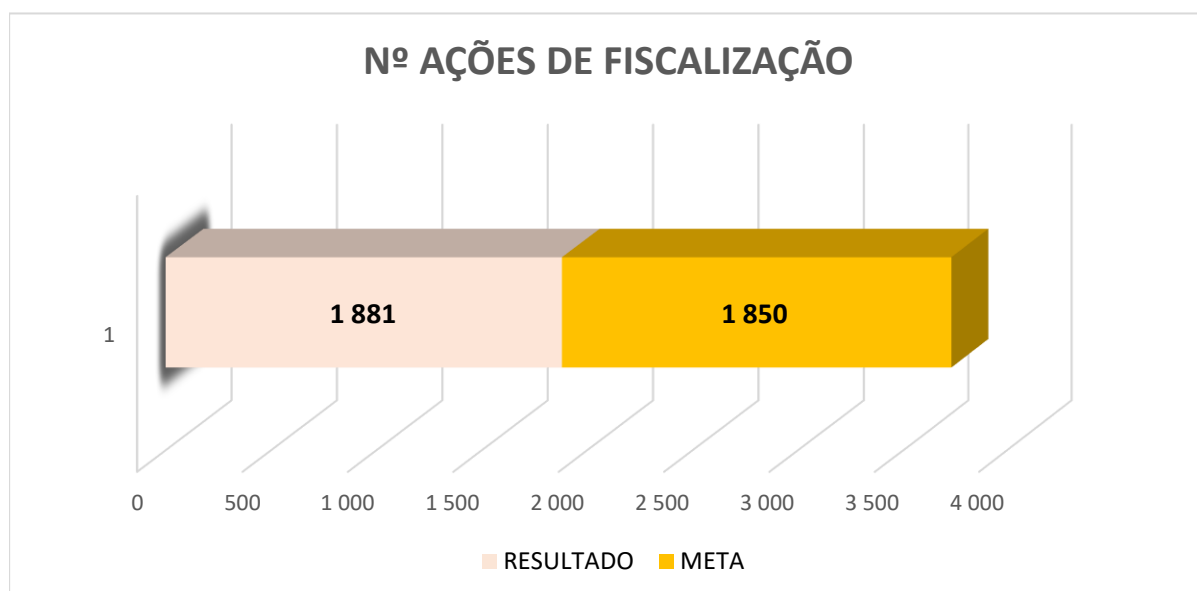
(% De massas de água monitorizadas para avaliação do Estado no âmbito do 3º ciclo de planeamento)

MASSAS DE ÁGUA	Nº MA MONITORIZADAS EM 2019	%
MA interiores (curso): 1279	1 279	
MA transição e costeiras: 70;	70	
MA subterrâneas: 92	92	
RESULTADO	1 441	75%
META		65%
META		70%
META		75%



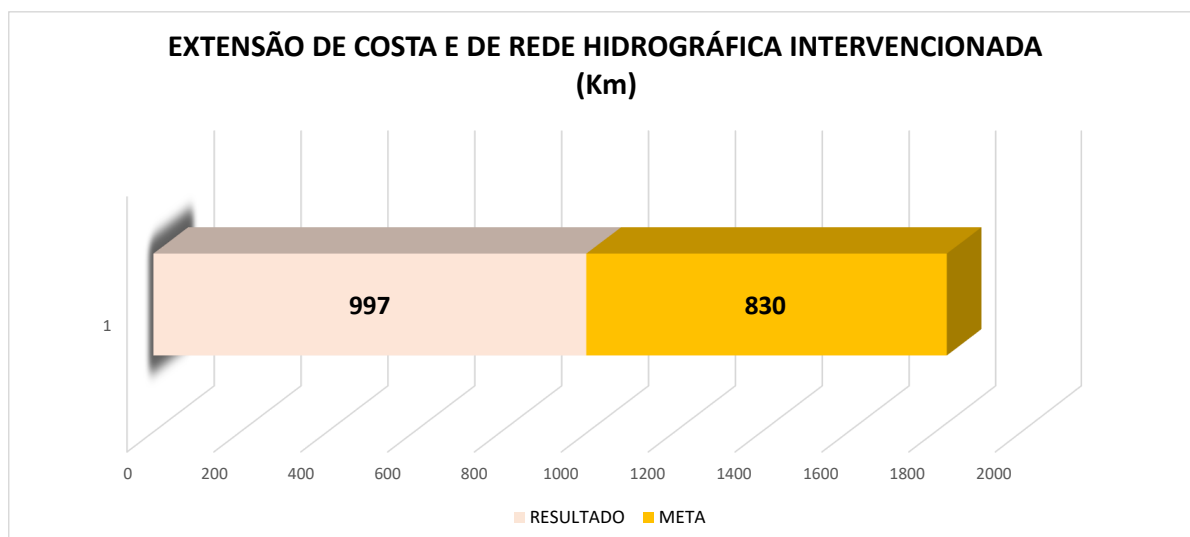
QUAR 2019 - INDICADOR 4 - MONITORIZAÇÃO FINAL
 (N.º de ações nacionais de fiscalização de Recursos Hídricos)

ARH'S	Nº AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO 2019
ARH NORTE	64
ARH CENTRO	1 317
ARH TEJO E OESTE	110
ARH ALENTEJO	219
ARH ALGARVE	171
RESULTADO	1 881
META	1 850
META	2 000
META	2 150



QUAR 2019 - INDICADOR 5 - MONITORIZAÇÃO 3º QUADRIMESTRE
(Extensão de linha de costa/rede hidrográfica intervencionada (km))

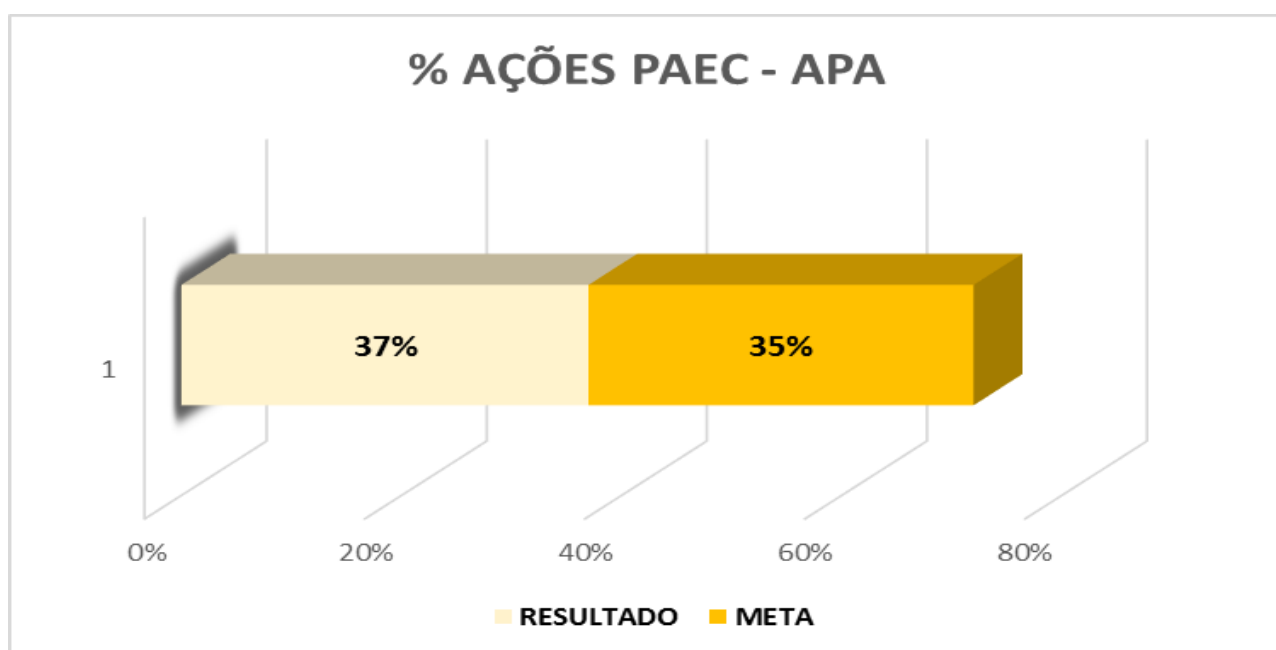
UNIDADES ORGÂNICAS	INTERVENÇÕES NA LINHA DE COSTA E NA REDE HIDROGRÁFICA	KM
DLPC	Alimentação artificial das praias da Costa de Caparica e de S. João da Caparica	3,80
	TOTAL	3,80
ARH-NORTE	Projeto de intervenção nas áreas prioritárias para proteção dos recursos hídricos após incêndios do ano de 2017, em especial nos concelhos de Murça, Pinhel Trancoso, Figueira de Castelo Rodrigo, Torre de Moncorvo, Vila Nova De Foz Côa	217,00
	"Reforço da proteção da margem do rio Douro entre a quinta dos Cubos (Oliveira do Douro) e	0,78
	Empreitada para a instalação de parque urbano com resiliência a cheias, no Baixo Vez, no co	4,00
	Empreitada para a intervenção de proteção de recursos hídricos - controlo da erosão das margens do rio Lima, no concelho de Ponte de Lima	10,60
	TOTAL	232,38
ARH-CENTRO	Intervenções no Âmbito da Resolução do Conselho de Ministros n.º 11-A/2018 na Região da ARH Centro (intervenções de requalificação da rede hidrográfica afetada pelos incêndios de 2017) (24 Municípios)	409,00
	"Reabilitação e valorização ecológica do rio Cértima nos concelhos de Águeda e Oliveira do Bairro"	10,00
	Empreitada "Reconstituição do Cordão dunar a Sul do 5-º Esporão da Cova Gala"	0,30
	TOTAL	419,30
ARH-TEJO E OESTE	Minimização do risco nas arribas das praias do Magoito, Azenhas do Mar e S. Julião - Sintra	0,45
	Estabilização da arriba norte da Praia da Baleia/Sul da Ericeira - Mafra	0,35
	Proteção Costeira da Praia da Formosa e Praia Azul - Torres Vedras	1,41
	Abertura da Lagoa de Albufeira - Sesimbra	0,75
	REDUNA - Almada	1,00
	Projeto de intervenção nas áreas prioritárias para proteção dos recursos hídricos após incêndios do ano de 2017, em especial nos concelhos de Tejo e Oeste	128
	Limpeza e desobstrução de 100 km de linhas de água no concelho de Mafra	190,00
	Parque Urbano do Vale da Ameixoeira	2,00
	Parque Ecológico da Venda do Pinheiro	1,50
	Projeto de Requalificação do Rio Jamor - Eixo Verde Azul	1,10
	Limpeza de terreno junto à Rib. de Colares. Av. Atlântico	0,04
	Requalificação da Frente Urbana de Almada - Almada	0,10
	TOTAL	326,70
ARH-ALENTEJO	Intervenções em troços de litoral de arriba e de litoral baixo arenoso-lagoas	0,50
ARH-ALGARVE	Intervenções em vários troços	14,80
RESULTADO		997
META		770
META		800
META		830



QUAR 2019 - INDICADOR 7 - MONITORIZAÇÃO FINAL

(% de concretização das medidas do Plano de Ação para a Economia Circular da responsabilidade da APA)

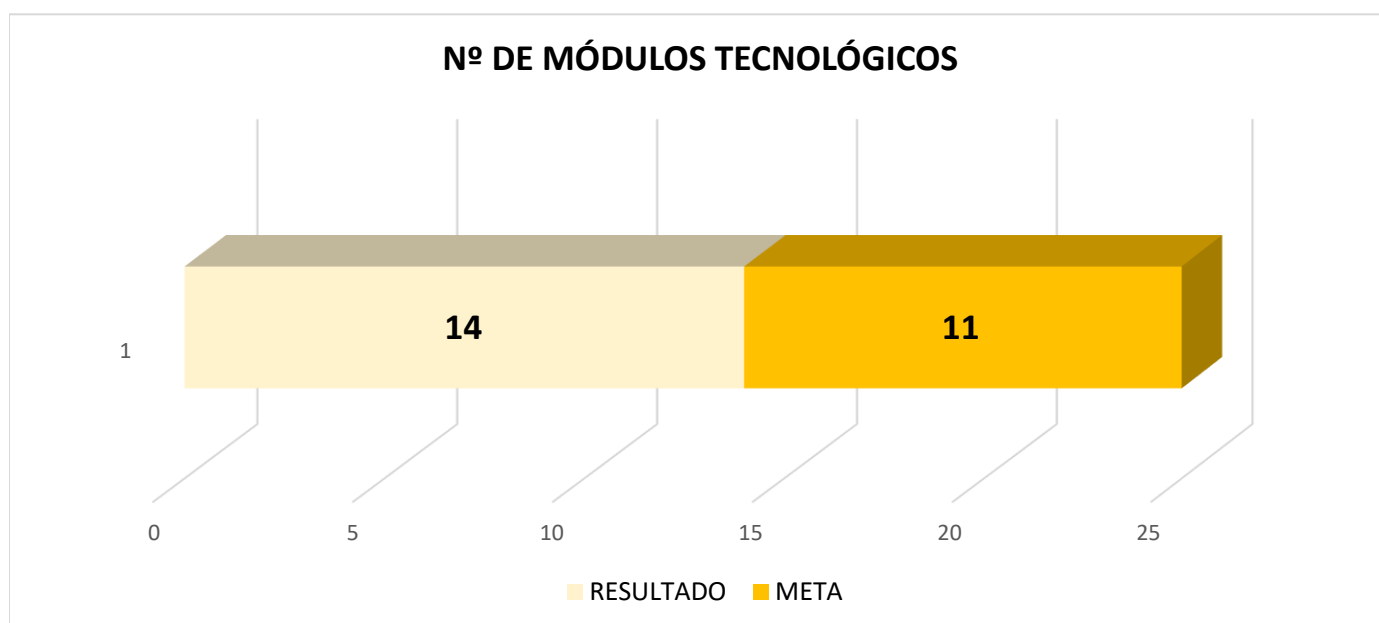
UNIDADE ORGÂNICA	MEDIDAS PAEC-APA	Nº	%
CD	DRES: medidas das ações Macro	8	
	DRES: medidas das ações Meso	2	
	DRH: medidas das ações Macro	2	
	DGA: medidas Macro	1	
	DGA: medidas Meso	3	
	DCOM: medidas Macro	3	
	RESULTADO	19	37%
	META		35%
	META		39%
	META		43%



QUAR 2019 - INDICADOR 8 - MONITORIZAÇÃO FINAL

(N.º de novos módulos tecnológicos implementados nos diferentes sistemas de informação da APA)

UNIDADE ORGÂNICA	MÓDULOS TECNOLÓGICOS	Nº
DTSI	Módulo de migração das eGAR para o MIRR no SILIAMB	1
	Novo módulo de relatórios SILIAMB	1
	Dashboard Tejo Limpo	1
	Novo site QualAR	1
	Novo geosiliamb	1
	Módulos SILIAMB de Webservices Fluxos Específicos	1
	Plataforma resíduos radioativos	1
	Relatório Ambiental Anual PCIP no SILiAmb	1
	LUA R4 módulo de Consulta Pública	1
	LUA R4 módulo de Gestão de Prazos	1
	LUA R4 módulo de Renovação de licença	1
	LUA R4 novo módulo de Gestão do processo em backoffice	1
	Módulo de autenticação via CC	1
	Novo módulo PRTR	1
	RESULTADO	14
	META	9
	META	10
	META	11





Rua da Murgueira, 9
Zambujal - Alfragide
2610-124 Amadora

geral@apambiente.pt
T. (+351) 21 472 82 00

apambiente.pt

